



@ Cristina Girão Vieira



@ Cristina Girão Vieira



@ ICNF, I.P.

# PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO 2025-2028



A Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 12º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto apresenta a proposta de Plano de Cogestão da Área Protegida.

## FICHA TÉCNICA:

### Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET):

- Beatriz Morais, Técnica de Apoio à Cogestão da RNET.
- Rita Azevedo, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.).
- Catarina Madaleno, Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLGVFX).
- Inês Cardoso, Liga para a Proteção da Natureza (LPN).
- Inês Silva, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Joana Andrade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA).
- José Carlos Ferreira, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCT).
- Luís Carlos Pereira, Câmara Municipal de Alcochete.
- Maria Caeiro, Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLGVFX).
- Marta Martins, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCT).
- Pedro Vaz, Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLGVFX).
- Ricardo Espírito Santo, Câmara Municipal de Benavente.
- Rita Martins, Liga para a Proteção da Natureza (LPN).
- Sandra Paiva Silva, Espaço de Visitação e Observação de Aves (EVOA) | Companhia das Lezírias.

### Aprovado pela Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo:

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Câmara Municipal	Fernando Paulo Ferreira - CM de Vila Franca de Xira (presidente) Carlos Pinto Coutinho – CM de Benavente (substitui)
ICNF, I.P.	Rui Pombo (efetivo) Ana Cristina Falcão (suplente)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	José Alho (efetivo)
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade NOVA	José Carlos Ferreira (efetivo) Marta Martins (suplente)
Representante da Organização Não Governamental de Ambiente e equiparadas	Inês Cardoso - Liga para a Proteção da Natureza (efetivo) Joana Andrade - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (suplente)
Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Catarina Madaleno (efetivo) Pedro Vaz (suplente)
Companhia das Lezírias	António Sousa (efetivo) Rui Alves (suplente)

## ÍNDICE GERAL:

<b>1. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>11</b>
1.1. QUAL O ÂMBITO DO DOCUMENTO? .....	12
1.2. ELABORAÇÃO .....	14
1.3. RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO DO PLANO DE COGESTÃO .....	14
1.4. ÂMBITO TERRITORIAL A QUE DIZ RESPEITO .....	14
1.5. HORIZONTE TEMPORAL A QUE SE REPORTA.....	14
<b>2. MODELO DE COGESTÃO .....</b>	<b>15</b>
2.1. A COGESTÃO .....	15
2.2. PASSOS A DESTACAR NA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE COGESTÃO .....	16
2.3. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO .....	17
2.4. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE COGESTÃO.....	20
2.5. MISSÃO, VISÃO E VALORES .....	23
2.6. COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS A ASSUMIR PELA COMISSÃO DE COGESTÃO.....	24
<b>3. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA .....</b>	<b>25</b>
3.1.LOCALIZAÇÃO.....	25
3.2.CLASSIFICAÇÃO .....	26
3.3.CARATERIZAÇÃO .....	28
3.3.1. Valores e Recursos Naturais .....	28
3.3.2. Património Cultural .....	38
3.3.3. Pontos de Interesse na Área da RNET e Envolvente .....	40
3.3.4. Atividades Económicas .....	44
3.3.5. Ocupação Humana e Demografia .....	47
3.3.6. Uso do Solo.....	51
<b>4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA ÁREA PROTEGIDA.....</b>	<b>58</b>
4.1. ANÁLISE SWOT – FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.....	58
4.2. ASPETOS POSITIVOS DO TERRITÓRIO .....	63
4.3. ASPETOS CRÍTICOS PARA O TERRITÓRIO .....	65
4.4. ASPETOS A TRABALHAR NO TERRITÓRIO.....	66
4.5. ESTRATÉGIA CONSENSUALIZADA PARA O TERRITÓRIO DA RNET .....	66
4.5.1. Objetivos Estratégicos.....	67
4.5.2. Eixos Estratégicos, Medidas e Objetivos Específicos.....	67

<b>5. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE ATORES CHAVE .....</b>	<b>70</b>
5.1. ATORES CHAVE.....	70
5.2. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO .....	71
5.2.1. Resultados do Inquérito.....	72
5.2.2. Principais Conclusões.....	84
5.3. FUTURO ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE .....	85
5.4. CONSULTA PÚBLICA.....	85
<b>6. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS .....</b>	<b>86</b>
6.1. CARATERIZAÇÃO DAS MEDIDAS.....	96
<b>7. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>113</b>
7.1. FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS E AÇÕES .....	113
7.2. ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO.....	114
<b>8. MONITORIZAÇÃO .....</b>	<b>115</b>
8.1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIOS E METAS ESTABELECIDAS .....	115
<b>9. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....</b>	<b>123</b>
9.1. LOCAIS DE PUBLICITAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DA COGESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA.....	123
9.2. FORMA DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DA COGESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA.....	123
<b>10. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>127</b>
ANEXO I: DEMOGRAFIA .....	128
ANEXO II. USO DE SOLO.....	129
ANEXO III: LISTA DE ATORES LOCAIS .....	136
ANEXO IV: INQUÉRITO PARA RECOLHA DE CONTRIBUTOS.....	138

## ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Esquema das principais etapas na implementação do Modelo de Cogestão .....	16
Figura 2: Mapa da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Fonte: ICNF, I.P.).....	25
Figura 3: Águas estuarinas da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Fonte: ICNF, I.P. e oGuia) ..	28
Figura 4: Campos de vasa na RNET (Fonte: oGuia).....	29
Figura 5: Sapal com flamingos na RNET (Fonte: oGuia).....	29
Figura 6: Caniçal nas margens de valas na RNET (Fonte: oGuia e Cristina Girão Vieira).....	30
Figura 7: À esquerda as Salinas do Samouco (região envolvente à RNET), à direita as Salinas de Vasa Sacos (desativadas) (Fonte: Leonardo Negrão (DN) e Rita Azevedo) .....	30
Figura 8: Campos da Lezíria no território da RNET (Fonte: oGuia e Rita Azevedo).....	31
Figura 9: Os três mouchões da RNET (Fonte: Google Earth, 2015).....	33
Figura 10: Sarcocornia perennis (Fonte: Cristina Girão Vieira) .....	34
Figura 11: Salgadeira (Atriplex halimus) (Fonte: Cristina Girão Vieira) .....	34
Figura 12: Gráficos da variação sazonal do número médio de aves aquáticas estimadas para o conjunto dos refúgios no Estuário do Tejo, entre 2007 e 2021 (Fonte: ICNF, I.P.).....	35
Figura 13: Representação das 15 espécies de aves aquáticas mais abundantes no Estuário do Tejo, organizadas em quatro grandes grupos (Fonte: ICNF, I.P.).....	35
Figura 14: Exemplos da fauna existente na RNET (Aves - Flamingos, Alvéola-amarela, Alfaiate; Mamíferos - Rato-de-Cabrera, Lontra e Raposa) (Fonte: Cristina Girão Vieira e Joaquim Pedro Ferreira).....	37
Figura 15: Património Cultural da região da RNET e envolventes (Em cima - criação de touro, criação de cavalo e campinos; Em baixo - barco varino, avieiro, varinas, aviera e atividade salineira) (Fonte: CM de Vila Franca de Xira, CM de Benavente e Diário de Notícias).....	39
Figura 16: Mapa onde se encontram assinalados os principais pontos de interesse na área da RNET e sua envolvente .....	41
Figura 17: Limites da RNET (Fonte: Google Earth).....	52
Figura 18: Classes de Nível 1 da carta de ocupação de solo na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018).....	52
Figura 19: Classes de Nível 3 de Uso do Solo na RNET em 2018 (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018) .....	54
Figura 20: Classes de Nível 3 de Uso do Solo da RNET em 1990 (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 1990) .....	55
Figura 21: Esquema da análise SWOT.....	58
Figura 22: Capa do Inquérito disponibilizado online.....	71
Figura 23: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 1990 e 2000 .....	132
Figura 24: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 2000 e 2006 .....	133
Figura 25: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 2006 e 2012 .....	134
Figura 26: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 2012 e 2018 .....	135

## ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1: Entidades que integram o Conselho Estratégico da RNET e respetivos representantes .....	19
Tabela 2: Entidades que integram a Comissão de Cogestão da RNET e respetivos representantes .....	21
Tabela 3: Entidades que integram a Estrutura de Apoio da RNET e respetivos representantes .	23
Tabela 4: Embarcações licenciadas com motor e número de pescadores matriculados no porto de Lisboa, 2006-2022 e variação (fonte: Estatísticas de Pesca).....	47
Tabela 5: Variação populacional nos Municípios que integram a RNET entre os anos de 1960 e 2021.....	50
Tabela 6: Classes representadas no território da RNET, por nível, segundo a nomenclatura do Corine Land Cover, com a redação conferida pela Direção Geral do Território (DGT). ....	51
Tabela 7: Eixos Estratégicos, Medidas e Objetivos específicos definidos para a proposta de Plano de Cogestão da RNET.....	68
Tabela 8: Área de trabalho dos inquiridos .....	74
Tabela 9: Principais áreas de atividade da entidade/empresa.....	75
Tabela 10: Programa de Medidas e Ações Prioritárias no âmbito da Cogestão da RNET .....	87
Tabela 11: Valor total de investimento associado a cada eixo e pelas suas respetivas medidas, e orçamento total previsto para a proposta de Plano de Cogestão da RNET .....	95
Tabela 12: Ficha síntese de caracterização da Medida 1.1. Melhoria das Condições de Visitação da RNET .....	97
Tabela 13: Ficha síntese de caracterização da Medida 1.2. Incentivo à Inovação .....	99
Tabela 14: Ficha síntese de caracterização da Medida 1.3. Reforço aa Gestão Participativa, Cooperação e Articulação Institucional .....	101
Tabela 15: Ficha síntese de caracterização da Medida 2.1. Comunicação e Promoção do Capital Natural da RNET .....	102
Tabela 16: Ficha síntese de caracterização da Medida 2.2. Criação de um Programa de Educação Ambiental .....	105
Tabela 17: Ficha síntese de caracterização da Medida 2.3. Sensibilização e Capacitação dos Atores Chave.....	106
Tabela 18: Ficha síntese de caracterização da Medida 3.1. Criação de uma Rede de Cooperação Científica .....	108
Tabela 19: Ficha síntese de caracterização da Medida 3.2. Gestão de Riscos Naturais, Resiliência do Território e Conservação da Biodiversidade .....	111
Tabela 20: Situação atual relativa ao conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março) e respetivas metas a alcançar no âmbito da Cogestão da RNET .....	116
Tabela 21: Contributo da proposta do Plano de Cogestão da RNET, nomeadamente das ações definidas, para os indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março) .....	118

Tabela 22: Variação do número de habitantes ao longo dos anos, nos 3 Municípios abrangidos pela RNET .....	128
Tabela 23: Número de habitantes, das diferentes faixas etárias, ao longo dos anos, em Vila Franca de Xira.....	128
Tabela 24: Número de habitantes, das diferentes faixas etárias, ao longo dos anos, em Benavente .....	128
Tabela 25: Número de habitantes, das diferentes faixas etárias, ao longo dos anos, em Alcochete .....	128
Tabela 26: Valores absolutos de áreas dos principais tipos de uso do solo em 2018 (Baseado em mapas do Corine Land Cover de 2018).....	131
Tabela 27: Valores absolutos de áreas dos principais tipos de uso do solo em 2018 (Baseado em mapas do Corine Land Cover de 1990).....	131
Tabela 28: Áreas alteradas entre 1990 e 2000 .....	132
Tabela 29: Áreas alteradas entre 2000 e 2006 .....	133
Tabela 30: Áreas alteradas entre 2006 e 2012 .....	134
Tabela 31: : Áreas alteradas entre 2012 e 2018 .....	135



## ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 1: Evolução do nº de habitantes dos 3 Municípios que integram a RNET .....	49
Gráfico 2: Evolução das classes etárias nos Municípios abrangidos pelas RNET .....	50
Gráfico 3: Representatividades das principais classes de uso de solo na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018) .....	52
Gráfico 4: Corpos de água na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018) .....	53
Gráfico 5: Áreas agrícolas e agroflorestais na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018) .....	53
Gráfico 6: Zonas Húmidas na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018) .....	53
Gráfico 7: Principais variações de área entre 1990 e 2018 para o território da RNET, tendo em conta as diferentes classes do uso do solo (Baseado em dados do CORINE Land Cover).....	56
Gráfico 8: Principais variações de área entre 2006 e 2018 para o território da RNET, tendo em conta as diferentes classes do uso do solo (Baseado em dados do CORINE Land Cover).....	57
Gráfico 9: Género dos inquiridos.....	72
Gráfico 10: Idade dos inquiridos.....	72
Gráfico 11: Nível de formação dos inquiridos.....	72
Gráfico 12: Relação com o Município de Vila Franca de Xira.....	73
Gráfico 13: Relação com o Município de Benavente .....	73
Gráfico 14: Relação com o Município de Alcochete .....	73
Gráfico 15: Inquiridos residentes nos Municípios abrangidos pela RNET .....	73
Gráfico 16: Principais áreas de trabalho dos inquiridos.....	74
Gráfico 17: Tipologia de resposta dos inquiridos.....	75
Gráfico 18: Forma como a RNET afeta a atividade profissional das entidades/empresas .....	75
Gráfico 19: De que forma são identificados os produtos/serviços das entidades/empresas .....	76
Gráfico 20: Conhecimento da marca Natural.pt.....	76
Gráfico 21: Oportunidades fornecidas pela existência da RNET .....	77
Gráfico 22: Conhecimento dos inquiridos relativamente à RNET .....	77
Gráfico 23: Principais locais de procura de informação acerca da visita da RNET .....	78
Gráfico 24 Principais motivos de visita à RNET .....	78
Gráfico 25: Visitas aos locais da RNET e envolventes .....	79
Gráfico 26: Visitas aos locais da RNET e envolventes no ano de 2023 .....	79
Gráfico 27: Número total de visitas aos locais na RNET e envolventes .....	80
Gráfico 28: Entradas para a RNET .....	80
Gráfico 29: Estado de conservação dos locais na RNET e envolventes.....	81
Gráfico 30: Áreas consideradas como prioritárias para o trabalho da Comissão de Cogestão da RNET .....	82
Gráfico 31: Conhecimento sobre o Modelo de Cogestão para Áreas Protegidas.....	84

## ÍNDICE DE ACRÓNIMOS:

- AP - Área Protegida
- ABLG VFX - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
- ACAPSI - Associação Cultural de Avieiros da Póvoa de Santa Iria
- AHLGVFX - Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
- ANPC - Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão Cínegetica e Biodiversidade
- APFC - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes
- APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.
- APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo
- ARH - Administração de Região Hidrográfica
- CC - Comissão de Cogestão
- CESAM- Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro
- CHA - Camada CLC Change
- CM - Câmara Municipal
- CL - Companhia das Lezírias
- DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
- DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional
- EA - Estrutura de Apoio
- EMAAC - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas
- ENCNB 2030 - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
- EVOA - Espaço de Visitação e Observação de Aves
- IBA - *Important Bird Area* (Área Importante para as Aves)
- ICNF, I.P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
- ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ONGAs -Organizações Não Governamentais de Ambiente e equiparadas
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza
- MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- MMU - Unidade Mínima de Mapeamento
- NOVA FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade NOVA
- PORNET – Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo
- RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas
- RNET - Reserva Natural do Estuário do Tejo
- RJCNB - Regime Jurídico de Conservação da Natureza e Biodiversidade
- SIC - Sítio de Importância Comunitária
- SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
- VFX - Vila Franca de Xira
- ZEC - Zona Especial de Conservação
- ZPE - Zona de Proteção Especial

## 1. ENQUADRAMENTO

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída pelas Áreas Protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (RJCNB). São classificadas como Áreas Protegidas as áreas terrestres, aquáticas e marinhas, cuja biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

A classificação de uma Área Protegida (AP) atribui um estatuto legal de proteção para a manutenção da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas, do património geológico e da valorização da paisagem.

As Áreas Protegidas são fundamentais para a conservação da natureza, tendo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I.P.), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, a missão de assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e internacionais neste domínio e a salvaguarda da RNAP.

A valorização da RNAP não pode desconsiderar que a gestão particular de cada Área Protegida detém especificidades próprias, consequentes dos seus valores naturais, para as quais as entidades que estão no território possuem uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e o conhecimento do território lhes conferem.

Nesse sentido, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), veio prever, enquanto medida estruturante, a adoção de modelos de cogestão das áreas protegidas, incentivando o estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território.

Assim, os Municípios abrangidos pelas Áreas Protegidas são propostos a participar na gestão das suas áreas protegidas, através da alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, referente ao quadro de transferências de competências para as autarquias locais.

## 1.1. QUAL O ÂMBITO DO DOCUMENTO?

A Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) é uma área de elevada relevância em termos de conservação da natureza e de algumas atividades económicas, sendo uma zona extremamente rica em seres vivos e fundamental para o povoamento da costa marítima. Assim, a preservação dos seus valores naturais (habitats, fauna e flora selvagens) verifica-se ser de extrema importância.

Complementarmente, a RNET, e sua envolvente, apresentam diversas oportunidades únicas no desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis, projetos de investigação científica e atividades de educação ambiental e de sensibilização para a conservação da natureza.

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 1-F/2024, de 14 de janeiro, concretiza o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e define um novo modelo colaborativo de gestão das áreas protegidas, o Modelo de Cogestão. Este pretende imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área.

No âmbito do Modelo de Cogestão prevê-se a elaboração de um Plano de Cogestão, que determina a estratégia a adotar com vista à valorização e promoção do território, à sensibilização das populações locais e à melhoria da comunicação com todos os interlocutores e utilizadores. Este deverá integrar um programa de medidas e ações que concretizem essa estratégia, que terá obrigatoriamente de ser articulada com o Regulamento do Plano de Ordenamento/Programa Especial em vigor da Área Protegida. No caso da RNET, o Plano de Cogestão articula-se com o Regulamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET), publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro.

Desta forma, foi elaborada a presente proposta de Plano de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo, tendo por base um diagnóstico prospetivo desta área protegida, que permitiu identificar os seus constrangimentos e limitações, bem como as suas potencialidades e mais-valias no contexto do Modelo de Cogestão. A análise foi suportada por contributos dos diversos atores locais, em conjunto com os membros da Comissão de Cogestão (CC) e da respetiva Estrutura de Apoio (EA), tendo sempre em vista as necessidades e prioridades da Reserva Natural, em termos da sua valorização, comunicação, promoção, sensibilização e conservação dos seus valores naturais.

Esta estratégia permitiu elaborar uma proposta de Plano de Cogestão que reflete uma visão partilhada por todas as entidades envolvidas e com presença neste território.

A proposta de Plano de Cogestão que aqui se apresenta estabelece objetivos gerais, que se traduzem em quatro eixos estratégicos e se materializam num programa de medidas e ações consideradas prioritárias nas vertentes ambiental, cultural, social e económica, com vista a valorizar e promover, de forma sustentável, a RNET.

De realçar que as medidas e as ações definidas na proposta de Plano de Cogestão encontram-se em concordância com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS), com as políticas e prioridades da Comissão Europeia e com a ENCNB 2030, bem como fundamentam os objetivos e o posicionamento estratégico definidos pelas entidades municipais em domínios relevantes.

A proposta de Plano de Cogestão aqui exposto cumpre com os seguintes princípios:

- a) Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros;
- b) Estar suportado numa caracterização e diagnóstico prospetivo da RNET;
- c) Materializar um conjunto de projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar a Área Protegida;
- d) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;
- e) Identificar potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista;
- f) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do Plano de Cogestão;
- g) Articular-se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial da Área Protegida, nomeadamente o PORNET.

Tal como definido pelo Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, aquando da elaboração desta proposta de Plano de Cogestão foram considerados, preferencialmente, projetos e ações de:

- 1) Promoção de atividades económicas desenvolvidas na Área Protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;
- 2) Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;
- 3) Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;
- 4) Promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza;
- 5) Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;
- 6) Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais;
- 7) Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;
- 8) Promoção da marca Natural.pt;
- 9) Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território;

- 10) Aprofundamento da gestão colaborativa;
- 11) Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;
- 12) Internacionalização do território.

## 1.2. ELABORAÇÃO

Compete à Comissão de Cogestão da Área Protegida a elaboração do Plano de Cogestão, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual.

A CC é coadjuvada por uma Estrutura de Apoio, conforme o n.º 1, do artigo 10.º do Decreto-Lei suprarreferido, constituída por técnicos nomeados por cada uma das entidades que compõem a CC, por um Técnico de Apoio à Cogestão contratado para o efeito, e que é coordenada pelo responsável designado pelo ICNF, I.P.

Desta forma, o Plano de Cogestão da RNET foi elaborado pela CC desta área protegida, com o auxílio da sua Estrutura de Apoio.

## 1.3. RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO DO PLANO DE COGESTÃO

Segundo a alínea i) do artigo 8.º do Decreto-Lei 116/2019 de 21 de agosto, na sua redação atual, compete à Comissão de Cogestão da RNET aprovar o respetivo Plano de Cogestão, após o parecer prévio do Conselho Estratégico da RNET.

## 1.4. ÂMBITO TERRITORIAL A QUE DIZ RESPEITO

A proposta de Plano de Cogestão da RNET tem como âmbito territorial a área geográfica definida pelos limites desta Reserva Natural como área preferencial de incidência das ações, sem esquecer o importante papel de enquadramento, acompanhamento e complementaridade que os territórios da Rede Natura 2000 têm para com esta AP. A inclusão pontual, e devidamente justificada, destas zonas envolventes está prevista no n.º 3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual.

## 1.5. HORIZONTE TEMPORAL A QUE SE REPORTA

A proposta de Plano de Cogestão da RNET estabelece um programa de medidas e ações a executar num horizonte temporal de 4 anos, designadamente de 2025 a 2028, respeitando, assim, o período mínimo de três anos estipulado no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação (n.º 4 do artigo 13º).

## 2. MODELO DE COGESTÃO

### 2.1. A COGESTÃO

No seguimento da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e em cumprimento do previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual.

Este modelo aplica-se às Áreas Protegidas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas.

O Modelo de Cogestão tem cinco objetivos principais:

- Criar uma dinâmica partilhada de valorização da Área Protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I.P., I. P., os Municípios e demais entidades públicas competentes;
- Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da Área Protegida;
- Contribuir, ao nível da devida articulação entre entidades presentes na Área Protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico;
- Contribuir para a resiliência do território onde se insere a Área Protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

As entidades envolvidas na Cogestão de cada Área Protegida são:

- A Comissão de Cogestão da Área Protegida e o respetivo presidente;
- A Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão;
- O Conselho Estratégico da Área Protegida.

Consequentemente, na Cogestão participam os órgãos municipais e representantes de várias entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável das Áreas Protegidas. De salientar que o ICNF, I.P.,I.P., enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade, tem como função certificar o cumprimento das obrigações nacionais e internacionais neste domínio, sendo que o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas não altera estas competências.

Acresce destacar que o Modelo de Cogestão pressupõe o cumprimento dos princípios e das normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial aquelas previstas no

RJCNB e na ENCNB 2030. O exercício das competências previstas no modelo de cogestão obedece e subordina-se também aos princípios e normas consagradas na lei de bases da política de ambiente, aprovada pela Lei n.º 19/2014, de 4 de abril, no RJCNB e na ENCNB 2030.

## 2.2. PASSOS A DESTACAR NA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE COGESTÃO

O processo de dinamização e implementação do Modelo de Cogestão da RNET é complexo e ocorre por fases. Neste contexto destacam-se assim as principais etapas, ordenadas cronologicamente, ocorridas para o caso da RNET (Figura 1):

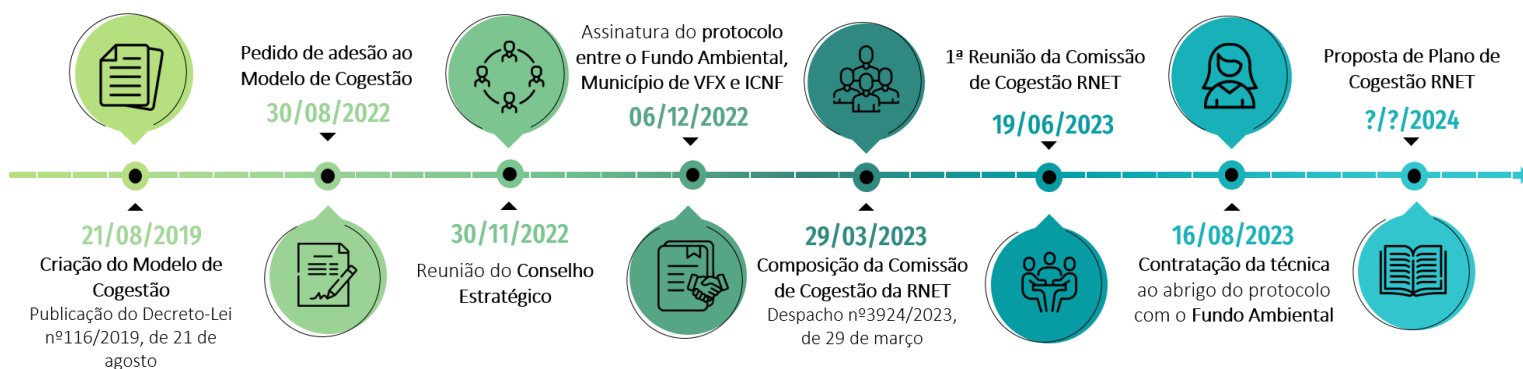


Figura 1: Esquema das principais etapas na implementação do Modelo de Cogestão

### 1. Criação do Modelo de Cogestão - Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto

A 21 de agosto de 2019, foi publicado em Diário da República, 1ª série o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas e que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas. O modelo foi revisto pela Lei n.º 63/2023 de 16 de novembro, com vista a melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização

### 2. Pedido de adesão ao Modelo de Cogestão

Os Municípios de Vila Franca de Xira, Benavente e Alcochete oficializaram no dia 30 de agosto de 2022, com o ICNF, I.P., o pedido de adesão ao Modelo de Cogestão, tendo havido acordo entre as três autarquias de que o Município de Vila Franca de Xira assumiria a presidência da Comissão de Cogestão.

### 3. Reunião do Conselho Estratégico

A 30 de novembro de 2022, reuniu o Conselho Estratégico da RNET e emitiu um parecer favorável à proposta dos Municípios de Vila Franca de Xira, Benavente e Alcochete, relativo às entidades a integrar a Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo.



#### 4. Assinatura do Protocolo de colaboração técnica e financeira

A 6 de dezembro de 2022, foi assinado o protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Município de Vila Franca de Xira, o Fundo Ambiental e o ICNF, I.P. Este protocolo tem por objetivo garantir o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do Modelo de Cogestão da RNET, previsto no Decreto-Lei nº116/2019, de 21 de agosto, designadamente a realização das atividades previstas no Anexo III.

#### 5. Composição da Comissão de Cogestão da RNET - Despacho nº 3924/2023, de 29 de março

A 29 de março de 2023 foi publicado em Diário da República nº 63, 2ª série, o Despacho nº3924/2023, de 29 de março, que determina a composição da Comissão de Cogestão da RNET, alterado pelo Despacho n.º 2971/2024, de 20 de março.

#### 6. 1ª Reunião da Comissão de Cogestão da RNET

A 19 de junho de 2023, a Comissão de Cogestão da RNET teve a sua primeira reunião. Nesta reunião, entre outros assuntos abordados, foi aprovado o Regulamento de Funcionamento da Comissão de Cogestão da RNET, e começou a constituir-se a Estrutura de Apoio para coadjuvar a Comissão de Cogestão.

#### 7. Contratação do Técnico

A 16 de agosto de 2023, e ao abrigo do protocolo de colaboração técnica e financeira, foi contratada a técnica responsável pela dinamização e implementação do Modelo de Cogestão da RNET.

#### 8. Elaboração da proposta de Modelo de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

O trabalho de elaboração da proposta de Modelo de Cogestão da RNET teve início com a primeira reunião da Comissão de Cogestão, tendo sido acelerado após a contratação da Técnica de Apoio à Cogestão. A proposta final, que se materializa neste documento, foi terminada a 19/06/2024.

### 2.3. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO

Adicionalmente à Comissão de Cogestão da Área Protegida e ao respetivo presidente, intervém na Cogestão da Área Protegida o respetivo Conselho Estratégico. Os Conselhos Estratégicos das Áreas Protegidas de âmbito nacional estão previstos na alínea c) do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, diploma este que define o Regime Jurídico de Conservação da Natureza e Biodiversidade (RJCNB). São órgãos de natureza consultiva que funcionam junto das Áreas Protegidas de interesse nacional.

A composição do Conselho Estratégico da RNET foi determinada pelo Despacho nº 6063/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

Nos termos do nº 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei nº 43/2019, de 29 de março, o Conselho Estratégico do RNET integra as seguintes entidades:

- a) Um representante do ICNF, I.P., I. P.;
- b) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- c) Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;
- d) Um representante da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- e) Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- f) Um representante da Câmara Municipal de Alcochete;
- g) Um representante da Câmara Municipal de Benavente;
- h) Um representante da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- i) Um representante das Juntas de Freguesia da área da RNET;
- j) Um representante da Capitania do Porto de Lisboa;
- k) Um representante da Administração do Porto Lisboa, S. A.;
- l) Um representante da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- m) Um representante da Universidade Nova de Lisboa;
- n) Um representante das Associações de Produtores Florestais;
- o) Um representante das Organizações do Sector da Caça;
- p) Um representante das Associações de Pescadores;
- q) Um representante das Associações de Agricultores;
- r) Um representante da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa;
- s) Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- t) Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;
- u) Um representante do Núcleo Empresarial da Região;
- v) Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da RNET;
- w) Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

No caso da RNET, o Conselho Estratégico integra as entidades referidas na Tabela 1.

Tabela 1: Entidades que integram o Conselho Estratégico da RNET e respetivos representantes

ENTIDADE	REPRESENTANTE
ICNF, I.P., I. P.	Rui Pombo
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	José Alho
Agência Portuguesa do Ambiente	Susana Firmo
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	André Teixeira Couto
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo <sup>1</sup>	José Alho
Câmara Municipal de Alcochete	Fernando Pinto
Câmara Municipal de Benavente	Carlos Coutinho
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Catarina Conde
Juntas de Freguesia da área da RNET	
Capitania do Porto de Lisboa	Simão Peixão
Administração do Porto Lisboa, S. A.	Paula Sengo
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	José Lino Costa, Ana Brito, José Pedro Granadeiro
Universidade Nova de Lisboa FCT	Francisco Ferreira, Maria Helena Costa
Associações de Produtores Florestais	Margarida Gaspar - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes (APFC)
Organizações do Sector da Caça	João Carvalho - Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão Cinegética e Biodiversidade (ANPC)
Associações de pescadores	António Sequeira - Associação Cultural de Avieiros da Póvoa de Santa Iria (ACAPSI)
Associações de Agricultores	Catarina Madaleno, Rui Paixão, Joaquim Madaleno – Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLGVFX)
Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa	Jorge Humberto, Fátima Santos
Operadores de Turismo de Natureza	
Associações de Desenvolvimento local/regional	Maria João Botelho – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo (APRODER)
Núcleo Empresarial da Região	António Sousa – Companhia das Lezírias, S. A. (CL)
Organizações Não-governamentais de Ambiente	Jorge Palmeirim - Liga para a Proteção da Natureza (LPN)
Três individualidades de reconhecido mérito	José Pedro Granadeiro

São competências do Conselho Estratégico, de acordo com o estipulado no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, no âmbito da implementação do Modelo de Cogestão:

- Apreciar e emitir parecer prévio sobre o Plano de Cogestão da Área Protegida, incluindo os indicadores de realização propostos;
- Apreciar e emitir parecer sobre o plano anual de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de execução de atividades anual relativo à Cogestão da Área Protegida;

<sup>1</sup> As competências da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo foram transferidas para a CCDR-LVT (Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, de 14 de dezembro).

- c) Apreciar quaisquer outros instrumentos ou assuntos relativos à Cogestão da Área Protegida que lhe sejam submetidos pela Comissão de Cogestão;
- d) Apoiar a Comissão de Cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do Plano de Cogestão da Área Protegida, bem como dos potenciais beneficiários;
- e) Identificar e analisar problemas que revelam natureza sistémica e que afetam a Área Protegida, propondo soluções e elaborando recomendações à Comissão de Cogestão;
- f) Apoiar a execução de medidas e ações do Plano de Cogestão da Área Protegida;
- g) Apreciar e emitir parecer nos casos em que, pelo menos, 50 % dos Municípios abrangidos por uma Área Protegida de âmbito nacional proponham junto do ICNF, I.P., I. P., a adoção do Modelo de Cogestão.

## 2.4. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE COGESTÃO

O Modelo de Cogestão é dinamizado através de uma Comissão de Cogestão integrada por:

- o Um representante de Câmara Municipal dos Municípios abrangidos pela Área Protegida, que preside;
- o Um representante do ICNF, I.P.;
- o Um representante das instituições de ensino superior;
- o Um representante de organizações não governamentais de ambiente e equiparadas;
- o Até três entidades de relevância local presentes nas áreas protegidas;
- o Um representante da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente;
- o Um representante das associações de pesca local, apenas no caso de se tratar de uma área marinha protegida.

A publicação do Despacho n.º 3924/2023, de 29 de março, determina a composição da Comissão de Cogestão da RNET, que foi posteriormente alterado pelo Despacho n.º 2971/2024, de 20 de março, sendo que a mesma é constituída pelas seguintes entidades, sendo os seus representantes indicados na Tabela 2:

- O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que preside à Comissão de Cogestão da RNET, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal de Benavente;
- O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade de Lisboa e Vale do Tejo;
- Representante da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa – NOVA FCT;

- Representantes de duas organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas (ONGAs), designados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, nomeadamente a Liga para a Proteção da Natureza - LPN e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - SPEA;
- Representante da Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira – ABLG VFX;
- Representante da Companhia das Lezírias;
- Vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo com a área do Ambiente e da Conservação da Natureza, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo diretor da Unidade de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade.

Tabela 2: Entidades que integram a Comissão de Cogestão da RNET e respetivos representantes

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Câmara Municipal	Fernando Paulo Ferreira - CM de Vila Franca de Xira (preside) Carlos Pinto Coutinho – CM de Benavente (substitui)
ICNF, I.P.	Rui Pombo (efetivo) Ana Cristina Falcão (suplente)
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade NOVA (NOVA FCT)	José Carlos Ferreira (efetivo) Marta Martins (suplente)
Representante da Organização Não Governamental de Ambiente e equiparadas (ONGAs)	Inês Cardoso - Liga para a Proteção da Natureza (efetivo) Joana Andrade - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (suplente)
Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLG VFX)	Catarina Madaleno (efetivo) Pedro Vaz (suplente)
Companhia das Lezírias (CL)	António Sousa (efetivo) Rui Alves (suplente)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo com a área do Ambiente e da Conservação da Natureza	José Alho (efetivo)

São competências da Comissão de Cogestão, de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual:

- Garantir que a Cogestão da Área Protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da Área Protegida;
- Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade;

- c) Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de gestão na Área Protegida;
- d) Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das Administrações Central e Local, para o desenvolvimento integrado da Área Protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos;
- e) Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e Municípios destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro-silvo-pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza;
- f) Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na Área Protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis;
- g) Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da Área Protegida;
- h) Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na Área Protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar;
- i) Elaborar e aprovar os instrumentos de gestão, após parecer do Conselho Estratégico;
- j) Executar os instrumentos de gestão;
- k) Consultar o Conselho Estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da Área Protegida;
- l) Identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do Plano de Cogestão da Área Protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a essas mesmas linhas;
- m) Acompanhar a elaboração, alteração ou revisão do programa especial da Área Protegida;
- n) Elaborar e aprovar o regulamento interno necessário ao seu bom desempenho.

A Comissão de Cogestão da RNET é coadjuvada por uma Estrutura de Apoio, constituída pelos técnicos designados para o efeito por cada uma das entidades e coordenada pelo ICNF, I.P., I.P., de acordo com o definido pelo n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto (Tabela 3).

Tabela 3: Entidades que integram a Estrutura de Apoio da RNET e respetivos representantes

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Técnica de apoio à Cogestão da RNET	Beatriz Morais
ICNF, I.P.	Rita Azevedo
Alcochete	Luís Carlos Pereira
Vila Franca de Xira	Inês Silva
Benavente	Ricardo Espírito Santo
FCT NOVA	José Carlos Ferreira Marta Martins
ONGs (LPN/SPEA)	Inês Cardoso Rita Martins Joana Andrade
Companhia das Lezírias	Sandra Paiva Silva
ABLG VFX	Maria Caeiro Catarina Madaleno Pedro Vaz

## 2.5. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Com o propósito de determinar as diretrizes estratégicas para o Modelo de Cogestão da RNET para o período entre 2025 e 2028, precisaram-se a Missão da proposta de Plano de Cogestão da RNET, a Visão para o território e os Valores pelos quais a implementação do plano se regerá.

### Missão

Promover e divulgar a Reserva Natural do Estuário do Tejo, contribuindo para a conservação e proteção da natureza e biodiversidade e para a resiliência do território, numa perspetiva articulada, colaborativa e participativa, sensibilizando e envolvendo as populações e demais atores chave do território.

### Visão

Ser um exemplo a destacar de uma Área Protegida dinâmica, que aposta na educação ambiental como forma de fomentar a conservação e a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pelas comunidades envolventes. Promover oportunidades inovadoras e sustentáveis de valorização e adaptação do território capazes de harmonizar as atividades económicas e a conservação ativa dos seus recursos e valores. Beneficiar da proximidade à capital para promover um maior reconhecimento da Reserva ao nível local, nacional e internacional.

### Valores

Conhecimento, Comunicação, Cooperação, Inovação, Transparência, Proximidade, Participação, Conservação.

## 2.6. COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS A ASSUMIR PELA COMISSÃO DE COGESTÃO

A Comissão de Cogestão da RNET comprometeu-se a implementar uma gestão de proximidade entre as entidades que a integram, de acordo com a *Missão*, *Visão* e *Valores* referidos anteriormente. Neste sentido a Comissão de Cogestão da RNET pretende definir e executar as medidas e ações necessárias para a concretização dos objetivos estratégicos estabelecidos para a RNET (ver ponto 4.4.1.), no âmbito das suas funções e no contexto do Modelo de Cogestão.



### 3. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

#### 3.1. LOCALIZAÇÃO

O Estuário do Tejo constitui uma das zonas húmidas mais importantes da Europa e a mais extensa do território português. Localiza-se no extremo ocidental da Península Ibérica, em Portugal Continental (NUTS I), na bacia hidrográfica do Rio Tejo e ocupa parte dos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém.

A RNET está inserida na região de Lisboa (NUTS II), nas sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal (NUTS III), e na região do Alentejo (NUTS II), na sub-região da Lezíria do Tejo. Integra territórios das freguesias de Vila Franca de Xira e Alverca do Ribatejo, no concelho de Vila Franca de Xira; Alcochete, no concelho de Alcochete; e Samora Correia, no concelho de Benavente. Insere-se na zona mais a montante do Estuário do Tejo (Figura 2) e ocupa uma superfície de 14.192 ha, sendo que cerca de metade são águas estuarinas.

A RNET localiza-se entre as latitudes de 38º 92' 69,80" N e 38º 75' 61,19" N e longitudes de 08º 90' 15,54" W e 09º 08' 28,25" W. Os seus limites são descritos pelo Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de julho (n.º 1, do artigo 2º), como sendo a partir do “extremo norte do sapal do mouchão de Alhandra, Vala do Tejinho, Terras de Baixo, Murraceira, Vala da Rabicha, Malhada de Mar, Vala do Mosqueiro, Monte de Pancas, Monte de Vale de Frades, Marinha da Bela Vista, extremo sul do Mouchão da Póvoa, margem do Mouchão da Póvoa e extremo de Alhandra”.

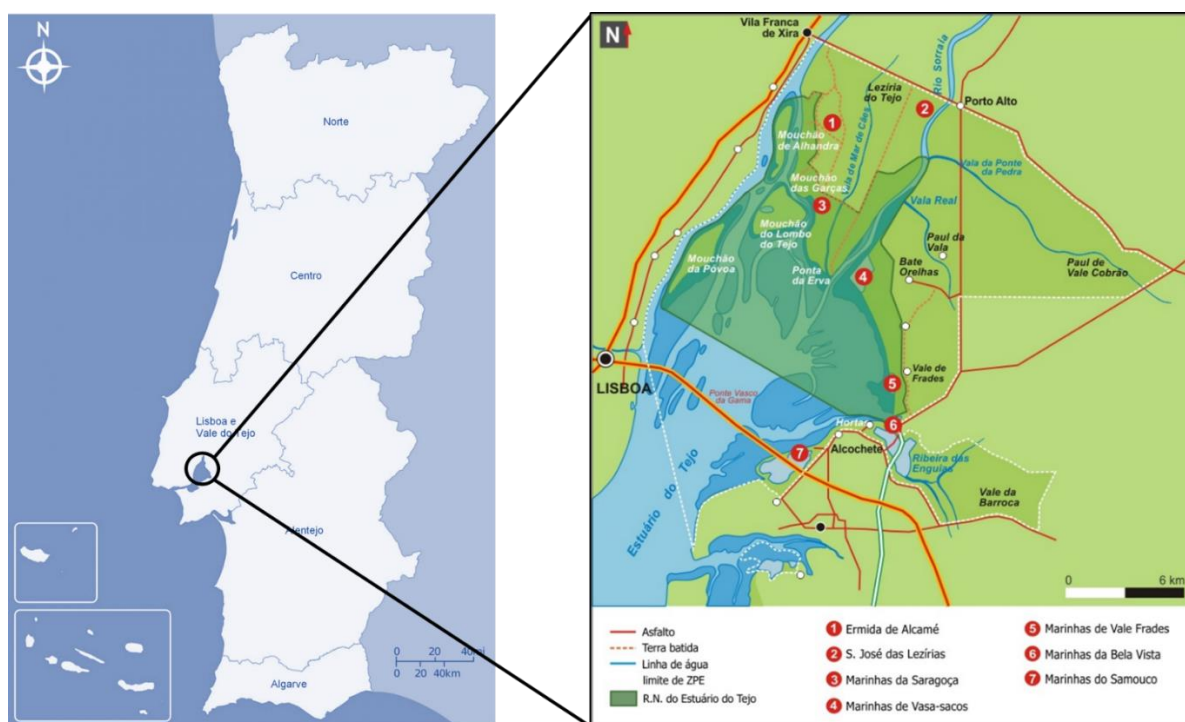


Figura 2: Mapa da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Fonte: ICNF, I.P.)

### 3.2. CLASSIFICAÇÃO

Atendendo ao papel fundamental do ponto de vista económico e ecológico do Estuário do Tejo e à necessidade de iniciar uma gestão racional deste ecossistema estuarino, foi criada, em 1976, através do Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de julho, a Reserva Natural do Estuário do Tejo, tendo como objetivos a manutenção das funções naturais do ecossistema estuarino e a proteção do elevado número de aves que ocorrem neste estuário sobretudo no período de outono/inverno e de passagens migratórias.

A RNET faz parte integrante da Rede Nacional de Áreas Protegidas, que são geridas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

No interior da RNET estão também definidas as Áreas de Intervenção Específica dos 3 mouchões, nomeadamente, o Mouchão de Alhandra, o Mouchão do Lombo do Tejo e o Mouchão da Póvoa, bem como a Área de proteção total de Pancas - entre a Ponta da Erva e o limite sul da RNET - cujas características exigem medidas específicas de proteção destinadas a manter os processos naturais em estado imperturbável.

Ao nível comunitário, a Reserva Natural do Estuário do Tejo foi designada como parte integrante da Rede Natura 2000, em virtude da aplicação da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (Diretiva Aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens (Diretiva Habitats). O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação, procede à revisão da transposição para o direito interno destas duas diretivas comunitárias.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica europeia com o objetivo de assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração. A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE) e as áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC), no âmbito das Diretivas Aves e Habitats, respetivamente.

Neste contexto, foi constituída a ZPE Estuário do Tejo (PTZPE0010) pelo Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de novembro, abrangendo a totalidade do território da RNET, bem como áreas exteriores ao seu limite, com uma superfície total de 44.771,81 ha. Tanto o território da RNET, como áreas exteriores ao seu limite, foram ainda classificadas como Sítio de Importância Comunitária do Estuário do Tejo (SIC) (PTCON009), pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, reclassificada em 2020 como ZEC (pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março).

Ao nível global, a área do Estuário do Tejo consta na Lista de Ramsar, coincidindo na totalidade com a área classificada como Reserva Natural.

Note-se que a Convenção de Ramsar representa o primeiro dos tratados globais que visa promover a cooperação entre países na conservação e no uso racional das zonas húmidas, através de zonas de proteção designadas Sítios Ramsar, que constam da chamada Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional (ou Lista Ramsar). Entendem-se como zonas húmidas as "zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros", sendo estas particularmente importantes como habitat de aves aquáticas. Em 1980 Portugal ratificou esta Convenção, incorporando duas zonas húmidas: a Ria Formosa e o Estuário do Tejo (sítio n.º 211), através do Decreto n.º 101/80, de 9 de outubro.

O Estuário do Tejo faz também parte da rede de Áreas Importantes para as Aves (*Important Bird Area* - IBA) com o código PT021. Este programa é coordenado pela *BirdLife International* e tem como objetivo sinalizar locais prioritários para a conservação das aves ameaçadas. De referir que estas áreas são assumidas internacionalmente e identificadas através da aplicação de critérios científicos.

Parte da área terrestre da RNET sobrepõe-se ainda ao Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (AHLGVFX). Este é regido pelo Regime Jurídico dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, segundo o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril, conjugado com o disposto na Portaria n.º 1473/2007, de 15 de novembro, alterada pela Portaria n.º 1001/2009, de 8 de setembro. A gestão do aproveitamento foi concessionada à Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLGVFX) pelo Contrato de Concessão para a Gestão do AHLGVFX, celebrado com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural em 22 de julho de 2009, bem como o Contrato de Concessão do Título de Utilização de Recursos Hídricos assinado pela supracitada Direção-Geral e a Administração Regional Hidrográfica do Tejo, I.P., em 30 de março de 2011 e transmitido à ABLGVFX no dia 21 de março de 2012, nos termos da legislação em vigor.

Atualmente, o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)<sup>2</sup>, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro, é o instrumento de gestão territorial em vigor para esta área protegida. Este tem a natureza jurídica de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento e território, bem como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada, a realizar na sua área de intervenção, tais como o plano de cogestão.

<sup>2</sup> O PORNET encontra-se atualmente em fase de recondução a programa especial da área protegida.

### 3.3. CARATERIZAÇÃO

#### 3.3.1. Valores e Recursos Naturais

A Reserva Natural do Estuário do Tejo inclui uma extensa superfície de águas estuarinas, campos de vasa recortados por esteiros, mouchões, sapais, salinas e terrenos agrícolas de origem aluvionar (lezírias). Dentro da Reserva a altitude não excede os 11 metros e a profundidade média ronda os 10 metros.

Devido às suas características únicas, a RNET apresenta uma grande biodiversidade e uma enorme produtividade associada, tanto aos habitats da zona estuarina, como aos habitats terrestres.

##### 3.3.1.1. Habitats

###### Estuário

O corpo central de águas estuarinas, que se encontra permanentemente submerso, é uma zona importante para a manutenção dos stocks de pescado costeiros, isto por representar uma zona de *nursery* para alguns peixes e de desova e crescimento para outras espécies. Trata-se também de uma zona de transição para peixes diádromos (i.e. peixes que utilizam tanto o meio marinho, como águas doces e salobras, ao longo do seu ciclo de vida).



Figura 3: Águas estuarinas da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Fonte: ICNF, I.P. e oGuia)

###### Campos de vasa estuarina

Os campos de vasa são grandes extensões de lama, sujeitas a marés, formadas pelo depósito de finíssimas partículas em suspensão transportadas pelas águas. Albergam vários macroinvertebrados bentónicos - bivalves, poliquetas, pequenos crustáceos - que são consumidores primários, alimentando-se de algas microscópicas e partículas de plantas e animais em decomposição. Por sua vez, estes organismos servem de alimento aos peixes, na maré cheia, e às aves, na maré vazia. O suporte alimentar que este habitat proporciona aos milhares de aves limícolas fundamenta o valor do estuário como santuário da vida selvagem.

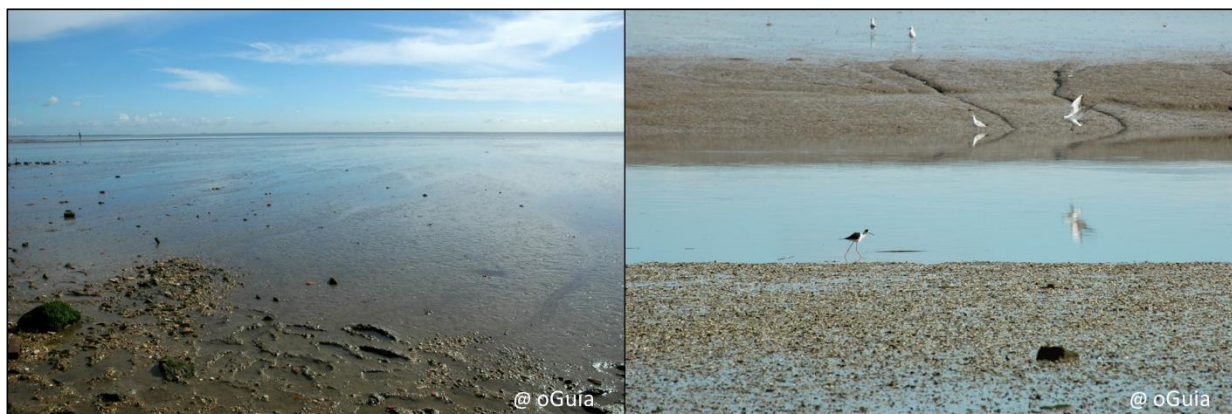


Figura 4: Campos de vasa na RNET (Fonte: oGuia)

### Sapal

A partir de determinada cota, as zonas de vasa estuarina são colonizadas por vegetação halófila (tolerantes à salinidade), que forma o sapal. Apesar da sua aparência homogénea, o sapal é colonizado por diversas espécies vegetais e rasgado por vários canais e esteiros. O sapal, estruturalmente dividido em sapal alto e sapal baixo com vegetação diferenciada, é habitat de muitas espécies de peixes, aves, micromamíferos (como musaranhos e ratinhos) e crustáceos, constituindo nichos ecológicos de desenvolvimento de diversas formas larvares. Para o grupo dos anatódeos (patos, gansos e cisnes), a vegetação do sapal é uma das suas principais fontes de alimento, particularmente para a marrequinha (*Anas crecca*), o ganso-bravo (*Anser anser*) e a piadeira (*Anas penelope*).



Figura 5: Sapal com flamingos na RNET (Fonte: oGuia)

### Caniçal

As manchas de caniçais desenvolvem-se já na área terrestre da RNET, em locais onde a salinidade da água apresenta valores compatíveis com o desenvolvimento deste tipo de flora. Constituem um biótopo de grande importância para a conservação de algumas espécies de aves, nomeadamente passeriformes, como o rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), aves aquáticas, como a garça-vermelha (*Ardea purpurea*) e o garçote (*Ixobrychus*

*minutus*), e ainda para aves de rapina, particularmente a águia-sapeira (*Circus aeruginosus*). Estas aves utilizam o caniçal preferencialmente como local de nidificação.



Figura 6: Caniçal nas margens de valas na RNET (Fonte: oGuia e Cristina Girão Vieira)

### Salinas

As salinas são estruturas criadas para a obtenção de sal, instaladas em antigas áreas de sapal. São constituídas por vários tanques de diferentes profundidades por onde vai transitando a água salgada proveniente do estuário, concentrando os vários sais dissolvidos e depositando-os. Estes tanques proporcionam o aparecimento de algumas espécies de peixes e camarões no primeiro tanque, também chamado de reservatório ou viveiro, e de larvas de insetos, pequenos coleópteros e pequenos crustáceos nos restantes tanques. Esta disponibilidade alimentar e as condições abrigadas conduziram à sua eleição como habitat de refúgio e alimentação para várias espécies durante o inverno, particularmente na maré alta. No período de primavera/ verão, as salinas funcionam como local privilegiado de nidificação de aves.



Figura 7: À esquerda as Salinas do Samouco (região envolvente à RNET), à direita as Salinas de Vasa Sacos (desativadas) (Fonte: Leonardo Negrão (DN) e Rita Azevedo)

### Lezíria

A Lezíria é uma vasta zona plana, com cotas que variam entre 1 e 2 metros, sendo, portanto, um terreno nivelado, cujos solos têm origem em depósitos de natureza marinha. A aptidão agrícola dos solos da Lezíria remonta ao século XIX. Ao longo dos anos o seu território foi sofrendo alterações para resolver problemas de drenagem e salinidade. Atualmente, as áreas de Lezíria são drenadas por canais lineares, não tendo influência de marés nem de inundações, uma vez

que a integridade destas áreas se encontra salvaguardada por um sistema de defesa e enxugo. Este sistema é constituído por infraestruturas de defesa, como diques de proteção e valados, bem como por infraestruturas de drenagem, como valas, portas de água e comportas/válvulas de maré.

Estas vastas zonas planas são áreas onde se desenvolvem atividades económicas, tais como a atividade agrícola, com culturas tanto de sequeiro como de regadio, e a atividade pecuária, com a criação de gado. Ambas as atividades, em particular a agricultura e em especial as culturas de regadio, acabam por disponibilizar abrigo, água e alimento à fauna presente na área da RNET, em especial para espécies de aves aquáticas.

Nas áreas da Lezíria, entre as principais espécies de aves aquáticas, podem-se encontrar: o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), o flamingo (*Phoenicopterus roseus*), o maçarico-de-bico-direito (*Limosa limosa*), a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*) e a perdiz-do-mar (*Glareola pratincola*). No que toca às aves terrestres, para além de variados passeriformes, identifica-se a presença da águia-sapeira (*Circus aeruginosus*).



Figura 8: Campos da Lezíria no território da RNET (Fonte: oGuia e Rita Azevedo)

### 3.3.1.2. Geologia e Geomorfologia

A região abrangida pela presente proposta de Plano de Cogestão encontra-se inserida na Bacia Terciária do Baixo Tejo, correspondendo à área englobada pelo Estuário do Tejo incluindo as suas margens. O Estuário do Tejo apresenta, atualmente, uma morfologia irregular na sua margem Sul, recortada por baías, canais e pequenos deltas com origem nas linhas de água dessa margem. A sua margem norte encontra-se estabilizada e maioritariamente transformada por meios antrópicos, e com uma regularidade linear claramente diferenciada da outra margem. Nos finais do Terciário e início do Quaternário, o Estuário do Tejo teria características diferentes, sendo, muito provavelmente, constituído por águas pouco profundas e pantanosas.

A Reserva Natural, insere-se na zona deltaica do estuário, resultante da sedimentação de aluviões modernos. Apresenta, assim, uma certa monotonia geológica, onde dominam os depósitos de aluviões modernos da Lezíria Sul até à margem esquerda na região de Alcochete. Esta região do Estuário é caracterizada por um sistema de mouchões, esteiros e grandes espraçados de maré. No seu limite nascente, associados às zonas de terraços quaternários, surgem isolados materiais líticos de um cordão dunar e das formações plistocénicas da Bacia do Tejo.

### 3.3.1.3. Hidrologia e Clima

Na região abrangida pela RNET desaguam três dos principais afluentes da zona estuarina – o Rio Sorraia e a Ribeira das Enguias na margem esquerda e o Rio Trancão na direita. No Estuário do Tejo, à semelhança de outros, as marés são um fator muito importante para a sua dinâmica. Isto acontece porque, por um lado, o prisma de maré médio (cerca de 600 000 000 m<sup>3</sup> de água) é significativo face ao volume total médio contido no estuário (na ordem de 1 900 000 000 m<sup>3</sup>) e, por outro lado, porque o caudal das marés é superior ao caudal fluvial, em particular no período de verão.

Este é um estuário do tipo positivo, ou seja, o escoamento superficial e a precipitação excedem a evaporação, sendo a salinidade inferior à da água do mar. Em termos de mistura de águas de salinidade diferentes é caracterizado como um estuário parcialmente estratificado, o que significa que existe um gradiente crescente de salinidade na vertical e para jusante. A intrusão salina faz-se sentir até Vila Franca de Xira, a 50 km da barra.

O Estuário do Tejo é categorizado como um “estuário de planície costeira”, classificando-se como mesotidal no que diz respeito à altura da maré (entre 2 e 4 metros).

A circulação hidrodinâmica (agitação marítima e correntes) é fortemente influenciada pelos ventos, capazes de induzir ações diretas sobre a superfície livre ou sobre-elevações do nível médio.

A agitação da água em zonas pouco profundas induz velocidades e tensões de corte junto ao fundo que colocam ou mantêm em suspensão na coluna de água sedimentos finos. Estes sedimentos, ao serem transportados para zonas mais abrigadas ou mais profundas, contribuem para o seu assoreamento e para a erosão das margens.

Estudos efetuados permitiram concluir que a zona estuarina da RNET apresenta tendência geral para o assoreamento, podendo existir uma tendência para um aumento de intensidade do mesmo com o tempo. Atualmente, é de referir que o processo erosivo na região da RNET se verifica, principalmente, na margem direita do Estuário, entre Alhandra e Vila Franca de Xira, e nos mouchões. De salientar que, na margem esquerda do Estuário, Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, o processo erosivo tem repercussões bastante significativas na estabilidade do dique que defende toda essa zona, originando todos os anos intervenções de reparação, igualmente significativas. Estas ações são fundamentais para a integridade territorial da RNET e, na sua ausência, seria confrontada com uma situação semelhante ao atualmente verificado no Mouchão da Póvoa, onde ocorreu um rombo no dique em 2016, que tem vindo a aumentar desde então por motivos de falta de reparação.

O clima da região onde se situa a RNET é do tipo mediterrânico. Este clima é caracterizado por duas estações temperadas - o outono e a primavera, intercaladas com duas estações extremas - uma quente e seca (verão) e outra fria e húmida (inverno), sendo dezembro e janeiro os meses mais frios e chuvosos e julho e agosto os mais quentes e secos. A temperatura média diária do ar



situa-se entre 16 a 17,5 °C, a precipitação média anual entre os 600 a 700 mm e a insolação média anual entre as 2 900 e as 3 000 h. De um modo geral, os ventos predominantes são do quadrante norte (noroeste, em mais de 80% do tempo), sendo a velocidade média superior no verão, em virtude do regime de “nortada”, que ocorre no final da tarde e ultrapassa frequentemente os 40km/h.

Pela sua importância na RNET, descreve-se de seguida o caso dos mouchões.

### Os mouchões

Existem vários mouchões no Rio Tejo, que conferem uma beleza singular ao rio e que constituem espaços de cariz essencialmente agrícola e de grande potencial turístico/ recreativo. Na área da RNET podem encontrar-se três mouchões: o Mouchão de Alhandra, o Mouchão do Lombo do Tejo e o Mouchão da Póvoa (Figura 9).

Os Mouchões são terrenos planos que resultam da sedimentação de aluviões. A sua manutenção está dependente de um sistema de diques, valas e comportas que existem no seu território e que têm função de barreira no ciclo das marés e durante cheias.

Nos Mouchões podem encontrar-se uma grande diversidade biológica, em particular de aves migradoras, que encontram nestes locais habitats com elevada disponibilidade alimentar.

As margens dos Mouchões são constituídas por juncos, caniçais e sapal. Regra geral, na periferia dos mouchões, existe uma transição de alto sapal para o raso de maré. A escarpa, com frequência, apresenta sintomas de erosão, existindo, assim, uma tendência para a erosão das margens dos mouchões e estragos nos seus diques de proteção.

Devido à biodiversidade suportada pelos mouchões e à presença de habitats importantes, estes foram inseridos na sua totalidade na RNET, na ZPE do Estuário do Tejo e na ZEC do Estuário do Tejo.



Figura 9: Os três mouchões da RNET (Fonte: Google Earth, 2015)

### 3.3.1.4. Flora e Fauna

Devido às suas características únicas, a Reserva Natural do Estuário do Tejo alberga uma enorme biodiversidade, tanto a nível de flora como de fauna.

#### Flora

Dentro da flora da RNET pode destacar-se uma vasta mancha halófito (tolera a salinidade) nas margens do estuário. Estas plantas colonizam os solos de vasa compactada nas margens estuarinas até onde chegam as marés, representando a continuidade da produtividade primária entre o ambiente aquático e o terrestre. São constituídas, sobretudo, por gramíneas e pequenos arbustos, entre as quais a morraça (*Spartina maritima*), a gramata-branca (*Halimione portulacoides*), e outras gramatas como *Sarcocornia pruinosa*, *Sarcocornia perennis* (Figura 10), *Salicornia nitens* e *Arthrocnemum* spp..

Em regiões de menor salinidade, ou onde existe afluência de água doce, ocorre um grupo de plantas diferente que inclui o valverde-dos-sapais (*Suaeda vera*), o malmequer-da-praia (*Aster tripolium*), *Puccinellia maritima*, a madorneira-bastarda (*Inula crithmoides*), o limónio (*Limonium* spp.) e a salgadeira (*Atriplex halimus*) (Figura 11).

Na região mais a montante, onde a salinidade das águas é já bastante reduzida, duas espécies dominam as margens do estuário formando manchas de caniçal – o junção (*Scirpus maritimus*) e o caniço (*Phragmites australis*).



Figura 10: *Sarcocornia perennis* (Fonte: Cristina Girão Vieira)



Figura 11: Salgadeira (*Atriplex halimus*) (Fonte: Cristina Girão Vieira)

#### Fauna

A avifauna aquática migradora atribui ao Estuário do Tejo o estatuto da mais importante zona húmida do país. Aqui ocorrem, com regularidade, cerca de 100.000 aves invernantes, ultrapassando o valor de 140.000 aves nos períodos de passagem migratória (Figura 12). O Estuário alberga, em média, cerca de 54% das limícolas, 30% dos anatídeos e 4% dos ardeídeos

invernantes contabilizados em Portugal. Em termos de aves aquáticas, no Estuário do Tejo, ocorrem cerca de 36 espécies de limícolas, 31 espécies de patos e afins, 15 espécies e garças e afins e 17 espécies de gaivotas e afins (Figura13).

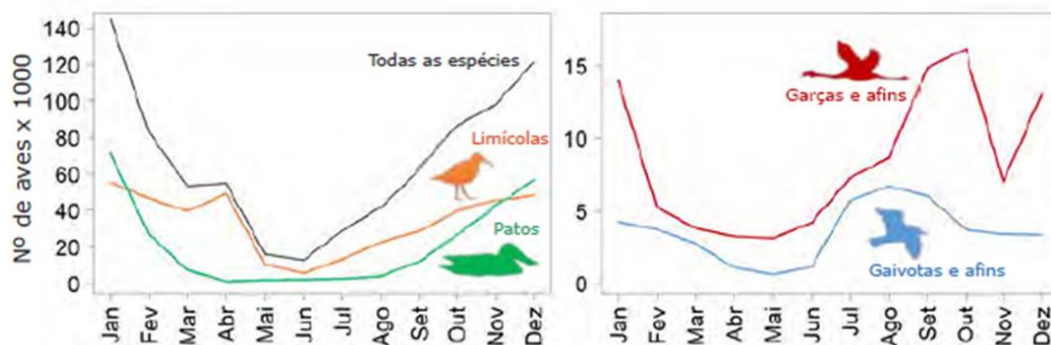


Figura 12: Gráficos da variação sazonal do número médio de aves aquáticas estimadas para o conjunto dos refúgios no Estuário do Tejo, entre 2007 e 2021 (Fonte: ICNF, I.P.)

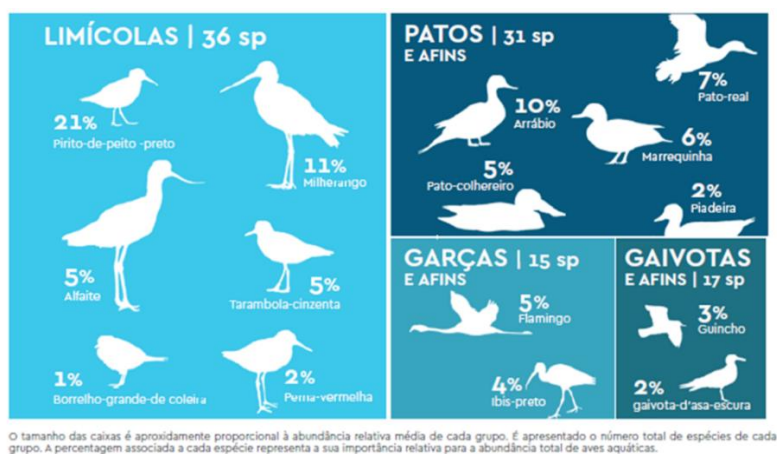


Figura 13: Representação das 15 espécies de aves aquáticas mais abundantes no Estuário do Tejo, organizadas em quatro grandes grupos (Fonte: ICNF, I.P.)

Entre as principais espécies de aves aquáticas podem encontrar-se: o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), o flamingo (*Phoenicopterus roseus*), o maçarico-de-bico-direito (*Limosa limosa*), a tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*), o pato-trombeteiro (*Anas clypeata*), o perna-vermelha (*Tringa totanus*), a garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), o ganso-comum (*Anser anser*), a marrequinha (*Anas crecca*), o pilrito-comum (*Calidris alpina*), a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o pernalongo (*Himantopus himantopus*) e a perdiz-do-mar (*Glaucolagus pratincola*).

Dentro das aves terrestres, pode realçar-se a grande variedade de passeriformes, e a população de águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), que têm bastante significado a nível nacional. O sisão

(*Tetrax tetrax*), que se encontra atualmente em situação bastante crítica (devido à diminuição das zonas estepárias), não é avistado na RNET desde 2019.

O Estuário do Tejo é, também, muito importante para a manutenção dos stocks de peixes costeiros. A RNET constitui uma importante zona de *nursery* (i.e. zona onde as larvas e juvenis dos peixes se desenvolvem) para várias espécies de peixes marinhos como o robalo (*Dicentrarchus labrax*), o linguado-comum (*Solea solea*) e o linguado-branco (*Solea senegalensis*). É uma zona de transição entre o meio marinho e o fluvial para peixes migradores, sendo importante para algumas espécies diádromas (i. e. utilizam águas salgadas e doces ao longo do seu ciclo de vida), como a lampreia-de-mar (*Petromyzon marinus*) e a lampreia-de-rio (*Lampetra fluviatilis*), o sável (*Alosa alosa*) a savelha (*Alosa fallax*) e a enguia-europeia (*Anguilla anguilla*). Acolhe também populações de espécies residentes de importância comercial como o charroco (*Halobatrachus didactylus*) e o biqueirão (*Engraulis encrasicolus*), sendo, no entanto, o caboz-d'areia (*Pomatoschistus minutus*) a espécie mais abundante, não tendo esta, no entanto, qualquer valor comercial.

A riqueza deste Estuário é preservada graças à manutenção das zonas entre marés. Nas margens da Reserva desenvolve-se uma zona de sapal rica em poliquetas, moluscos e crustáceos. A matéria vegetal em decomposição, maioritariamente produzida pelo sapal, e as microalgas que se desenvolvem à superfície dos substratos são consumidas por inúmeros seres bentónicos (invertebrados e pequenos peixes). Estes seres constituem a base alimentar de vários peixes, na maré cheia, e aves, na maré vazia, desempenhando um papel fundamental nas cadeias alimentares estuarinas.

Algumas espécies destacam-se devido à sua importância nas cadeias tróficas estuarinas. *Hediste diversicolor* (poliqueta) é uma importante fonte de alimento para algumas aves e peixes, sendo também muito utilizada como isco para pesca. A nível de crustáceos pode-se destacar o camarão-mouro (*Cangron cangron*) e o caranguejo-verde (*Carcinus maenas*), que servem de alimento preferencial para espécies como o robalo, o safio ou a enguia. O molusco cefalópode choco-vulgar (*Sepia officinalis*), os bivalves como a lambujinha (*Scrobicularia plana*), o berbigão (*Cerastoderma edule*) e o mexilhão (*Mytillus galloprovincialis*), destacam-se pelo seu valor comercial.

É necessário evidenciar a riqueza que antigamente existia nos bancos de ostras do estuário, que se formaram até ao final da década de 60 do século XX, de onde terá sido originária a ostra-portuguesa (*Crassostrea angulata*). A partir dos anos 60 - 70 a população decresceu drasticamente devido a bactérias e malformações originadas pelo TBT – tributilestanho, um composto proibido desde a década de 80. Atualmente, as ostreiras não têm qualquer interesse comercial, sendo colonizadas por macroalgas.

Importa ainda referir que também a espécie *Ruditapes philippinarum* (amêijoia-japonesa) se encontra presente no estuário do Tejo. Introduzida em Portugal nos anos 80, com o objetivo de ser produzida para alimentação na Ria Formosa, no Algarve, dispersou-se através da sua introdução intencional em vários estuários do país e lagoas costeiras. Atualmente é uma das

espécies de bivalves mais comum neste sistema costeiro. A sua apanha e comercialização têm originado problemas de incumprimento da regulamentação em vigor, originando um mercado paralelo e imensos problemas de ordem socioeconómica, humanitária e de saúde pública.

Em relação ao grupo dos mamíferos, podem observar-se espécies de diversos grupos. No grupo dos quirópteros ocorrem diversas espécies de morcegos, tanto em habitats aquáticos, como em montados e pastagens. Os quirópteros assumem elevada importância em termos conservacionistas, encontrando-se incluídos nas convenções de Bona e de Berna e na Diretiva Habitats. No grupo dos roedores destaca-se o rato-de-Cabrera (*Microtus cabrerae*) que também apresenta elevado valor conservacionista, tratando-se de um endemismo ibérico com estatuto de conservação nacional de “Vulnerável”. Dentro do grupo dos lagomorfos, a lebre e o coelho ocorrem nos habitats agrícola e florestal. Este grupo possui elevada importância, uma vez que se tratam de espécies cinegéticas e constituem um elo importante na cadeia alimentar de várias espécies, tais como mamíferos carnívoros ou aves de rapina. No grupo dos carnívoros encontra-se a lontra (*Lutra lutra*) - espécie que está em acentuado declínio na Europa, tendo um estatuto de conservação global de “Quase ameaçado”, o texugo (*Meles meles*), o toirão (*Mustela putorius*), a fuinha (*Martes foina*), a geneta (*Genetta genetta*), o sacarrabos (*Herpestes ichneumon*) e a raposa (*Vulpes vulpes*).



Figura 14: Exemplos da fauna existente na RNET (Aves - Flamingos, Alvéola-amarela, Alfiate; Mamíferos - Rato-de-Cabrera, Lontra e Raposa) (Fonte: Cristina Girão Vieira e Joaquim Pedro Ferreira)

### 3.3.2. Património Cultural

Desde as águas calmas do estuário, passando pelas extensas zonas cobertas pela vegetação do sapal até à ampla planície da lezíria com os seus campos agrícolas e gado, a Reserva Natural do Estuário do Tejo apresenta uma elevada riqueza paisagística, característica de ambientes de transição entre o meio aquático e o meio terrestre. O património cultural aqui existente encontra-se sobretudo associado às atividades tradicionais. O manejo do gado pelos campinos, as romarias e as atividades agrícolas, pecuárias, salineira e piscatória constituem valores que compõem e dão coerência a este espaço natural.

As salinas são dos mais significativos elementos com valor patrimonial. Constituem as estruturas físicas de uma atividade que moldou a paisagem e era detentora de uma cultura própria de saberes e viveres transmitidos de geração em geração. Os marnoteiros e os salineiros possuem costumes, linguagem e traje que inserem em si, valor etnográfico. O sal marinho é obtido quando a água salgada, durante a preia-mar, entra nos reservatórios apropriados para o efeito e cristaliza nos talhos. Posteriormente é escorrido e transportado para as eiras por homens e mulheres que os carregam em canastras sobre a cabeça. Nestas canastras o sal é alisado com tacos de madeira, denominados punhos pelos marnoteiros, a quem compete tradicionalmente essa tarefa. É com o sal fino - a flor de sal - obtido no início da safra que se preparam os "pães de sal", prensados em pequenas formas paralelepípedicas onde se encontram gravados elementos alusivos aos diversos valores da região, a maioria das vezes o ferro dos proprietários da terra. Ao "ouro-branco", outrora recolhido no Tejo, está ligado um papel importante nas transações comerciais entre Portugal e o norte da Europa, na época. Durante milénios a atividade salineira foi uma das principais fontes de rendimento da região e do país. A exploração salineira remonta, pelo menos, ao reinado de D. Afonso III. Progressivamente foi-se verificando a desativação das salinas, sendo sobretudo as aves aquáticas quem mais se ressentiu da perda de parte do seu valor (PORNET)<sup>3</sup>.

O outrora, o sável (*Alosa alosa*), os bancos de ostras, entre várias outras espécies, atraíram inúmeros pescadores da zona de Vieira de Leiria e da região de Aveiro para o Estuário do Tejo. No entanto, as suas populações foram destruídas devido a poluições de origem urbana, industrial e agrícola. A atividade piscatória reduziu-se de forma drástica e, hoje, apenas algumas barcas se dedicam à captura sobretudo de linguado, robalo e enguia.

As diferentes artes de pesca revelam o engenho do povo que trabalha no estuário, para capturar o seu sustento. Eram típicos os seus portos de pesca palafitas (construídos sobre a água), constituídos por um conjunto de cais paralelos entre si e perpendiculares ao rio. A evolução dos barcos de pesca e transporte no rio também constitui parte do património cultural desta região, sendo a construção naval uma das atividades com mais tradição histórica na região. Nos anos 80, numa tentativa de contrariar o desaparecimento das embarcações tradicionais (como a fragata, o varino e a falua), as autarquias ribeirinhas de Seixal, Moita, Alcochete e Vila Franca de Xira

<sup>3</sup> ICNF, I.P. (2007). Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET). Disponível online em: <https://www.ICNF, I.P..pt/conservacao/ordenamentoegestao/planosdeordenamentodeareasprotegidas>.

recuperaram algumas embarcações tradicionais. Atualmente são usadas para atividades de turismo, recreio ou lazer e de educação ambiental.

Não existindo construções de relevo no interior da Reserva, o património construído é sobretudo importante devido à sua ligação com o património cultural. A Ermida de Nossa Senhora de Alcamé foi construída no séc. XVIII, em estilo neoclássico e monumental, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e era o espaço apropriado para as e os trabalhadores das lezírias ali cumprirem as suas obrigações religiosas. Localiza-se na Zona de Proteção Especial Estuário do Tejo, junto ao limite norte da Reserva Natural. No final do séc. XIX, realizavam-se aqui, episodicamente, festas, organizadas por uma comissão de festeiros de que faziam parte lavradores de Vila Franca de Xira, Alhandra e Alverca. Nos anos 40, do séc. XX um grupo de proprietários retomou a organização das festas associando-as às do “Colete Encarnado” de Vila Franca de Xira. Nos últimos anos, a Associação de Varinos de Vila Franca de Xira tem dinamizado a realização da romaria pelo 17 de junho, com a participação de outras associações locais. Os campinos, acompanhados pela banda e o cortejo, transportam o andor com a imagem da N. Sra. da Conceição desde a Igreja Matriz até ao cais, onde se realiza a cerimónia de embarque. A procissão prossegue pelo rio, em embarcações tradicionais todas engalanadas, até ao cais do Marquês. Aí, o andor é transferido para uma charrete, seguindo o cortejo até à ermida, onde se realizam as cerimónias religiosas, que incluem a bênção dos gados e o arraial com apresentação de ranchos folclóricos e atividades associadas aos cabrestos e campinos.

Finalmente, destaca-se ainda o campino, que controla o gado e o transfere de umas pastagens para outras, existindo uma tradição associada ao seu traje. Apesar de constituir a imagem de marca da lezíria ribatejana, o gado de lide – o touro bravo – e o cavalo lusitano ocupam áreas atualmente muito residuais na Lezíria.



Figura 15: Património Cultural da região da RNET e envolventes (Em cima - criação de touro, criação de cavalo e campinos; Em baixo - barco varino, avieiro, varinas, aviera e atividade salineira) (Fonte: CM de Vila Franca de Xira, CM de Benavente e Diário de Notícias)

### 3.3.3. Pontos de Interesse na Área da RNET e Envolvente

No âmbito da Cogestão foram inventariados alguns dos principais pontos de interesse na área da RNET e suas envolventes. Foram selecionados locais com importância cultural, ambiental e de lazer, bem como locais onde já existia algum tipo de infraestruturas de visitação. Dos 14 locais selecionados, 4 localizam-se no município de Benavente, 5 no de Vila Franca de Xira e 5 no de Alcochete.

No mapa abaixo (Figura 16) encontram-se assinalados os principais pontos de interesse identificados. Cada ponto está representado com uma imagem da zona assinalada.

Na defini o do programa prioritário de medidas e a o es para a RNET, foram estes os locais analisados para possíveis interven o es, por parte da Comissão de Cogestão.



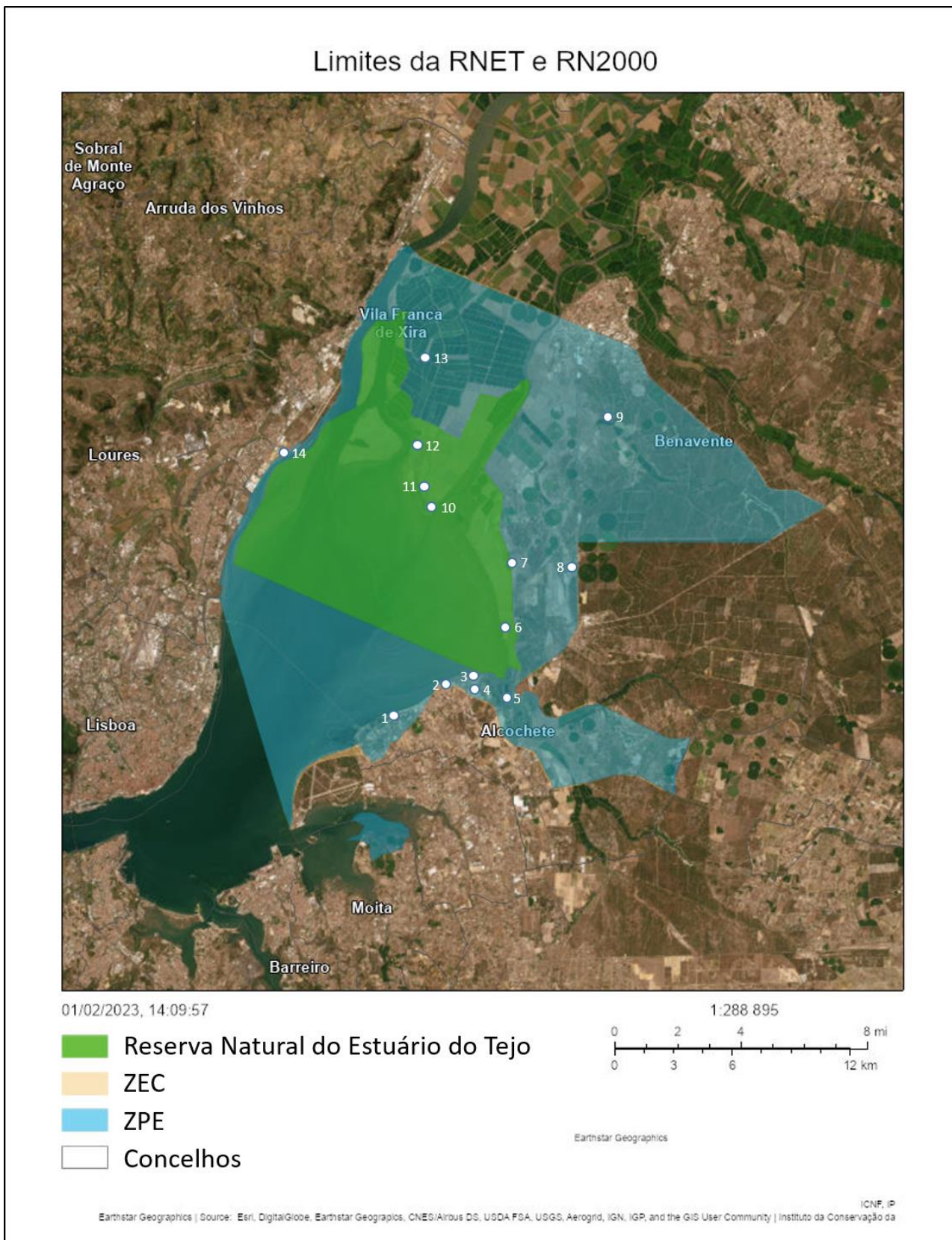


Figura 16: Mapa onde se encontram assinalados os principais pontos de interesse na área da RNET e sua envolvente



1. Salinas do Samouco – Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental



2. Reserva Natural do Estuário do Tejo, sede do ICNF, I.P., Alcochete



3. Polo de Animação Ambiental do Sítio das Hortas, Alcochete



4. Pinhal das Areias, Alcochete



5. Casa do Vau, Ribeira das Enguias, Alcochete



6. Marinha de Vale de Frades, Benavente



7. Vista panorâmica do Estradão de Pancas, Benavente



8. Adegas de Catapereiro, Companhia das Lezírias



9. Monte de Braço de Prata, Companhia das Lezírias



10. Ponta da Erva, Vila Franca de Xira



11. EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves, Vila Franca de Xira



12. Salina da Saragoça, Vila Franca de Xira



13. Ermida de N. Sra. de Alcamé, Vila Franca de Xira



14. Percurso Pedonal Póvoa de Sta. Iria – Alverca do Ribatejo

### 3.3.4. Atividades Económicas

Os estuários têm sido, desde sempre, um local privilegiado para a fixação das populações. Por um lado, o clima é ameno e abundam os recursos alimentares, por outro, constituem zonas de charneira entre o interior e o mar, por eles circulando parte importante das trocas comerciais.

Várias atividades socioeconómicas continuam a ter lugar no território, embora condicionadas pelo Plano de Ordenamento da RNET, que fixa, entre outros, os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença. Resumem-se, de seguida, as atividades socioeconómicas mais relevantes a decorrer atualmente na área da RNET.

#### Agricultura e pecuária

Na área terrestre da RNET, composta maioritariamente por propriedade privada, deparamo-nos com campos onde se desenvolvem tanto a atividade agrícola, com culturas de sequeiro e de regadio, como a atividade pecuária, com a criação de gado. Para o desenvolvimento destas atividades, o território encontra-se dotado de sistemas de defesa, rega e de enxugo/drenagem.

Grande parte da área terrestre da RNET encontra-se sobreposta com o Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (AHLGVFX), dispondo toda essa área de um sistema de defesa composto por um dique de proteção contra cheias e inundações em terra, exposto a um processo erosivo com repercussões bastante significativas na sua estabilidade. A área terrestre da RNET que se encontra sobreposta com o AHLGVFX dispõe igualmente de um sistema hidráulico de rega composto por uma ampla rede de valas e canais, não revestidos, funcionando em modo de vasos comunicantes e, deste modo, infraestruturado com portas de água, comportas, brechões, entre outras, que entregam água em quantidade e qualidade adequadas à rega das parcelas. O sistema de enxugo/drenagem implementado nesta área, é igualmente um sistema hidráulico composto por valas não revestidas, funcionando em modo de vasos comunicantes, infraestruturado com portas de água, comportas, brechões, entre outras, permitindo o escoamento dos caudais existentes em excesso para os rios Tejo e Sorraia.

Atualmente a atividade agrícola existente nesta área divide-se tanto em culturas de sequeiro, como culturas de regadio, sendo sensivelmente dois terços ocupados pelas culturas de sequeiro e um terço pelas culturas de regadio. Nas culturas de regadio, identificam-se o arroz, o milho, o sorgo, girassol e o azevém. Relativamente às culturas de sequeiro, são de destacar as pastagens semeadas com composição florística diversificada que permite o pastoreio durante todo o ano, em sistema extensivo, de bovinos de carne. No entanto existem ainda áreas residuais de aveia, trigo, cevada e forragens. Ambas as atividades, agricultura e pecuária, em particular a agrícola e em especial as culturas de regadio, acabam por disponibilizar abrigo, água e alimento à fauna presente na área da reserva natural do estuário do Tejo, em especial a espécies de aves aquáticas, mas também às aves terrestres. É de destacar o exemplo da cultura do arroz, uma cultura de

regadio, que potencia o habitat e é fonte de alimento para diversas aves aquáticas. As pastagens, maioritariamente culturas de sequeiro, são habitat tanto para aves terrestres como para aves aquáticas.

O maior proprietário da área terrestre da RNET é a Companhia das Lezírias. Constituída sob a forma de Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, é a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, compreendendo a sua área a Lezíria de Vila Franca de Xira, a Charneca do Infantado e o Paul de Magos. Há quase dois séculos dedicada à modernização da agricultura, pecuária e silvicultura, o uso sensato dos recursos naturais, a avaliação dos riscos e o aumento da resiliência do território à emergência climática são os grandes objetivos na gestão da propriedade e das suas atividades. Atualmente, desenvolve a atividade agrícola em culturas de regadio como a arroz, o milho, culturas forrageiras, vinha e olival. Possui um efetivo de mais de 2.500 bovinos de vocação “carne” em regime extensivo e mais de 400 cavalos nas duas coudelarias que gere, em Samora Correia e, principalmente, na Coudelaria de Alter. Grande parte destas atividades desenvolvem-se numa matriz de 8.500 ha de floresta composta, essencialmente, por montado de sobro e pinhais bravos e mansos. No total, a Companhia das Lezírias gere 20 mil ha, dos quais 2.325 ha se situam na RNET e 13.621 ha em Rede Natura 2000, na Zona Especial de Conservação do Estuário do Tejo.

### Atividade salineira

A atividade salineira foi, durante milénios, uma das principais fontes de rendimento da região e do país, tendo Alcochete sido outrora considerado o principal núcleo de produção de sal de Portugal.

Após a sua extração, o sal era transportado para Lisboa, onde era vendido e exportado. Apelidado de “ouro branco”, constituía o principal sustento de muitas famílias de Alcochete. Tarefa árdua e mal remunerada, a extração do sal envolvia rapadores e carregadores num negócio que explorava 90 marinhas.

Na 2.ª metade do século XX, Portugal passa a consumir sal europeu e africano. O aumento da importação de sal e os progressos dos meios de conservação dos alimentos conduziram progressivamente à desativação das salinas e ao declínio da atividade salineira. Em Alcochete, o sal amontoava-se, dando forma a serras brancas. A salicultura deixou, assim, marcas numa terra que, durante muito tempo, teve esta como uma das suas principais atividades económicas e, por isso, as Salinas constituem ainda um espólio valioso, e singular, na identidade e paisagem do Concelho<sup>4</sup>.

Hoje em dia, a única marinha em todo o Tejo que continua a produzir sal é a Marinha do Canto. Encontra-se integrada no Complexo das Salinas do Samouco, onde se produz sal marinho e flor

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.cm-alcochete.pt/visitar/o-que-fazer/salinas>

de sal de forma artesanal entre os meses de março e setembro. Esta marinha representa parte da história e cultura dos alcochetanos.

As salinas do Samouco <sup>5</sup>constituem ainda um local de eleição para a nidificação de muitas espécies de aves, que as utilizam como local de repouso durante a preia-mar, quando escasseiam as zonas não alagadas. No inverno contam-se, com regularidade, mais de 15 mil aves, entre limícolas, aquáticas, rapinas e passeriformes, num total de 90 espécies representadas neste local.

## Pesca

A pesca é outra das atividades económicas indissociáveis do estuário do Tejo, mas que tem vindo a sofrer alterações expressivas com o tempo. De acordo com uma caracterização da atividade piscatória efetuada aquando da elaboração do Plano de Ordenamento da RNET, em 1987 laboravam a bordo 682 pescadores, correspondendo a cerca de 616 embarcações, distribuindo-se pelas comunidades ribeirinhas de Lisboa, Póvoa de Santa Iria, Alhandra, Vila Franca de Xira, Alcochete, Montijo, Barreiro, Seixal e Trafaria. A caracterização efetuada na altura apontava já para uma redução da atividade piscatória, que se devia à escassez de recursos vivos que se vinha agravando ao longo do tempo, não só devido à poluição do estuário, mas também ao uso de artes de pesca extremamente lesivas, como era o caso do arrasto pelo fundo, entretanto proibida a partir de 1990.

No âmbito da recondução do plano de ordenamento da RNET a programa especial, foram consultadas as Estatísticas de Pesca mais recentes (2022), por comparação com os dados de 2006, para o número de embarcações licenciadas com motor e número de pescadores matriculados no porto de Lisboa (tabela 4). O número de embarcações de pesca licenciadas no porto de Lisboa em 2022 é de apenas 35, tendo-se mantido em relação a 2006, mas sendo significativamente muito mais baixo que em 1987. Também o número de pescadores matriculados no porto de Lisboa em 2022, na ordem dos 115, é bastante inferior ao apontado pelos estudos de caracterização do PORNET, sendo maioritariamente referente ao segmento de pesca ocorrente em águas marinhas: 90 pescadores de águas marítimas e 25 de águas interiores não marítimas. Verifica-se, porém um aumento do número total de pescadores entre 2006 e 2022, com ganhos no segmento de água interiores não marítimas (+25), e perdas no segmento de águas marítimas (-12).

<sup>5</sup> As salinas do Samouco são visitáveis. A sua gestão está a cargo da Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental – Salinas do Samouco, cujo objetivo é a compreensão, pelos visitantes, da importância do salgado do Samouco na paisagem da região, incluindo todos os seus componentes (fauna, flora, cultura, etc.) e do contraste entre esta paisagem e a envolvente urbana. (<https://www.salinasdosamouco.pt/>)

Tabela 4: Embarcações licenciadas com motor e número de pescadores matriculados no porto de Lisboa, 2006-2022 e variação (fonte: Estatísticas de Pesca)

Porto de registo	Período de referência dos dados	Embarcações de pesca licenciadas da frota nacional com motor	Pescadores matriculados em 31 de dezembro		
			Total	Águas interiores não marítimas	Águas marítimas
Lisboa	2022 (nº)	35	115	25	90
	2006 (nº)	35	102	0	102
	Variação 2006 – 2022 (%)	0	12,7	-	-11,8

### 3.3.5. Ocupação Humana e Demografia

#### Ocupação humana

As condições geográficas deste território, favoráveis à produção e escoamento de recursos de subsistência, determinaram a ocupação humana desde os tempos mais remotos. O Estuário do Tejo apresenta-se como um porto natural com características excecionais – largas margens, águas calmas, profundas e ricas do ponto de vista da biodiversidade.

A humanidade desde cedo soube explorar os recursos associados ao rio, desenvolvendo as suas atividades em torno do mesmo, como demonstram a pesca tradicional, as salinas e os moinhos de maré. A ocupação estratégica do território revela também a utilização do Tejo enquanto eixo principal de comunicação entre as margens e o interior.

Para além disso, o Tejo representou um interposto entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo, assegurando a permutação de produtos e conhecimentos com diferentes culturas. As condições geográficas deste território determinaram, pois, o enraizamento de uma cultura e tradição estreitamente relacionadas com as atividades marítimas.

A presença humana no Estuário do Tejo remonta ao Paleolítico Inferior. A jusante de Vila Franca de Xira e ao longo da margem esquerda, foram identificadas cascalheiras de seixos rolados e afeiçoados de quartzito, estando reconhecidas mais de 40 estações paleolíticas nas áreas de charneca do concelho de Benavente junto à margem estuarina. Os vestígios arqueológicos comprovam a presença humana desde o paleolítico ao longo das margens do antigo estuário. Mais recentemente, junto ao acesso sul da ponte Vasco da Gama, foi também encontrada uma importante jazida datada do Paleolítico Médio. O Neolítico Inferior e Médio estão representados por materiais descobertos na Gruta do Correio Mor, em Loures, e o Neolítico Final em muitos outros locais. Os romanos e os árabes usaram as margens do Tejo. Depois da reconquista foi do Tejo que partiram as naus dos Descobrimentos.

A importância da região em redor do Estuário do Tejo, em todo este período, assentava na cultura do trigo e do milho painço, na produção de azeite, vinho e sal, e na pesca. Assim, nas margens do Estuário do Tejo estabeleceram-se comunidades de pescadores, salineiros e agricultores.

Atualmente, o estuário une a Área Metropolitana de Lisboa, sendo uma zona de elevado interesse biológico e económico.

### Demografia

Para efeito de caracterização e análise da evolução demográfica, foram considerados os dados relativos aos Municípios abrangidos pela RNET, ou seja, Vila Franca de Xira, Benavente e Alcochete. A caracterização foi efetuada tendo como base os dados dos Recenseamentos da População – Censos – sendo efetuada uma análise comparativa dos valores de 1950 a 2021. Outros dados relativamente à demografia podem ser encontrados no Anexo I.

Os efeitos da implantação da industrialização tiveram gradual e progressiva repercussão demográfica. Entre 1950 e 2021 existiu um aumento populacional significativo em todos os Municípios (Gráfico 1). No Município de Vila Franca de Xira a população sofreu um aumento bastante elevado (320,3%, ou seja, 4,2 vezes a população inicial). Nos restantes Municípios o aumento não foi tão acentuado. Em Benavente o aumento foi de 153,4% (2,5 vezes a população inicial) e em Alcochete foi de 143,4% (2,4 vezes a população inicial). No Município de Vila Franca de Xira o número de habitantes e respetiva densidade populacional são bastante mais elevados do que nos restantes Municípios da área de estudo. Nos últimos censos, em 2021, foram contabilizados 137 529 habitantes no Município de Vila Franca de Xira, o que corresponde a uma densidade populacional de 432,21 hab./km<sup>2</sup>. Em Alcochete habitam em torno de 19 143 pessoas, correspondendo a uma densidade de 149,1 hab./km<sup>2</sup>. Por último, em Benavente, a densidade populacional é a mais reduzida existindo 29 709 habitantes, ou seja, 57,0 hab./km<sup>2</sup>.

Nas últimas duas décadas a taxa de crescimento demográfico neste território tem vindo a diminuir. Em 2021 a taxa de crescimento da população, entre décadas, esteve entre os 0 e os 9% nos três Municípios, sendo mais baixa em Vila Franca de Xira e mais elevada em Alcochete (Tabela 5). Isto significa que o crescimento populacional anual médio foi bastante reduzido (0 a 1%).



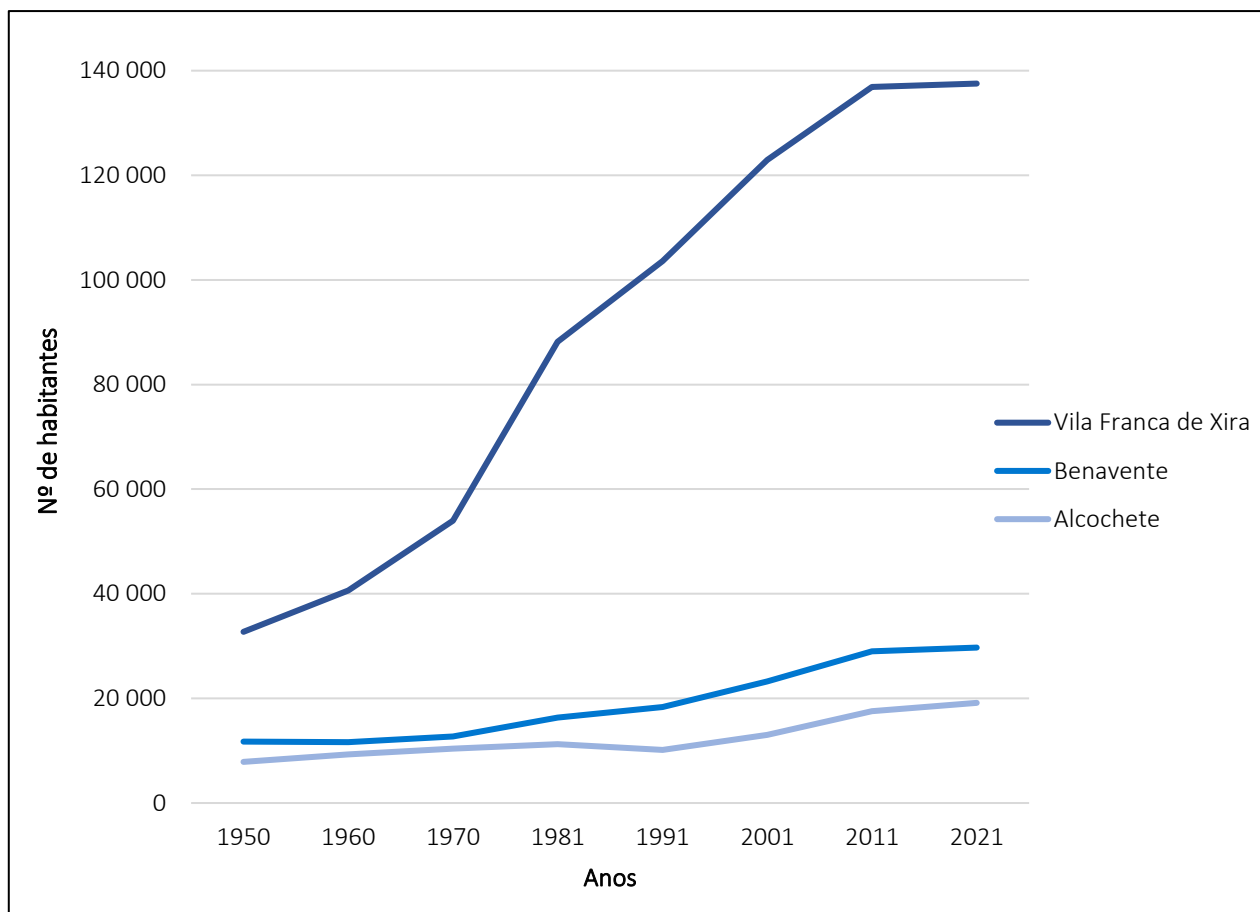


Gráfico 1: Evolução do nº de habitantes dos 3 Municípios que integram a RNET

Em termos de estrutura etária (Gráfico 2), pode-se observar um envelhecimento gradual da população ao longo dos anos. Os censos de 2021 revelaram, pela primeira vez, um índice de envelhecimento acima do referencial 100 nos três Municípios, sendo este mais elevado em Benavente e mais reduzido em Alcochete. Ou seja, no ano de 2021, a percentagem de idosos era mais elevada do que a percentagem de jovens em todos os Municípios.

Tabela 5: Variação populacional nos Municípios que integram a RNET entre os anos de 1960 e 2021

	Vila Franca de Xira				Benavente				Alcochete			
	1960	1981	2001	2021	1960	1981	2001	2021	1960	1981	2001	2021
<b>Crescimento populacional (%)</b> (relativo à década anterior)	24,1	63,4	18,7	0,47	-0,81	28,0	26,8	2,38	17,9	8,03	27,9	8,96
<b>Densidade populacional</b> (Nº de indivíduos por Km <sup>2</sup> )	125,5	273,0	379,9	432,2	22,1	31,1	44,3	57,0	69,8	84,6	98,0	149,1
<b>Jovens (%)</b> (menos de 15 anos)	23,1	26,1	16,5	15,2	25,1	23,7	16,9	15,3	25,7	24,0	16,3	16,4
<b>População em idade ativa (%)</b> (15 aos 64 anos)	70,0	66,7	72,4	66,3	67,2	65,9	68,4	65,0	66,1	65,3	68,4	65,8
<b>Idosos (%)</b> (65 e mais anos)	6,9	7,5	11,1	18,5	7,7	10,5	14,7	19,7	8,2	10,7	15,4	17,8
<b>Índice de envelhecimento</b> (idosos por cada 100 jovens)	29,7	28,9	66,9	121,5	30,7	44,4	87,2	129,0	31,9	44,4	94,6	108,8

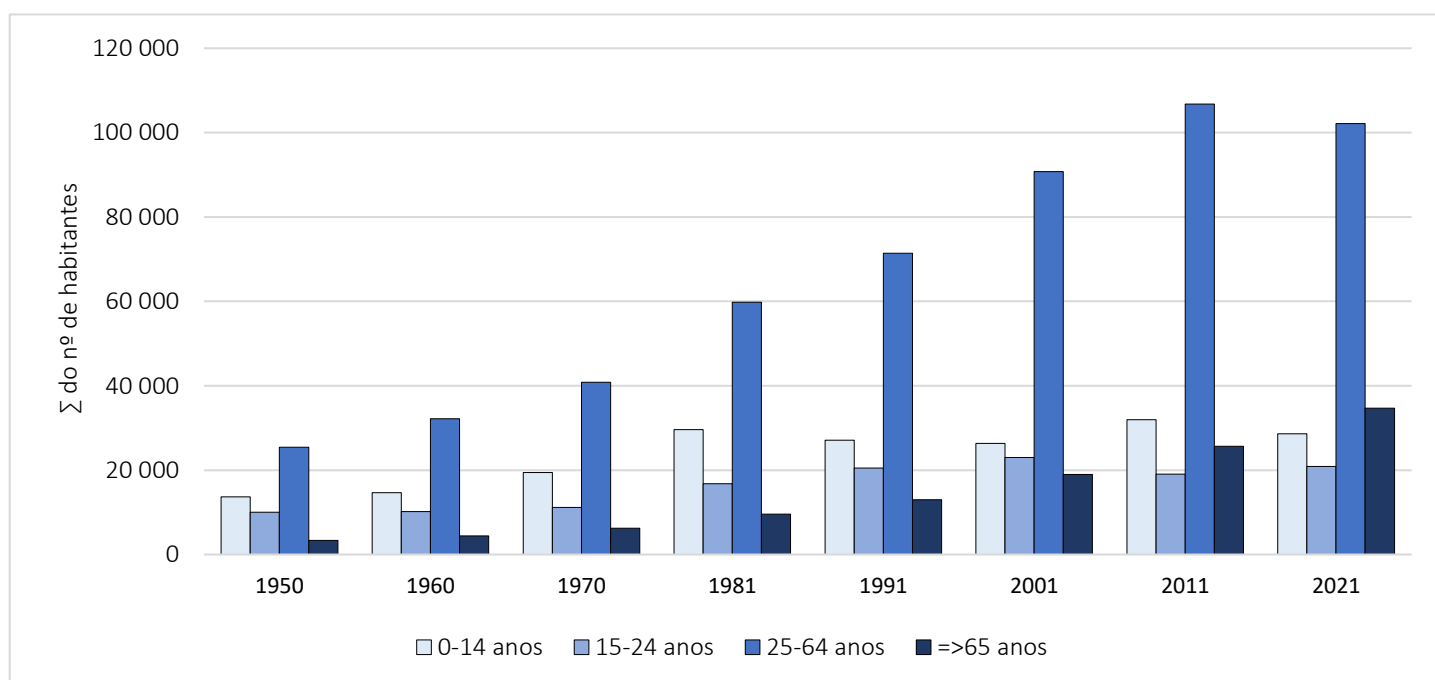


Gráfico 2: Evolução das classes etárias nos Municípios abrangidos pelas RNET

### 3.3.6. Uso do Solo

Para esta análise do território da RNET recorreu-se a mapas de Uso do Solo CORINE Land Cover (CLC) disponibilizados pelo *Copernicus Land Monitoring Service*<sup>6</sup>, e foram consultados os seguintes documentos: *Manual of CORINE Land Cover changes*<sup>7</sup>; *CLC2018 Technical Guidelines*<sup>8</sup>, *User Manual - Copernicus Land Monitoring Service CORINE Land Cover*<sup>9</sup>. Todos os mapas foram analisados e trabalhados utilizando o programa QGIS (software de sistema de informação geográfica (GIS)). Informação detalhada sobre a metodologia utilizada pode ser encontrada no Anexo II.

A classificação utilizada - *CORINE Land Cover* - não serve os propósitos agronómicos de ocupação do solo - classificação das culturas, pelo que a interpretação dos dados e das classificações utilizadas neste ponto e no ponto 3.3.6.1. deverá ter em conta este facto.

No presente ponto (3.3.6.) foram utilizados os mapas estado de uso do solo (isto é, correspondentes a um ano específico) produzidos pelo CORINE Land Cover, que contêm 3 classes de nomenclatura, 44 classes de ocupação do solo e uma Unidade Mínima de Mapeamento (MMU) de 25 ha para fenómenos de área e uma largura mínima de 100 m para fenómenos lineares.

Apresenta-se, de seguida, na Tabela 6 as classes, por nível, representadas no território da RNET.

*Tabela 6: Classes representadas no território da RNET, por nível, segundo a nomenclatura do Corine Land Cover, com a redação conferida pela Direção Geral do Território (DGT).*

Nível 1	Nível 2	Nível 3
2. Áreas agrícolas e agroflorestais	2.1 Culturas temporárias	2.1.1 Culturas temporárias de sequeiro
		2.1.2 Culturas temporárias de regadio
		2.1.3 Arrozais
	2.3 Pastagens permanentes	2.3.1 Pastagens permanentes
3. Florestas e meios naturais e semi-naturais	3.1 Florestas	3.1.1 Florestas de folhosas
	3.2 Florestas abertas, vegetação	3.2.2 Matos
4. Zonas Húmidas	4.1 Zona húmidas interiores	4.1.1 Paúis
		4.2.1 Sapais
	4.2 Zonas húmidas litorais	4.2.2 Salinas e aquicultura litoral
4.2.3 Zona entre-marés		
5. Corpos de água	5.1 Águas interiores	5.1.1 Cursos de água
		5.1.2 Planos de água
	5.2 Águas marinhas e costeiras	5.2.2 Desembocaduras fluviais (i.e.

<sup>6</sup>O *European Union's Copernicus Land Monitoring Service* alerta para o facto de a ocorrência de erros de interpretação ser uma característica inerente à fotointerpretação de dados de deteção remota, não necessariamente por negligência, mas por insuficiência de informação. Estes “erros” podem ocorrer devido a (1) disponibilidade de imagens de satélite de maior resolução; (2) uma nova imagem de satélite ou uma série temporal de imagens de satélite fornece uma chave adicional para o reconhecimento correto de um elemento; (3) maior disponibilidade e melhor qualidade dos dados *in-situ*; (4) melhoria das competências dos peritos.

<sup>7</sup><https://land.copernicus.eu/en/technical-library/manual-of-corine-land-cover-changes/@@download/file>

<sup>8</sup> <https://land.copernicus.eu/en/technical-library/clc-2018-technical-guidelines/@@download/file>

<sup>9</sup> <https://land.copernicus.eu/en/technical-library/clc-product-user-manual/@@download/file>

<sup>10</sup> A DGT utiliza o termo “Desembocaduras fluviais” para se referir às zonas de estuário - [https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/documentos-publicos/2017-6-7-14-34-50-93\\_RTC-61.pdf](https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/documentos-publicos/2017-6-7-14-34-50-93_RTC-61.pdf). Assim, para uma melhor compreensão geral, o termo aparecerá acompanhado da palavra “Estuário” entre parênteses.

A Figura 17 indica os limites da RNET e a Figura 18 apresenta a distribuição espacial das classes de nível 1 vigentes na Tabela 6. O Gráfico 3 demonstra a representatividade percentual e absoluta das principais classes, cujos resultados são os seguintes: Corpos de água, 53% - 7626 ha; Áreas agrícolas e agroflorestais, 29% - 4144 ha; e Zonas Húmidas, 18% - 2587 ha.



Figura 17: Limites da RNET (Fonte: Google Earth)

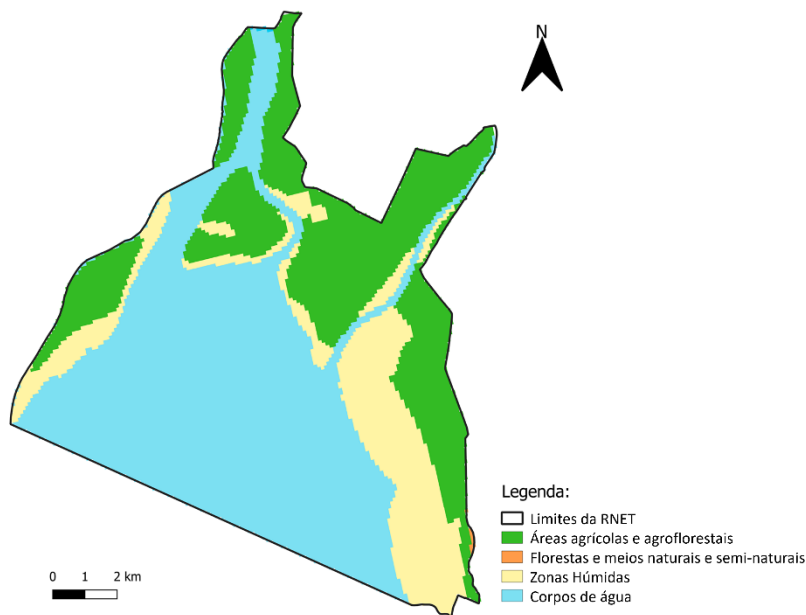


Figura 18: Classes de Nível 1 da carta de ocupação de solo na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018)

É de referir, que para além das classes mencionadas anteriormente, estão também presentes no território da RNET outras classes de nível 1, nomeadamente: (1) Territórios artificializados e (3) Florestas e meios naturais e seminaturais. Estas duas classes têm uma representatividade no território diminuta, não sendo minimamente expressiva a sua percentagem.

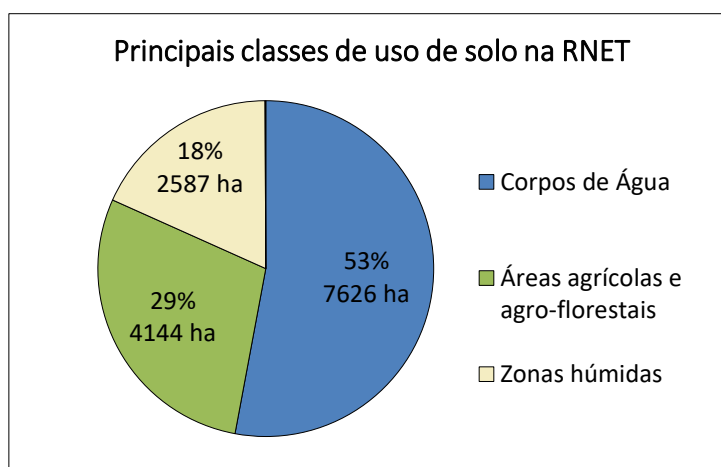


Gráfico 3: Representatividades das principais classes de uso de solo na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018)

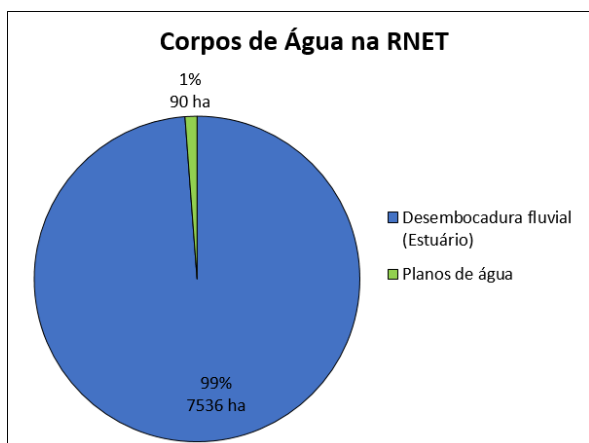


Gráfico 4: Corpos de água na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018)

Relativamente aos Corpos de água, a maior parte é constituída por águas estuarinas (Desembocadura fluvial), existindo também 90 ha compostos por Planos de água (Gráfico 4).

Tendo em conta a pertinência das Áreas agrícolas e agroflorestais na dinâmica da RNET, importa referir quais as culturas que atualmente se encontram presentes no território da RNET. Os 4144 ha distribuem-se entre: 49% pastagens permanentes (por norma, não são regadas); 20% arrozais (uma cultura de regadio); 16% culturas temporárias de regadio (por exemplo: milho e azevém); e 15% culturas temporárias de sequeiro (por exemplo: aveia e trigo) (Gráfico 5).

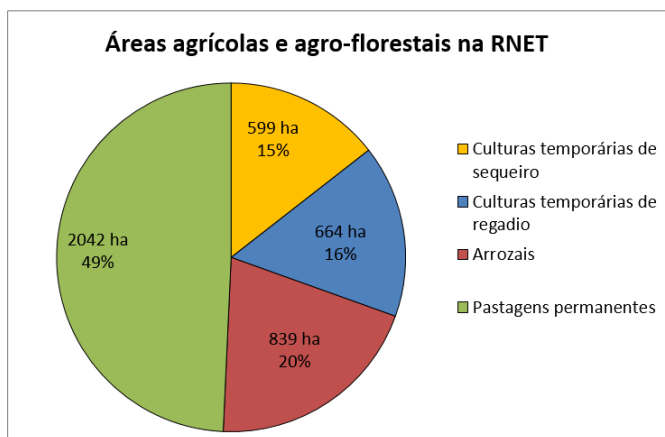


Gráfico 5: Áreas agrícolas e agroflorestais na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018)

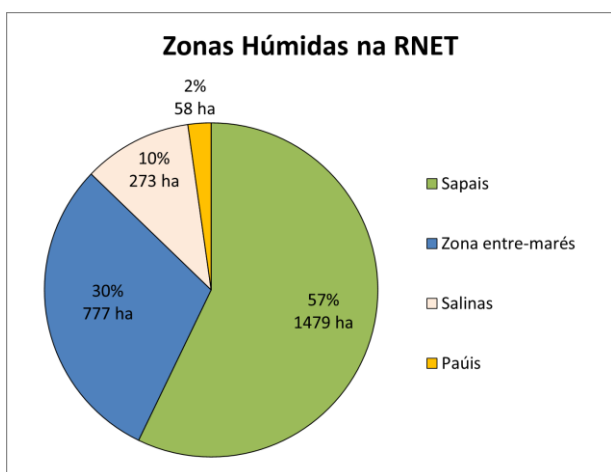


Gráfico 6: Zonas Húmidas na RNET (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018)

Com respeito às Zonas húmidas, as zonas de paúis ocupam uma área reduzida (2%) (Gráfico 6), existindo uma clara predominância das zonas de sapal (57%), seguida das zonas entre marés (30%). As salinas ocupam cerca de 10% da área das Zonas húmidas.

A Figura 19 demonstra a distribuição de todas estas áreas na RNET, para uma melhor perceção da localização de cada tipo de uso do solo.

É de salientar a incorreção de qualificação de uso do solo que se verifica na zona do Mouchão da Póvoa. De facto, desde 2016, altura em que se verificou o rombo no combro de defesa na face norte do Mouchão, que este não comporta áreas de culturas temporárias de sequeiro. Atualmente, o Mouchão da Póvoa constitui uma área estuarina, aberta e condicionada ao regime das marés. Este erro pode ter sucedido devido ao satélite ter passado pelo local numa altura de maré-baixa

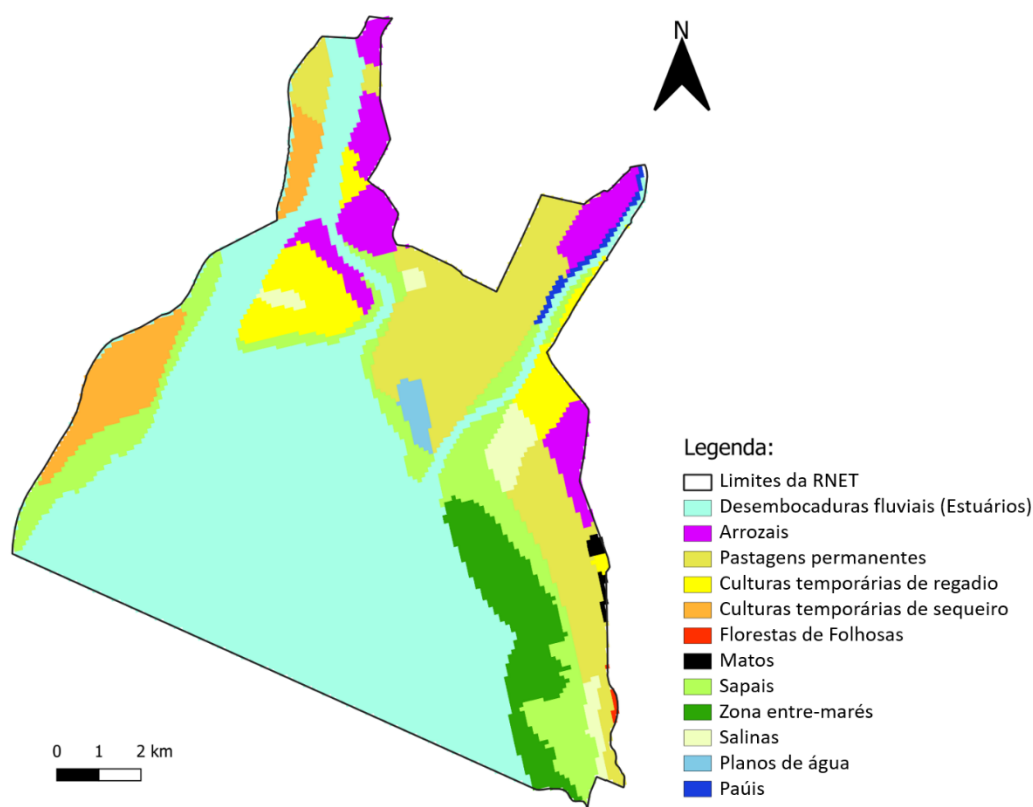


Figura 19: Classes de Nível 3 de Uso do Solo na RNET em 2018 (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 2018)

A figura 20 demonstra a distribuição das classes, de nível 3, de uso do solo em 1990. Comparando as Figuras 19 e 20 é possível visualizar as principais alterações a nível de usos do solo. No Anexo II encontram-se as tabelas com os valores absolutos das áreas das principais classes de uso do solo, relativas ao mapa de 1990 e de 2018. Mais uma vez, é importante ter em consideração que entre 1990 e 2018 os métodos de recolha de informação relativamente aos usos do solo evoluíram, pelo que tem de existir um certo cuidado e atenção ao comparar estes dados.

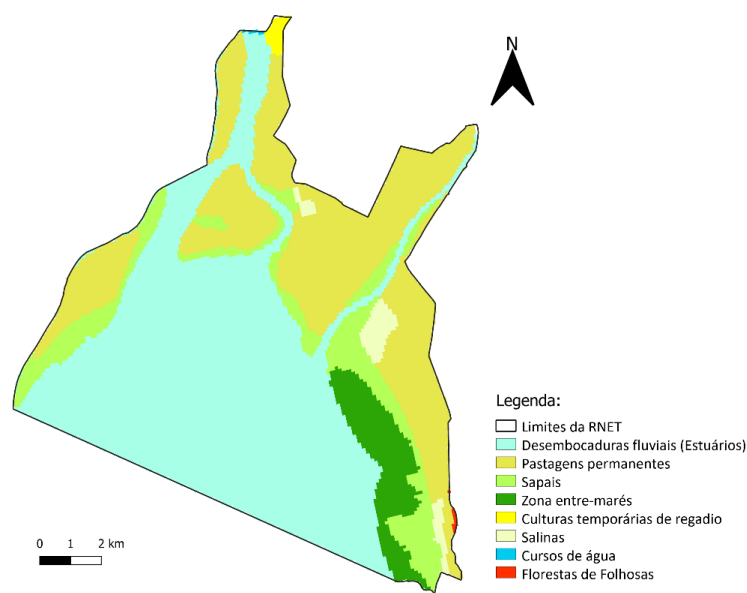


Figura 20: Classes de Nível 3 de Uso do Solo da RNET em 1990 (Baseado em mapas CORINE Land Cover de 1990)

### 3.3.6.1. Evolução do Uso do Solo

Para este ponto foi realizada uma análise de camadas de alterações (*change layer* – CLC-Change) presentes no CORINE Land Cover. Esses mapas assinalam apenas as áreas do território em que ocorreram alterações na ocupação do solo entre duas datas de referência. As restantes áreas mantêm-se em branco por não ter havido qualquer alteração de uso do solo. Esses mapas possuem ainda uma resolução maior que os mapas das camadas de estado. Enquanto os mapas das camadas de estado possuem uma MMU de 25 ha, os últimos apresentam significativamente mais pormenor, com uma MMU de 5 ha.

Devido às diferenças de definição entre os dois tipos de mapas utilizados - mapas de estado no ponto 3.3.5.1.e mapas de camadas de alterações no ponto 3.3.5.1. - são esperadas algumas incoerências, em termos de valores de área, ao comparar os valores obtidos no ponto anterior com os valores obtidos no presente ponto.

As informações base utilizadas para este ponto podem ser consultadas no Anexo II.

O Gráfico 7 mostra as principais alterações de área (em ha) que ocorreram no território da RNET entre 1990 e 2018, tendo em conta as diferentes classes de uso do solo. Estas alterações incidem essencialmente na redução da área de pastagens permanentes, e, em contrapartida, a um aumento significativo da área de arrozais e de culturas temporárias de regadio.

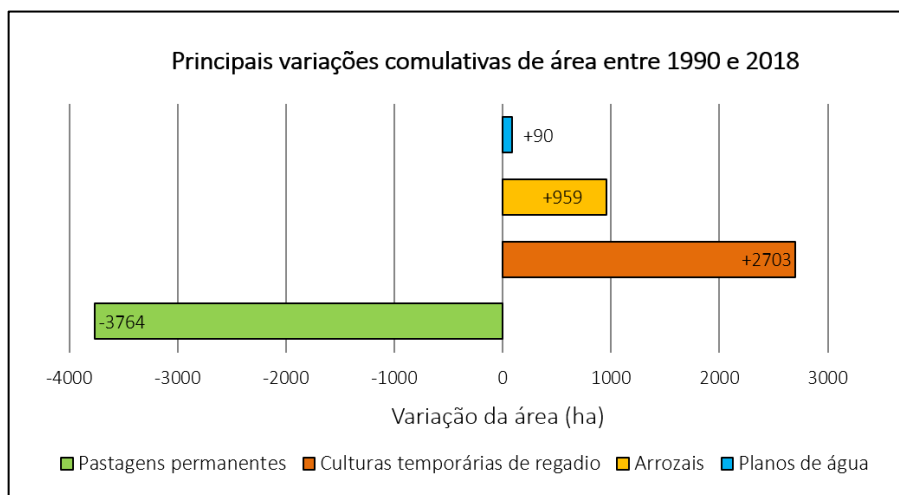


Gráfico 7: Principais variações de área entre 1990 e 2018 para o território da RNET, tendo em conta as diferentes classes do uso do solo (Baseado em dados do CORINE Land Cover)

De notar que existe, claramente, uma alteração da interpretação, não por negligência, mas por um outro qualquer motivo inerente à fotointerpretação<sup>11</sup>, que fez com que no ano de 1990 se considerassem 3 019 ha de “pastagens permanentes” e que em 2000 se considerasse toda essa área como “culturas temporárias de regadio” e “sapais”. Efetivamente este facto não se verificou no terreno. Quanto à atual classificação “culturas temporárias de regadio”, existe uma correspondência à realidade no terreno, tal como vem a ser reiterado em todos os CLC-Change posteriores.

Uma vez que o CORINE Land Cover Change 1990-2000 e 2000-2006 enviesam a análise de dados, foi efetuada uma nova análise que retrata as alterações do uso do solo entre 2006 e 2018.

O Gráfico 8 mostra as principais alterações entre 2006-2018 na área da RNET para as diferentes classes de uso do solo. Estas alterações incidem essencialmente na redução da área de “pastagens permanentes” e das “culturas temporárias de regadio”, e, em contrapartida, a um aumento significativo da área de “arrozaís” e marginal quanto aos “planos de água”.

<sup>11</sup> Possivelmente devido a: uma disponibilidade de imagens de satélite de maior resolução; uma nova imagem de satélite ou uma série temporal de imagens de satélite fornece uma chave adicional para o reconhecimento correto de um elemento; maior disponibilidade e melhor qualidade dos dados *in-situ*; melhoria das competências dos peritos.



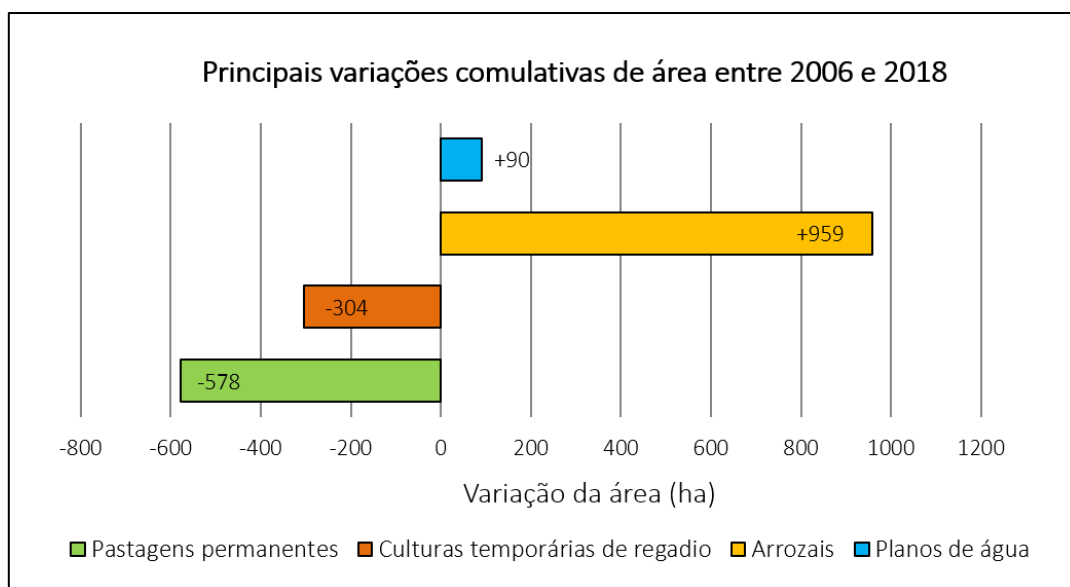


Gráfico 8: Principais variações de área entre 2006 e 2018 para o território da RNET, tendo em conta as diferentes classes do uso do solo (Baseado em dados do CORINE Land Cover)

De salientar que desde 2018 ocorreram novas alterações no uso do solo, no entanto, o CORINE Land Cover ainda não tem disponíveis mapas mais atualizados. Isto realça a necessidade e importância da realização de um levantamento do uso do solo, na área da RNET, mais atual e detalhado.

## 4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA ÁREA PROTEGIDA

O diagnóstico prospetivo da Área Protegida é uma análise essencial para identificar as temáticas mais relevantes no território da Área Protegida e seus desafios, constituindo a base para o desenvolvimento de soluções orientadas para o desenvolvimento estratégico e sustentável da mesma.

Este diagnóstico pretende caracterizar a RNET nas suas várias dimensões - política, social, económica, ecológica, territorial e cultural – e foca-se, tanto nos fatores positivos, como os negativos, presentes no território.

### 4.1. ANÁLISE SWOT – FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

De forma a caracterizar a RNET e a identificar as potenciais áreas de intervenção da proposta de Plano de Cogestão da RNET, realizou-se uma análise SWOT (*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)) (Figura 21).

Esta análise foi elaborada com base no conhecimento das entidades da Comissão de Cogestão e respetiva Estrutura de Apoio relativamente ao estado atual da RNET. Contou também com valiosos contributos dos principais atores chave e da população em geral, reunidos através de um inquérito, o *Inquérito para recolha de contributos sobre a valorização, promoção e comunicação na Reserva Natural do Estuário Tejo*, cujos resultados serão explanados na seção 5.2.1.

Durante a consulta pública da presente proposta de Plano de Cogestão serão ainda realizadas sessões participativas com todos os interessados, de forma a recolher contributos adicionais para esta análise SWOT.

Desta forma, foi possível criar uma análise conjunta do território, com vista a projetar uma visão comum, concreta e consensual para a RNET e que se materializou posteriormente na definição de um programa de eixos, medidas e ações.

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<b>S</b> trengths (forças)	<b>W</b> eaknesses (fraquezas)
Fatores externos	<b>O</b> pportunities (oportunidades)	<b>T</b> hreats (ameaças)

Figura 21: Esquema da análise SWOT

Seguidamente apresenta-se a matriz SWOT elaborada, onde se sintetizam os principais pontos.

#### Fo: FORÇAS

1. Área Protegida a nível internacional
2. Bom relacionamento com parceiros estratégicos que organizam visitas na RNET e RN2000
3. Sazonalidade da avifauna permite trabalhar programas da vida selvagem sem defraudar expectativas
4. Infraestruturas de visitação e observação de aves existentes (EVOA – RNET, Salinas do Samouco – área envolvente)
5. Especificidade da morfologia da paisagem
6. Conjugação rara de biótopos num pequeno espaço
7. Região com elevado interesse conservacionista devido à elevada biodiversidade e à existência de zonas preservadas
8. Área de eleição, em termos de invernada, para diversas espécies de avifauna
9. Salinas, mesmo que desativadas, com importância para a fauna local
10. Reduzida ocupação do solo com áreas edificadas
11. Proximidade aos centros históricos de Alcochete, Vila Franca de Xira e Samora Correia e a sítios arqueológicos de interesse patrimonial e científico
12. Existência de um património único baseado no sistema campino-touro-cavalo
13. Existência de infraestruturas e conhecimento associado à produção de sal
14. Existência de embarcações típicas do Estuário do Tejo que poderão ser utilizadas para fins turístico-recreativos
15. Existência do conhecimento vivo (“saber fazer”) sobre artes de pesca tradicionais aplicadas ao estuário e construção de embarcações típicas
16. Produtos de carácter único e inimitável de elevada qualidade
17. Potencial para muitas atividades de turismo de natureza, observação de aves, recreio náutico, desporto de natureza (canoagem, BTT), passeios em embarcações tradicionais, passeios a pé, passeios equestres.
18. Aumento sustentado da qualidade de gestão da Área Protegida ao longo do tempo
19. Integridade territorial / continuidade territorial (RNET<->RN2000)
20. Proximidade a grandes centros urbanos, incluindo à capital (porta de entrada do país)
21. Conceito de reserva natural enquanto marca (antiguidade, histórico)
22. Gestão territorial efetuada por poucas entidades – facilita a gestão da AP
23. Melhoria da compatibilização das atividades agrícolas e restantes atividades económicas com a conservação da natureza pelas entidades presentes no território

## Fr: FRAQUEZAS

1. Inexistência de *branding* da Área Protegida
2. Falta de acesso ou inexistência de dados sobre visitantes na RNET
3. Infraestruturas em más condições ou não ativas
4. Autonomia administrativa e financeira limitada das áreas protegidas
5. Falta de informação atualizada sobre os valores naturais da RNET
6. Falta de material de informação, divulgação e sensibilização ambiental sobre a RNET
7. Carência de estudos científicos sobre a biodiversidade da RNET para apoio à tomada de decisões na gestão do território
8. Deficientes conhecimentos e aproveitamento dos recursos arqueológicos e patrimoniais existentes e risco de destruição dos mesmos
9. Existência de salinas abandonadas
10. Falta de sinalização e a não existência de moradores que dificultam a orientação em passeios ou visitas
11. Má qualidade das acessibilidades internas
12. Pouca oferta de alojamento turístico na RNET e envolvente imediata
13. Baixa taxa de criação de emprego local
14. Desconhecimento do valor da Área Protegida pelo público
15. Inexistência de veículos de comunicação entre a administração da Área Protegida e o público
16. Dificuldade de fiscalizar atividades ilícitas no rio
17. Dificuldade de articulação/ comunicação com entidades presentes no território e com competências no território (DGRM, DGADR, ...)
18. Falta de ações de divulgação e educação ambiental em contexto escolar e profissional
19. Divulgação insuficiente da importância de salvaguardar os recursos naturais
20. Políticas ambientais nacionais
21. Burocracia e dificuldade de tomada de decisões
22. Falta de investimento em recursos humanos para a RNET
23. Acessos à RNET e infraestruturas de apoio à visitação existentes custeados apenas por alguns membros da CC
24. Desvalorização, da população em geral, dos benefícios da atividade agrícola e pecuária desenvolvida na área protegida

## O: OPORTUNIDADES

1. Proximidade a grandes áreas urbanas
2. Tendência crescente do turismo de natureza
  - o Explorar o mercado de *birdwatching*, que tem vindo a crescer
  - o Explorar o crescimento do turismo, em geral, e a proximidade a Lisboa em particular
  - o Aproveitar a tendência crescente de utilização de redes de observatórios e percursos por parte de visitantes
3. Cogestão (financiamentos, parcerias)
4. Melhoria das infraestruturas de visitação, das infraestruturas de apoio e acessos
5. Melhoria das estruturas de proteção das margens sujeitas a erosão
6. Recuperação da atividade salineira
7. Criação de refúgios para a avifauna
8. Atividades marítimo-turísticas
9. Turismo em espaço rural
10. Autarquias - capacidade de coordenação entre os vários agentes e sectores de atividade em presença
11. Companhia das Lezírias - permite a criação de sinergias entre várias atividades: agricultura, turismo, conservação da natureza
12. Zona portuária com administração (APL) - permite a criação de sinergias entre atividades marítimas, conservação da natureza e turismo
13. Possibilidade de certificação de produtos e serviços com origem na Reserva Natural
14. Território de pesquisa/laboratório
15. Instalação programada de novas atividades (p.e. turismo equestre e escola veterinária)
16. Recuperação de canais de comunicação - Explorar a cobertura dos media e redes sociais
17. Proteção através do conhecimento dos valores naturais
18. Elaboração do Plano de Intervenção Agrícola
19. Valorização da marca "RNET", que engloba todos os produtos e serviços que são produzidos e oferecidos no território e respeitam os valores da Área Protegida
20. Reconhecer a existência do Habitat 1150\* na RNET e a importância da sua classificação e inclusão em documentação oficial (p.e. Planos de Gestão)

## A: AMEAÇAS

1. Alterações climáticas
2. Pressão associada a projetos industriais e urbanísticos fora dos perímetros urbanos (margens, zonas agrícolas e florestais)
3. Poluição de origem urbana, industrial, agrícola e pecuária
4. Qualidade da água do Rio Tejo
5. Erosão e assoreamento das margens e leitos
6. Pressão da atividade agrícola
7. Alteração do uso do solo
8. Zona ameaçada por cheias
9. Salinização dos solos
10. Disponibilidade de água doce
11. Potencial subida do nível médio das águas ameaça o sapal, os espriados de maré, o dique de proteção contra cheias e marés do AHLGVFX e, portanto, o próprio território da Lezíria e dos Mouchões
12. Sobrevoos de aeronaves, devido à construção do novo aeroporto em Alcochete
13. Sobrepesca ou pesca ilegal, recorrendo a artes ou métodos de pesca lesivos
14. Caça furtiva
15. Existência de espécies não indígenas reduz a qualidade e capacidade produtiva dos habitats
16. Potencial redução das áreas de pastagens
17. Potencial aumento da área ocupada com a atividade orizícola
18. Abandono geral de algumas atividades tradicionais e consequente degradação dos espaços (p.e. atividade salineira e a criação de gado de lide)
19. Degradação paisagística nas zonas peri-urbanas, abandono dos espaços e consequente desinteresse pela visita
20. Perda de biodiversidade
21. Mudança de paradigma na gestão dos territórios protegidos
22. Tipologia da estrutura fundiária – assente em propriedade privada
23. Eventuais dragagens no rio Tejo
24. Perigo na circulação de visitantes nas vias de acesso do Aproveitamento Hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, bem como a interação dos visitantes com todas as infraestruturas agrícolas (estradas, pontes, valas, etc.)
25. Maior desgaste das vias de acesso devido ao provável aumento da visita (estradas, pontes, portões, etc.)

## 4.2. ASPETOS POSITIVOS DO TERRITÓRIO

A RNET é uma área protegida com características particularmente únicas, reconhecidas ao nível nacional, e que justificaram a sua criação, e internacional, através da sua inclusão na rede ecológica europeia Rede Natura 2000, Lista Ramsar e na rede IBA. É a mais importante zona húmida do país e uma das mais importantes da Europa, com um papel fundamental para as aves migradoras que usam a rota migratória do Atlântico Este. Das suas características singulares são de destacar a elevada biodiversidade do território e a sua coexistência com as diversas atividades económicas, culturais e ambientais, que aí se desenvolvem.

Esta riqueza e equilíbrio atraem anualmente milhares de visitantes, que exploram a RNET e as áreas envolventes de forma livre, nomeadamente através de passeios pedonais e/ou de bicicleta e dedicando-se a atividades de observação de aves e fotografia. Os locais de referência para estes visitantes são o Passeio ribeirinho da Póvoa, as Salinas do Samouco, a Ponta D'Erva, a Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, o Sítio das Hortas, o Estradão de Pancas, a Ribeira das Enguias, o Pinhal das Areias. Em plena RNET, existe ainda uma infraestrutura de apoio e acolhimento à visita – o EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves, que disponibiliza uma visita guiada, contando com profissionais reconhecidos e capacitados para o efeito.

A visita organizada na RNET e suas áreas envolventes ocorre ainda por iniciativa de várias entidades, como os Municípios abrangidos pela Reserva Natural – Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira, o ICNF, I.P., a Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental – Salinas do Samouco, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves ou a Companhia das Lezírias, com visitas em formatos vários e para diferentes públicos. Existe também a hipótese de explorar o estuário em embarcações tradicionais do Tejo, como o Bote Leão (CM Alcochete) e o Barco Varino Liberdade (CM Vila Franca de Xira).

A Companhia das Lezírias, em particular, enquanto maior proprietário da área terrestre da RNET, tem posto em prática uma gestão do seu território crescentemente mais consciente para a necessidade de conservar o capital natural em presença, do qual dependem diretamente as suas operações. Essa preocupação está espelhada por ter a sua gestão florestal certificada como sustentável, a maior parte das áreas produtivas estarem em agricultura biológica e em produção integrada e cooperar todos os dias com a Academia para um maior conhecimento dos recursos naturais e da sua interação com as atividades económicas que desenvolve. Este património e a gestão sustentável são comunicados à sociedade através do EVOA, do Centro de Interpretação da Charneca, do Enoturismo e das visitas e eventos nos diferentes espaços da CL, incluindo no seu Aldeamento Turístico.

A atividade agrícola ganha especial relevância no território da RNET, onde está instalado o AHLGVFX, cuja gestão compete à ABLGVFX. Só uma atividade agrícola consciente coexiste num território de tamanha diversidade. Aquela praticada nesta área acautela os riscos decorrentes da mesma, com o cumprimento da legislação aplicável, que obriga à aplicação de medidas de

proteção fitossanitária, como a baixa utilização de pesticidas. Dá, sempre que possível, prioridade a métodos não químicos, e à adoção de práticas e produtos fitofarmacêuticos com o menor risco para a saúde humana e ambiente<sup>12</sup>. Atualmente, toda a área agrícola em apreço produz limitando a aplicação de fitossanitários<sup>13</sup> e fertilizantes, ou mesmo interditando a aplicação de fitossanitários de síntese e fertilizantes de síntese. Na RNET, encontra-se limitada a quantidade de unidades azotadas<sup>14</sup> que se podem aplicar numa cultura. Existem ainda limitações às mobilizações de solo durante a primavera de forma a não perturbar o período de nidificação das aves<sup>15</sup>.

É ainda de destacar o imprescindível trabalho desenvolvido pela ABLGVFX no AHLGVFX, realizado desde 2003, em cooperação com entidades científicas (ADISA - Instituto Superior de Agronomia), no que respeita à monitorização e controlo de espécies invasoras aquáticas, nomeadamente o jacinto-de-água, que são efetuados continuamente, permitindo assim minimizar o impacto no território dos riscos que lhe estão associados.

Igualmente relevante para o território são as várias atividades culturais que aí se realizam. Destacam-se, entre outras, a Corrida da Lezíria, organizada anualmente e desde 1995 pela CM de Vila Franca de Xira, reunindo milhares de atletas e amantes do desporto, oriundos de todo o país. A Romaria de Nossa Senhora de Alcamé, efetuada anualmente por diversas organizações culturais desde os anos 40 do século XX, celebra as tradições da região, como o folclore, fado, gado, campinos e os cultos religiosos.

Finalmente, salienta-se o trabalho que tem vindo a ser feito no estudo, monitorização e recuperação da área da RNET, não só por vários investigadores de departamentos de investigação de universidades portuguesas, como também pelas entidades parceiras da cogestão, como o ICNF, I.P., o EVOA, as ONGAs e ainda a ABLGVFX. Esses trabalhos foram destacados no Fórum da Biodiversidade do Estuário do Tejo, que decorreu no dia 19 de setembro de 2023, no âmbito da comemoração do 47º aniversário da RNET, organizado pelo ICNF, I.P., com o apoio dos Municípios de Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira, e ainda o MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o CESAM- Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro.

Os aspetos positivos resultantes do diagnóstico prospetivo aplicado à cogestão da RNET, e aqui explanados, evidenciam os esforços já existentes na comunicação, divulgação e conservação dos valores naturais presentes na Reserva Natural do Estuário do Tejo e, igualmente, na articulação entre todas as entidades chave do território. O modelo de cogestão aplicado a esta área protegida em particular permitirá definir uma estratégia articulada e integrada de promoção e valorização

<sup>12</sup> Normas mínimas para as boas condições agrícolas e ambientais das terras (Portaria n.º 54-Q/2023 de 27/02); Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE); Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE); Regulamento da Segurança Alimentar Europeia (Regulamento (CE) 178/2002); Proteção dos animais nas explorações pecuárias (Diretiva 98/58/CE).

<sup>13</sup> Diretiva Quadro do Uso Sustentável de Pesticidas (Diretiva 2009/128/CE).

<sup>14</sup> Diretiva Nitratos (Diretiva 91/676/CEE).

<sup>15</sup> Diretiva Aves (Diretiva 2009/147/CE).



deste território, tendo por base os valores naturais existentes na Reserva Natural e o propósito final de uma coexistência equilibrada entre as várias atividades que aí se desenvolvem.

### 4.3. ASPETOS CRÍTICOS PARA O TERRITÓRIO

A RNET, bem como todo o Estuário do Tejo e áreas da Rede Natura 2000, são territórios profundamente importantes a nível internacional, sendo essa importância amplificada pelo tendencial agravamento da aridez no sul da Península Ibérica. Estas zonas acabam por se tornar refúgios essenciais para muitas espécies de fauna, como por exemplo aves aquáticas.

A RNET é uma Área Protegida com características particularmente únicas, uma vez que possui uma conjugação rara de biótopos num pequeno espaço, entre os quais as águas estuarinas, os campos de vasa estuarina, os sapais, as salinas e as planícies da lezíria. Decorrente destas características singulares surge uma elevada biodiversidade, cuja preservação deve ser mantida e prosperada.

Estes ecossistemas encontram-se ameaçados pela pressão da atividade agrícola, pela sobrepesca e pesca ilegal, pela presença de espécies invasoras, e também por cheias. A atividade agrícola ocupa grande parte do território terrestre da RNET, pelo que se torna fundamental fomentar e apoiar práticas agrícolas que visem a conciliação das atividades económicas com a conservação da natureza. Relativamente às espécies invasoras, e de forma a controlar a sua dispersão e evitar a sua proliferação, é essencial sensibilizar a população para o tema e promover ações de voluntariado de remoção destas espécies, paralelamente às ações de controlo e remoção já efetuadas pelas entidades competentes em cada território.

Outro aspeto fraco a assinalar é o desconhecimento por parte da população local relativamente à presença de uma Reserva Natural com elevada importância, que deve ser preservada, e aos comportamentos de boas práticas ambientais a adotar durante as visitas à mesma, de forma a evitar perturbações nos ecossistemas. Neste contexto, é fundamental controlar a visitação e sensibilizar os visitantes para a preservação dos valores naturais da Reserva e da sua relevância para o desenvolvimento sustentável do território, assim como melhorar e manter as estruturas de visitação existentes e implementar novas, conforme a necessidade.

Torna-se, também, essencial existir uma articulação e integração de todos os conteúdos relevantes, num processo educativo para todos, sempre sustentado por um programa de comunicação e divulgação organizado e eficiente, garantindo um elevado alcance.

Os impactos das alterações climáticas, nomeadamente a subida do nível médio das águas e suas consequências para a cunha salina no sistema da RNET, são fatores muito críticos para esta Reserva. Neste sentido é importante o estudo contínuo destas variáveis, assim como a implementação de medidas preventivas que visem aumentar a resiliência do sistema. Para isto deverão ser considerados os Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC).

#### 4.4. ASPETOS A TRABALHAR NO TERRITÓRIO

Tendo em consideração a análise SWOT e todos os aspetos críticos para o território, no âmbito específico da Cogestão da RNET, e tendo como objetivos principais a valorização, a promoção e comunicação da Reserva, bem como a contribuição para a conservação e resiliência da mesma, importa:

- Estimular a envolvimento da população com a RNET, para fortalecer a sua identificação com a Área Protegida;
- Aumentar as ações de promoção e divulgação da Área Protegida, garantindo materiais de divulgação dos valores naturais, patrimoniais e culturais, atualizados, coerentes e de qualidade;
- Melhorar, e sempre que necessário, reforçar as infraestruturas de visitação na RNET;
- Melhorar a sinalética, particularmente a sinalética de entrada e delimitação da Área Protegida, as placas informativas sobre os valores naturais da RNET, e sobre os comportamentos a adotar durante as visitas;
- Promover a educação ambiental através de projetos educativos que integrem o tema da Área Protegida;
- Contribuir para a melhoria do conhecimento sobre a RNET por parte dos operadores turísticos, agricultores, pescadores e restantes agentes económicos;
- Envolver a comunidade académica, tendo em vista a realização de novos estudos e monitorização da biodiversidade e a criação de uma rede de partilha de informação sobre a RNET;
- Promover ações de voluntariado no âmbito da conservação e recuperação de espécies e habitats presentes na RNET.

#### 4.5. ESTRATÉGIA CONSENSUALIZADA PARA O TERRITÓRIO DA RNET

A estratégia para esta proposta de Plano de Cogestão baseia-se na valorização, promoção e comunicação da RNET, na sensibilização e educação das populações e atores locais acerca dos valores naturais presentes, bem como na contribuição para a conservação da natureza e resiliência do território. Pretende-se melhorar a relação e a comunicação entre todas as entidades e utilizadores desta Área Protegida.

É fundamental a existência de materiais de divulgação atualizados sobre os valores naturais, patrimoniais e culturais desta Área Protegida e também do território onde esta se insere. Considera-se essencial o aumento da sinalética, estabelecendo portas de entrada e percursos sinalizados, que direcionem visitantes e limitem a perturbação de habitats e espécies de fauna e flora mais sensíveis.

Considera-se ainda fulcral incentivar o desenvolvimento sustentável da área através da utilização racional dos recursos existentes, valorizando os produtos locais, preservando o património cultural, estimulando o turismo de natureza sustentável e promovendo a harmonização das atividades económicas com a conservação da natureza.

Por último, é igualmente essencial investir na educação ambiental e na capacitação da comunidade escolar, da população em geral e atores locais, e incentivar a envolvimento em atividades de conservação da natureza e de restauro ecológico neste território.

#### 4.5.1. Objetivos Estratégicos

Tendo por base o diagnóstico prospetivo e enquadrada na visão e na missão definidas, a Comissão de Cogestão da RNET delineou cinco grandes Objetivos Estratégicos que orientam o programa de medidas e ações delineado para a gestão da RNET.

Os Objetivos Estratégicos definidos são os seguintes:

- I. Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET;
- II. Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva;
- III. Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes;
- IV. Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território;
- V. Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território.

#### 4.5.2. Eixos Estratégicos, Medidas e Objetivos Específicos

De acordo com os Objetivos Estratégicos, mencionados anteriormente, foram definidos três eixos estratégicos de atuação no âmbito da Cogestão. Cada um destes eixos acomoda medidas e objetivos específicos (Tabela 7).

Esta é a base estruturada que dá corpo a um programa de medidas e ações prioritárias (desenvolvido no ponto 6).

Tabela 7: Eixos Estratégicos, Medidas e Objetivos específicos definidos para a proposta de Plano de Cogestão da RNET

EIXOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS
1. Valorização sustentável e inovadora da Área Protegida	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dar a conhecer os valores naturais e a importância da RNET às populações e turistas</li> <li>✓ Sensibilizar para a proteção e conservação dos valores naturais da Reserva</li> <li>✓ Fomentar a utilização do território por parte dos cidadãos, articulando as atividades desenvolvidas com o programa especial da Reserva</li> <li>✓ Potenciar a oferta de atividades ligadas aos valores naturais da reserva e áreas envolventes</li> <li>✓ Valorizar as atividades tradicionais que garantem a preservação da paisagem e dos valores naturais existentes</li> <li>✓ Aferir o estado atual da visitação da reserva e a sua evolução com a implementação do Modelo de Cogestão</li> <li>✓ Recuperar estruturas e equipamentos já existentes na RNET, mas em elevado estado de degradação</li> </ul>	<b>1.1. Melhoria das condições de visitação da RNET</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP e que contribuam para um desenvolvimento sustentável local</li> <li>✓ Contribuir para a criação de riqueza e emprego no território</li> </ul>	<b>1.2. Incentivo à inovação</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliar continuamente a articulação entre entidades no processo de Cogestão</li> <li>✓ Implementar as melhorias necessárias para melhorar a cooperação entre entidades</li> </ul>	<b>1.3. Reforço da gestão participativa, cooperação e articulação institucional</b>
2. Comunicação dos valores naturais, educação ambiental e sensibilização e capacitação dos atores chave	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover um maior conhecimento sobre a biodiversidade da RNET e os serviços dos seus ecossistemas</li> <li>✓ Comunicar eficazmente o capital natural da RNET aos residentes dos 3 Municípios e aos turistas nacionais e internacionais</li> <li>✓ Divulgar produtos e serviços oferecidos pelos atores chave do território</li> <li>✓ Criar uma presença <i>online</i> da RNET, permitindo aos cidadãos e turistas aceder a informação relevante sobre a mesma</li> <li>✓ Estabelecer e manter uma base de seguidores online</li> <li>✓ Atrair novos visitantes nacionais e internacionais ao território</li> <li>✓ Propor um plano de sensibilização/comunicação sobre a RNET</li> </ul>	<b>2.1. Comunicação e promoção do capital natural da RNET</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gerar uma relação de maior proximidade entre a RNET e as gerações mais jovens</li> <li>✓ Promover o sentido de pertença dos jovens ao território da RNET e a apropriação dos valores naturais que este contém</li> <li>✓ Reconhecer os agentes mais ativos na comunidade escolar e estimular a formação de parcerias no território</li> <li>✓ Garantir a sustentabilidade do Programa de Educação Ambiental a longo prazo</li> </ul>	<b>2.2. Criação de um Programa de Educação Ambiental</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhorar os níveis de literacia ambiental dos atores chave do território, com enfoque na RNET</li> <li>✓ Formar os atores chave nos valores naturais presentes na RNET</li> <li>✓ Contribuir para a compatibilização das atividades económica que se desenvolvem no território com os objetivos da conservação da natureza</li> <li>✓ Garantir que os visitantes optem por um comportamento adequado durante a visitação à AP e zonas envolventes</li> <li>✓ Sensibilizar para a importância de aumentar a resiliência dos sistemas agroflorestais à escassez de água</li> </ul>	<b>2.3. Sensibilização e capacitação dos atores chave</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sensibilizar para a importância de aumentar a eficiência hídrica na agricultura</li> <li>✓ Sistematizar a informação dos estudos sobre a RNET</li> <li>✓ Contribuir para a obtenção de um panorama geral do estado dos recursos e dos ecossistemas e para a sinalização prematura de potenciais riscos.</li> </ul>	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);"><b>3. Coordenação e articulação institucional para a conservação da natureza, restauro ecológico e resiliência do território</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Envolver estabelecimentos de ensino superior em trabalhos científicos que deem resposta às necessidades da RNET, nas áreas de conservação da natureza, proteção da biodiversidade e de restauro ecológico; gestão de riscos naturais; gestão de áreas protegidas; promoção, comunicação e sensibilização</li> <li>✓ Direcionar a investigação científica para campos científicos que visam dar respostas aos problemas específicos das áreas protegidas e, em particular, da RNET</li> <li>✓ Estimular parcerias entre as entidades chave do território e uma cooperação em rede</li> <li>✓ Providenciar apoio técnico, comprovado cientificamente, à tomada de decisão na gestão da RNET</li> <li>✓ Promover o envolvimento de várias entidades e cidadãos nos objetivos da conservação da natureza, monitorização e restauro ecológico na RNET</li> </ul>	<p><b>3.1. Criação de uma rede de cooperação científica</b></p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reforçar a coordenação e articulação institucional em matéria de conservação da natureza, proteção da biodiversidade, restauro ecológico, resiliência do território e gestão efetiva dos riscos naturais do território</li> <li>✓ Construir parcerias que contribuam para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território, com o intuito de gerir, dar valor e perenidade aos ativos territoriais</li> <li>✓ Auxiliar na concretização do programa de execução do Plano de Ordenamento da RNET em ações específicas ainda por executar, ou já em execução, que estejam enquadradas no âmbito da cogestão de áreas protegidas</li> <li>✓ Valorizar o território e a paisagem de forma partilhada</li> <li>✓ Apoiar na recuperação, proteção e valorização das espécies e dos habitats da RNET</li> </ul>	<p><b>3.2. Gestão de riscos naturais, resiliência do território e conservação da biodiversidade</b></p>

## 5. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE ATORES CHAVE

A implementação do Modelo de Cogestão baseia-se no princípio da gestão colaborativa e de proximidade com o intuito de gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades presentes, neste caso na área da RNET.

Nesse sentido o envolvimento dos atores chave e da população em geral é de extrema importância, sendo esse um dos compromissos assumidos pela Comissão de Cogestão para definir a estratégia para o desenvolvimento sustentável do território da RNET.

Nas seções que se seguem, é descrito o procedimento utilizado para auscultar e envolver os atores chave na elaboração da proposta de Plano de Cogestão da RNET e também os resultados obtidos nessa mesma auscultação.

### 5.1. ATORES CHAVE

Foram identificados os atores chave mais relevantes no território abrangido pela RNET, tendo em conta as principais atividades desenvolvidas e o uso do território e dos seus recursos, bem como as suas potencialidades, com a finalidade de envolver todos os setores.

O levantamento detalhado dos atores chave foi realizado com o auxílio da Comissão de Cogestão e respetiva Estrutura de Apoio. Os atores chave foram organizados nas seguintes áreas de atividade/intervenção:



A lista completa de todas as entidades consideradas como atores chave para a RNET encontra-se no Anexo III.

## 5.2. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO

Após a fase de identificação e listagem dos atores chave, realizou-se uma auscultação pública, por meio de um inquérito, com o objetivo de conhecer a perspetiva dos atores locais e da população em geral sobre a RNET e, desta forma, recolher contributos para a proposta de Plano de Cogestão. O inquérito *online* (Figura 22), que também foi disponibilizado em papel (Anexo IV), foi enviado por email a todos os atores chave e divulgado pela Comissão de Cogestão nas suas páginas web e redes sociais, com o propósito de facilitar a participação do público interessado.

Neste inquérito, foram enquadradas questões com os seguintes temas:

- Avaliar a relação do inquirido com a RNET e zonas envolventes;
- Identificar constrangimentos/potencialidades na gestão da Área Protegida;
- Identificar prioridades/necessidades da Área Protegida e potenciais áreas de atuação conjunta;
- Priorizar propostas de eixos estratégicos;
- Identificar projetos e ações consideradas prioritários.

O inquérito esteve disponível para recolha de respostas entre 20 de novembro e 5 de dezembro de 2023.



Figura 22: Capa do Inquérito disponibilizado online

### 5.2.1. Resultados do Inquérito

O inquérito de auscultação da população e atores chave obteve 380 respostas, um número bastante positivo e que demonstra o interesse de todos os envolvidos no processo.

Apresentam-se seguidamente os resultados mais relevantes do inquérito.

Dos resultados obtidos verificou-se um equilíbrio em termos de respostas do sexo masculino e feminino (Gráfico 9) e que a grande maioria dos inquiridos pertence ao grupo dos 41 aos 65 anos (Gráfico 10). Relativamente ao nível de formação dos inquiridos, mais de 70% possuíam um nível de formação superior - Licenciatura a Doutoramento (Gráfico 11).

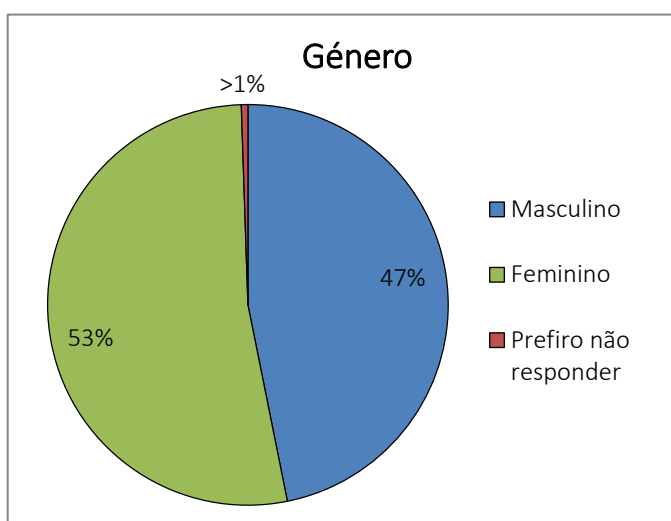


Gráfico 9: Género dos inquiridos

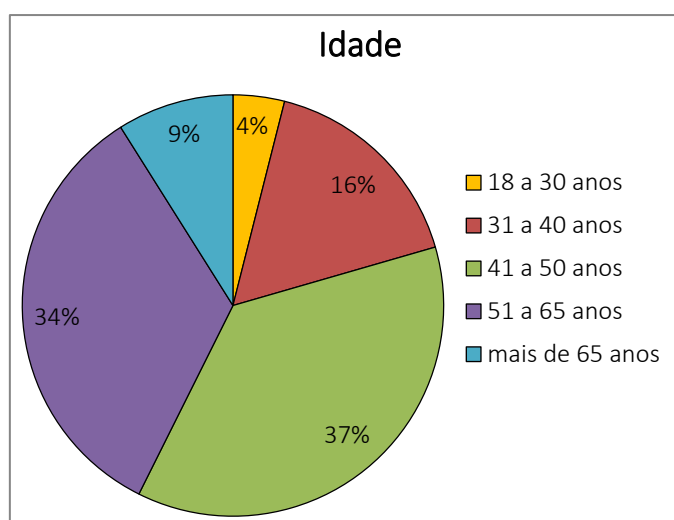


Gráfico 10: Idade dos inquiridos

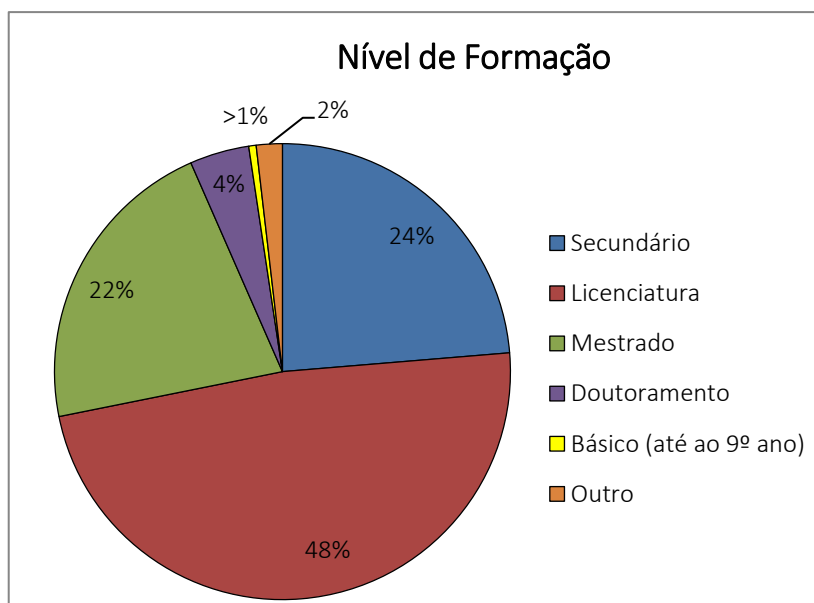


Gráfico 11: Nível de formação dos inquiridos



Quanto à relação com os concelhos que integram a RNET, os resultados obtidos encontram-se nos Gráficos 12, 13 e 14. O Gráfico 15 diz respeito apenas aos inquiridos que residem num destes 3 concelhos, pelo que, desses, 56% moram em Vila Franca de Xira, 24% em Alcochete e 20% em Benavente, valores que refletem a demografia da região.

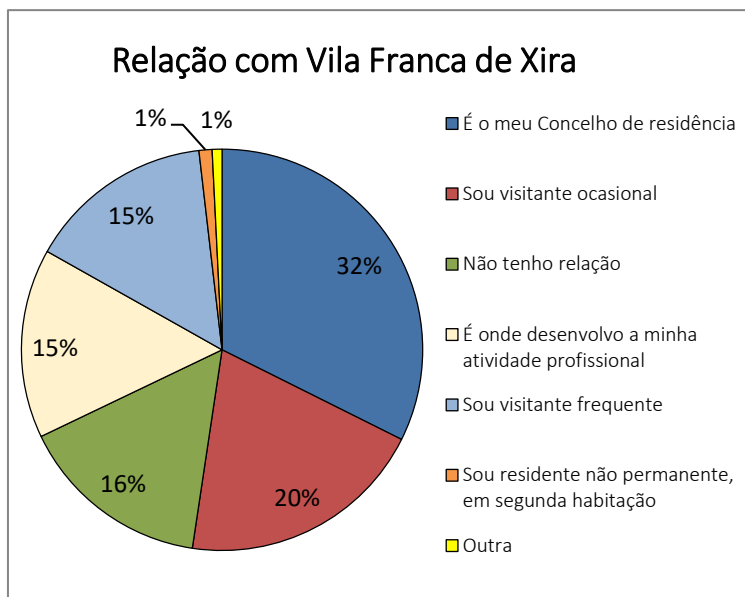


Gráfico 12: Relação com o Município de Vila Franca de Xira

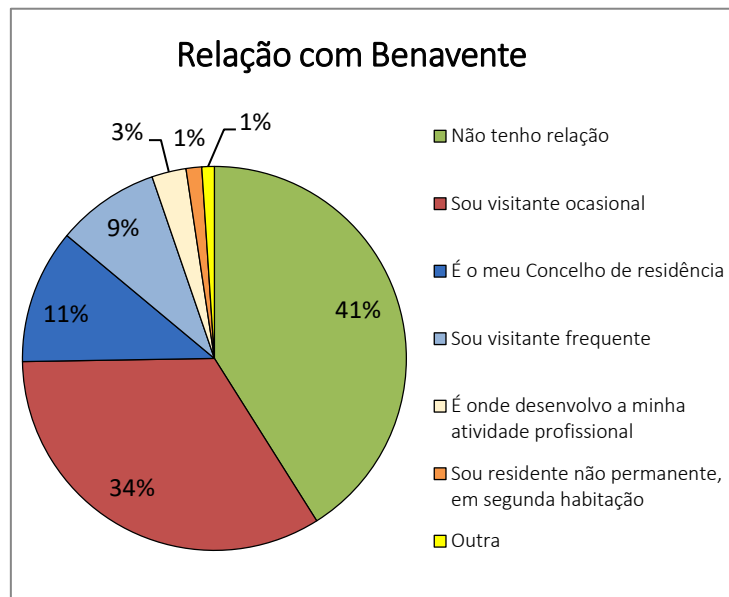


Gráfico 13: Relação com o Município de Benavente

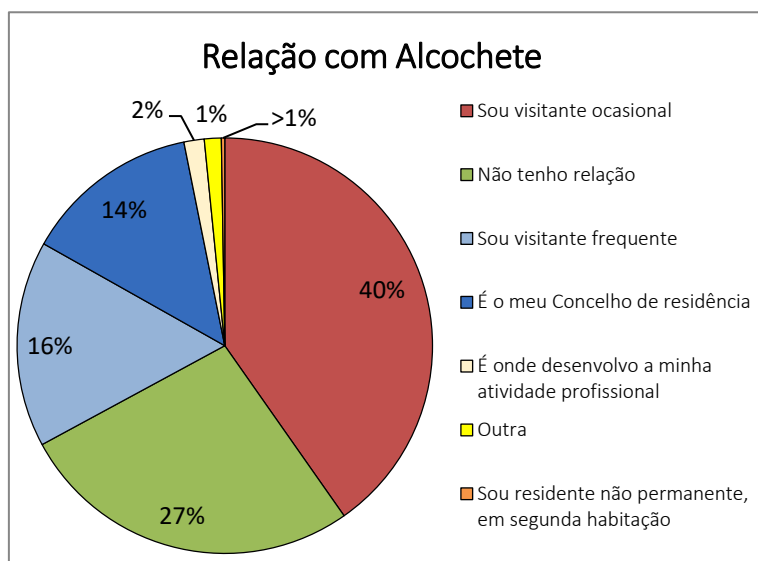


Gráfico 14: Relação com o Município de Alcochete

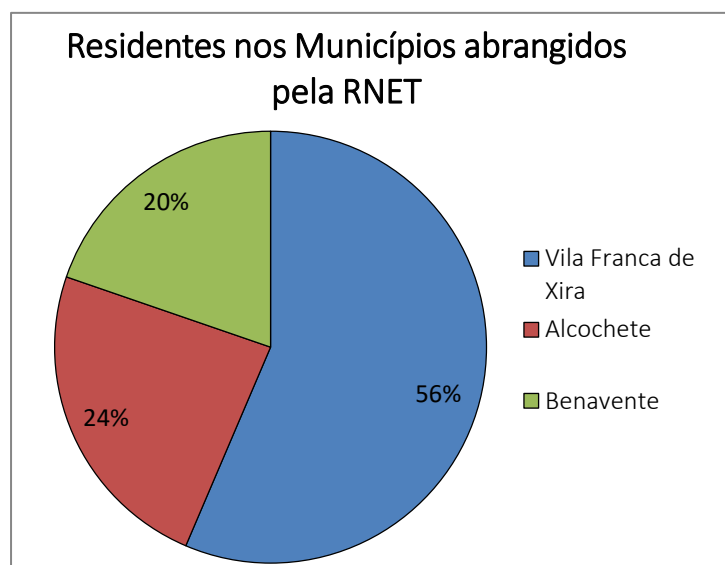


Gráfico 15: Inquiridos residentes nos Municípios abrangidos pela RNET

Relativamente à área de trabalho, 46% dos inquiridos pertencem à área da administração pública, seguida da área do ensino e formação profissional (Tabela 8 e Gráfico 16). Observando os resultados constatou-se que foi possível obter resposta de pessoas que trabalham numa grande variedade de áreas profissionais, o que, por sua vez, resulta numa grande diversidade de respostas, tendo em conta as diferentes realidades vivenciadas pelos inquiridos. Isto torna os resultados do inquérito mais ricos e abrangentes.

Tabela 8: Área de trabalho dos inquiridos

Área de Trabalho	Nº
Administração pública	174
Ensino e formação profissional	35
Reformado	32
Privada sem fins lucrativos	22
Indústria	17
Agricultura/ pecuária	9
Investigação Científica	8
Animador de turismo	7
Consultadoria	7
Informática	7
Biologia	5
Desempregado	5
Saúde	5
Ambiente	5
Artes	4
Telecomunicações	3
Transportes	3
Agência de Viagens e Turismo	2
Imobiliário	2
Medica veterinária	2
Medicina	2
Ação Social	1
Advocacia	1

Área de Trabalho	Nº
Arquitetura	1
Auditora e Formadora	1
Banca	1
Caça e pesca desportiva	1
Cinema	1
Comunicação	1
Croupier	1
Empreendedor	1
Aeronáutica	1
Financeira	1
Gestor e Fotógrafo	1
Jornalista	1
Línguas	1
Marketing	1
Navegação aérea	1
Pesca	1
Empresa Privada	1
Psicologia	1
Restauração	1
Retalho	1
Serviços	1
Trabalhador por conta própria	1

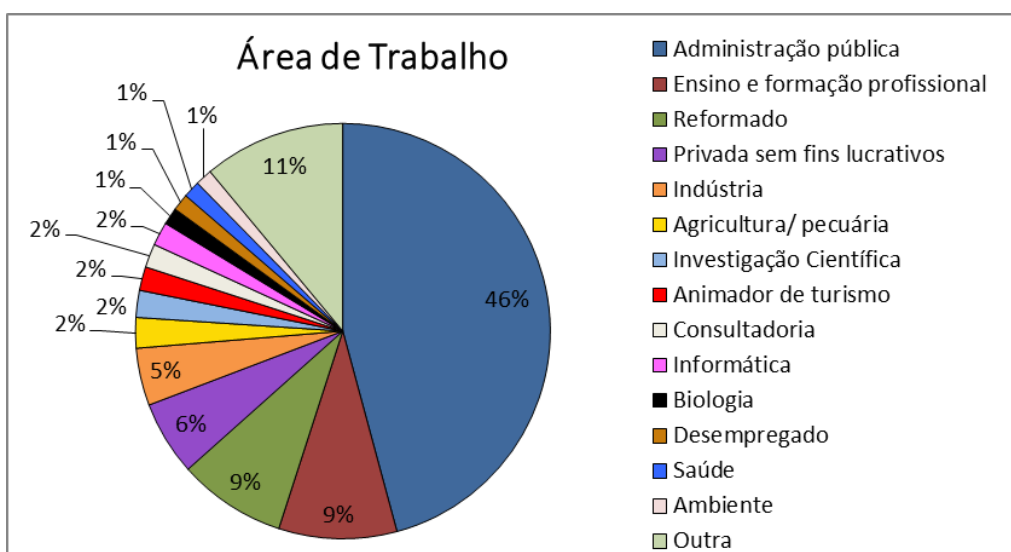


Gráfico 16: Principais áreas de trabalho dos inquiridos

A maior parte dos inquiridos responderam enquanto cidadãos (94%) e os restantes (6%) responderam como representantes de entidades ou empresas (Gráfico 17).

A Tabela 9 indica algumas das áreas de atividades dessas entidades e empresas, sendo que, mais uma vez, foi possível obter uma amostra de áreas bastante variada. A grande maioria destes representantes considerou que a RNET beneficia a realização das suas atividades ou, até mesmo, que é fundamental para a sua realização (Gráfico 18).

Tabela 9: Principais áreas de atividade da entidade/empresa

Área de atividade da entidade/empresa
Câmara Municipal
Investigação Científica
Academia
Biologia Marinha
Agro-Industria
Formação de jovens e atividades escotistas
Ensino Público
Fotografia de Vida Selvagem
Conservação da Natureza
Ensino de desportos Náuticos
Campo de Tiro - Qualidade, Ambiente e Floresta
Agricultura
Biologia/ Consultoria Ambiental
Defesa do Património Ambiental   Cultural
Administração Pública
Associativismo social e cultural

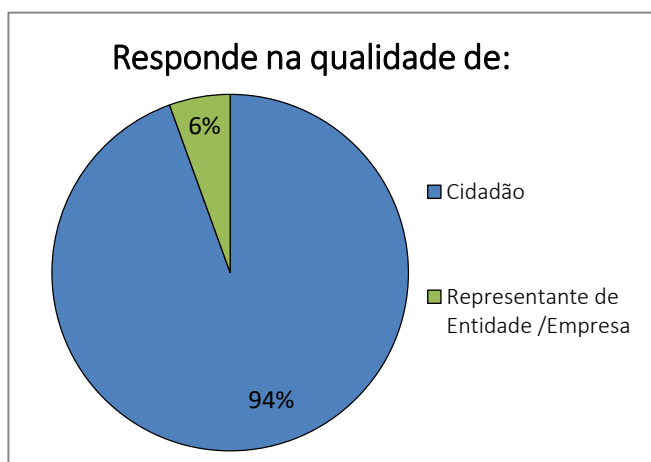


Gráfico 17: Tipologia de resposta dos inquiridos

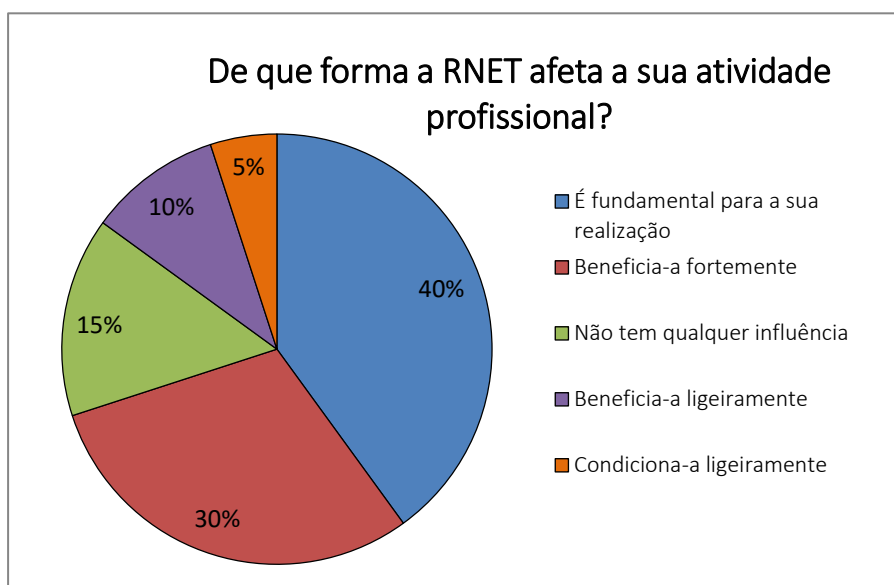


Gráfico 18: Forma como a RNET afeta a atividade profissional das entidades/empresas

Em termos de identificação de produtos/serviços a maior parte dos inquiridos identifica-os como associados ao Estuário do Tejo, à Reserva Natural do Estuário do Tejo ou apenas ao Tejo (Gráfico 19). Esta variedade de respostas relativas a produtos e serviços com origem na mesma região, realça a importância de definir e promover a identidade da RNET.

Em relação ao conhecimento da marca Natural.pt (Gráfico 20), do total, 47% afirmou não conhecer a marca, sendo que desses, 5% estão interessados em aderir. Outros 5 % afirmaram já ser associados. Os resultados acentuam a necessidade de divulgar a marca Natural.PT, especialmente por esta agregar produtos e serviços associados à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

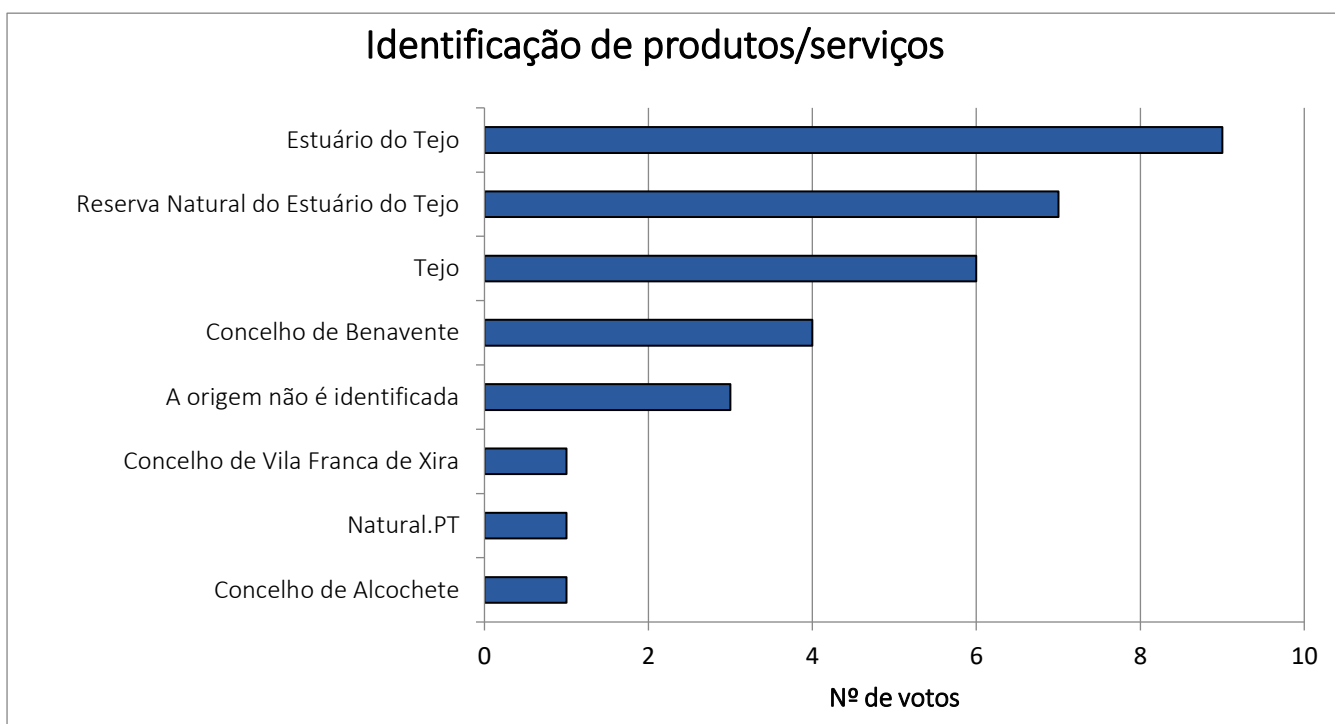


Gráfico 19: De que forma são identificados os produtos/serviços das entidades/empresas

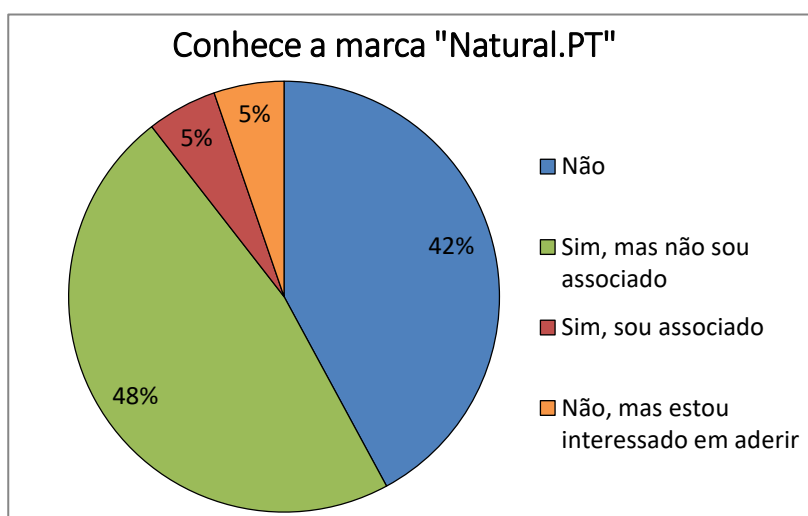


Gráfico 20: Conhecimento da marca Natural.pt

Note-se que a maior sensibilidade para a preservação do património natural e cultural da região foi assinalada com a maior oportunidade que a existência da RNET oferece (Gráfico 21).

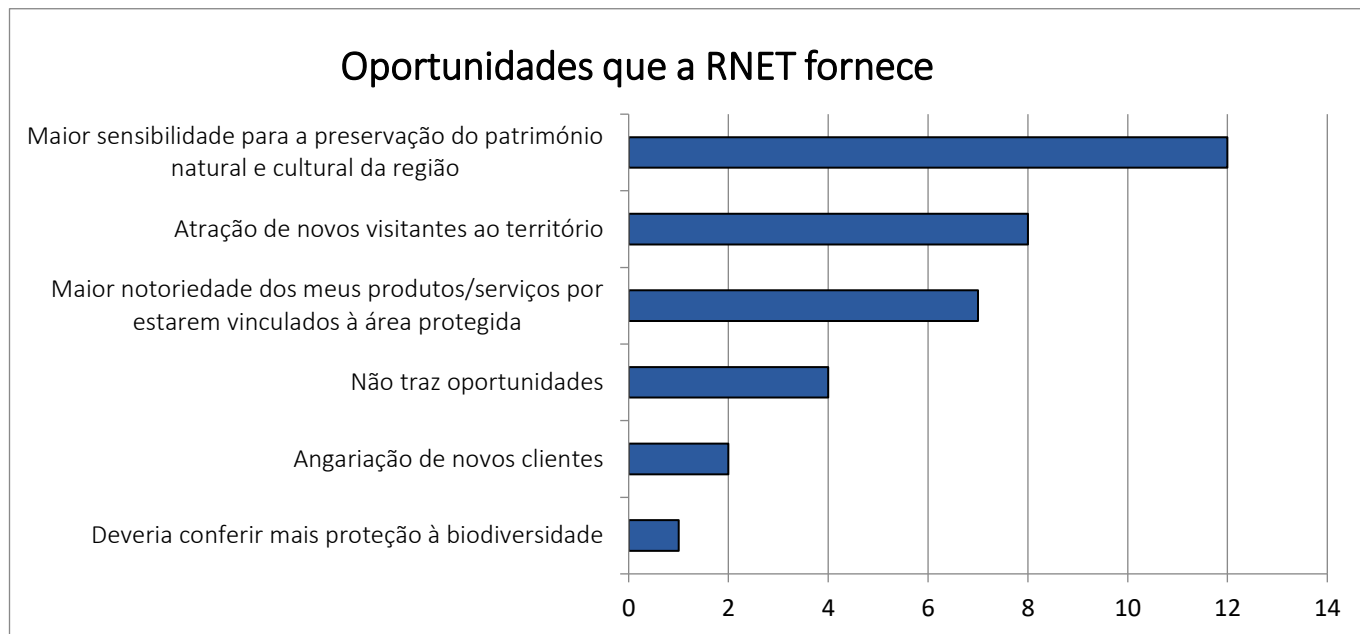


Gráfico 21: Oportunidades fornecidas pela existência da RNET

Quando questionados acerca do seu conhecimento relativamente à RNET 9% das pessoas afirmaram não conhecer a RNET e, no total, 31% dos inquiridos nunca visitou esta Reserva Natural (soma entre as classes “Tenho algum conhecimento, mas nunca visitei” (22%) e “Não e nunca visitei” (9%)) (Gráfico 22). Os resultados apontam, desta forma, para a necessidade de promoção e divulgação da RNET.

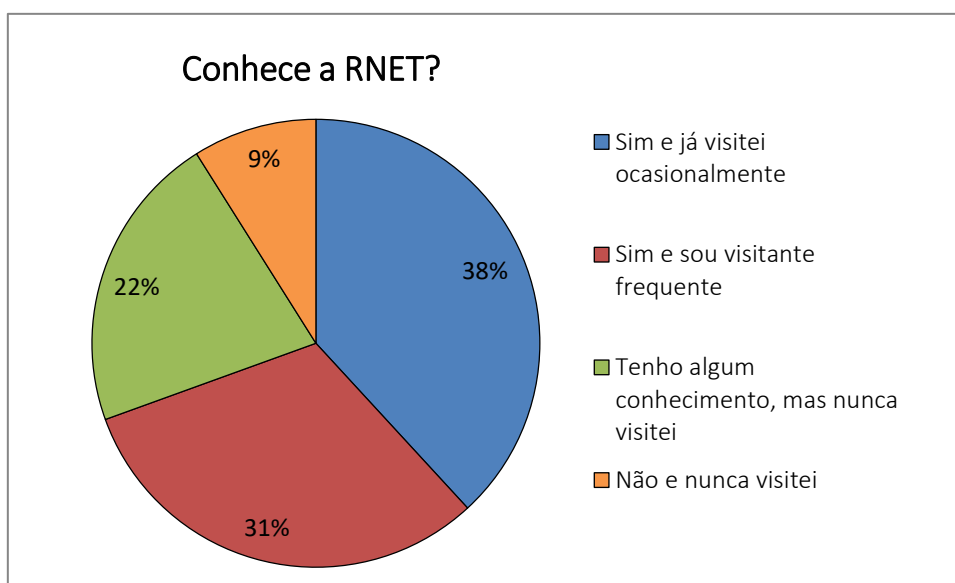


Gráfico 22: Conhecimento dos inquiridos relativamente à RNET

Por outro lado, os três principais motivos de visitas à RNET foram os seguintes: *Observar avifauna e outros valores naturais*; *Observar a paisagem*; e *Caminhar num local sossegado e de grande valor natural* (Gráfico 23). Em relação a locais de procura de informação acerca da visitação, a maioria afirma que faria uma pesquisa livre na internet (48%), cerca de 35% procurariam no website do ICNF, I.P. e 27% nos postos de turismo (Gráfico 24). Ou seja, estes deverão ser os principais locais a apostar para a divulgação de informação sobre a visitação da RNET.

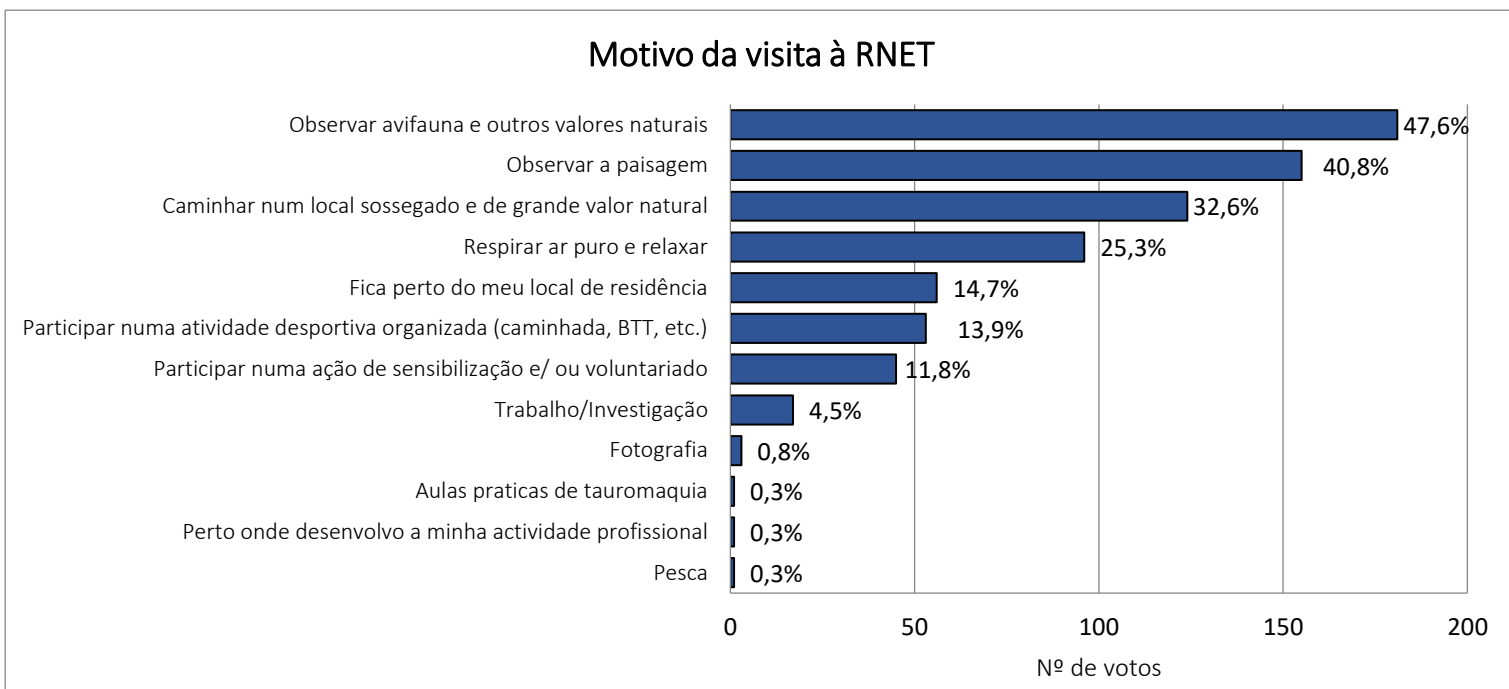


Gráfico 23: Principais motivos de visita à RNET

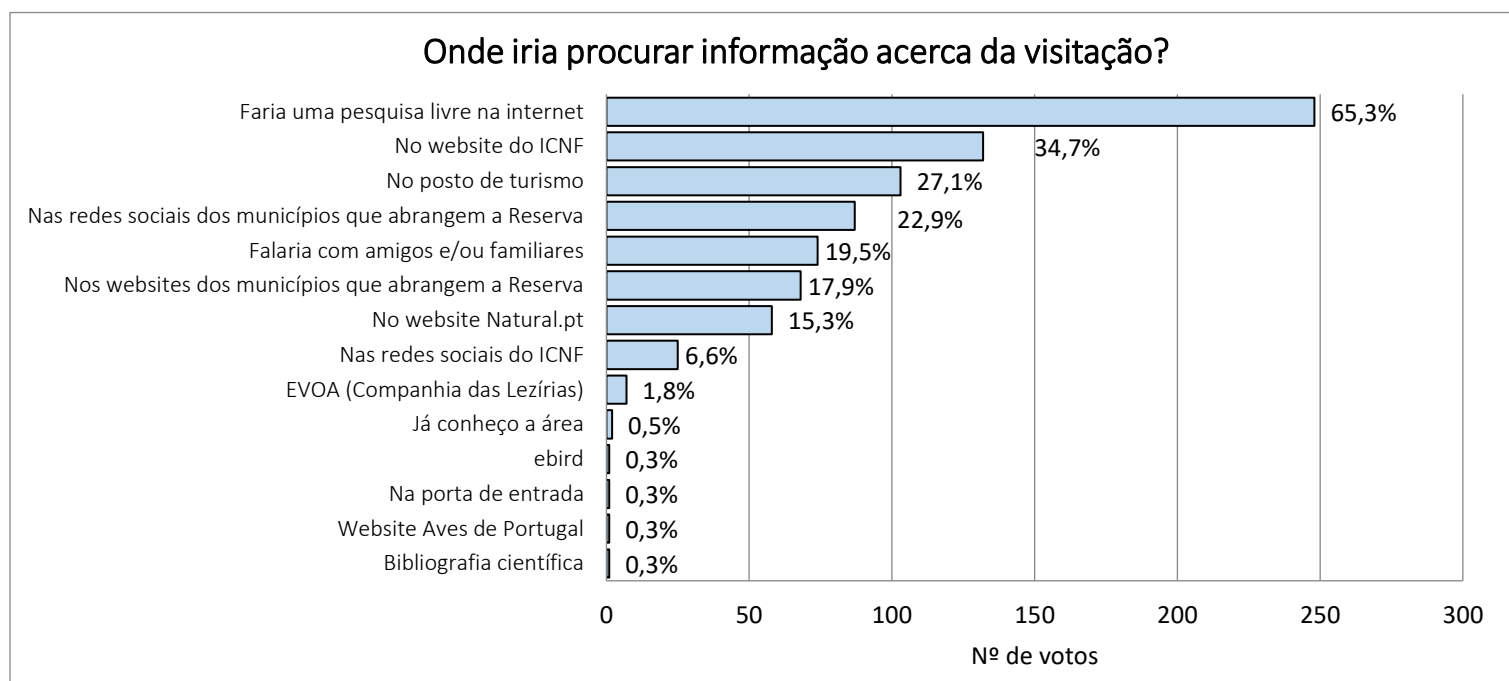


Gráfico 24 : Principais locais de procura de informação acerca da visitação da RNET

O Gráfico 25 diz respeito às visitas aos locais da RNET e envolventes que os inquiridos realizaram nos últimos anos. Os Gráficos 26 e 27 foram extraídos da informação contida no Gráfico 21, para melhor compreensão. A partir do Gráfico 26 é possível inferir que, em 2023, os locais mais visitados foram o Passeio Ribeirinho da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, o EVOA e a Ponta da Erva. No Gráfico 27 verifica-se que, no total, com o maior número de visitas, encontra-se o Passeio Ribeirinho, seguido das Salinas do Samouco, da Ponta da Erva, Ermida de Nossa Senhora de Alcamé e EVOA. Todos estes apresentam um número semelhante de visitas totais.

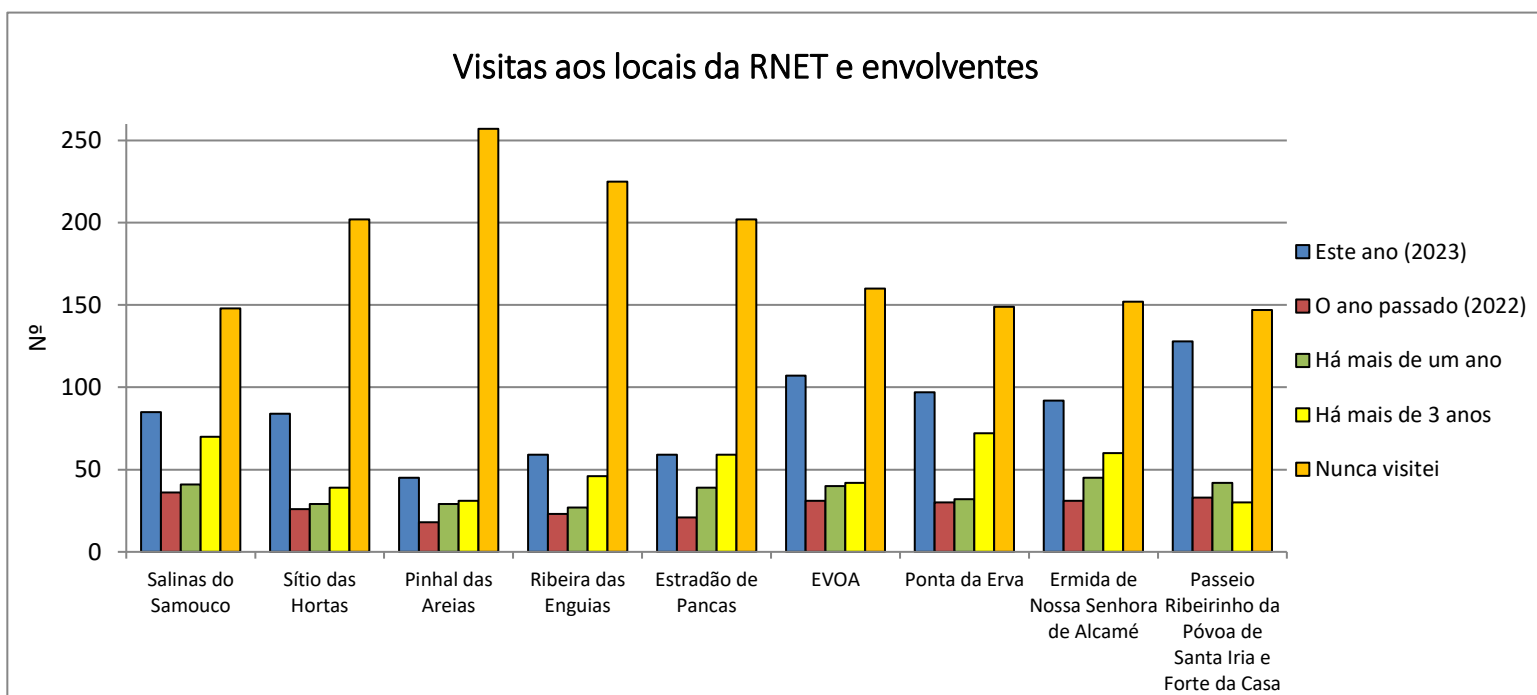


Gráfico 25: Visitas aos locais da RNET e envolventes

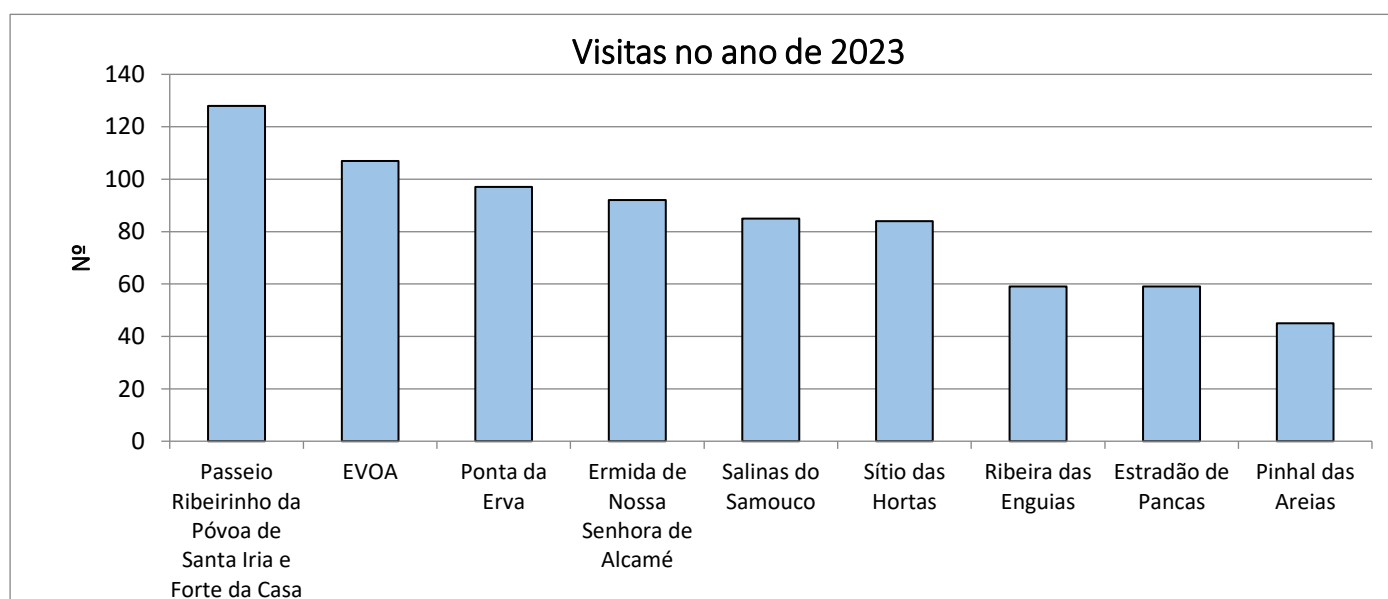


Gráfico 26: Visitas aos locais da RNET e envolventes no ano de 2023

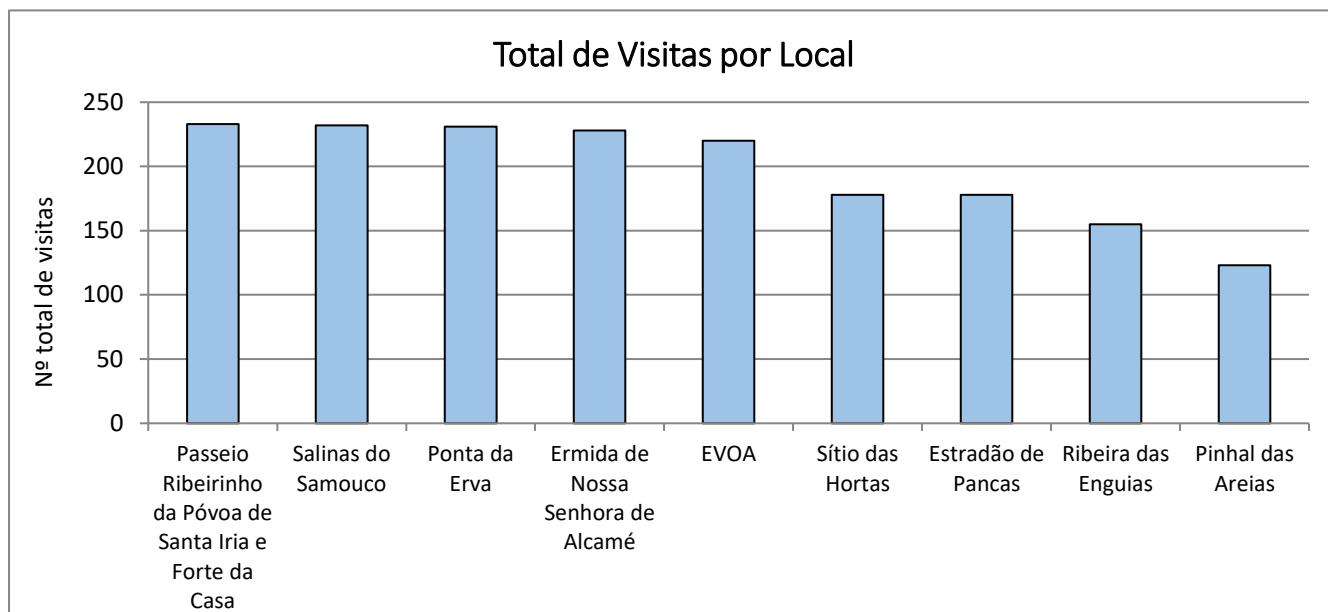


Gráfico 27: Número total de visitas aos locais na RNET e envolventes

Em relação à questão “Qual considera ser a entrada ou entradas para a RNET?” a maior parte dos inquiridos declarou não saber, seguida da resposta EVOA (Gráfico 28). Estes resultados reforçam a necessidade de definir portas de entrada, bem identificadas, para a RNET e que o EVOA poderá ser uma delas.

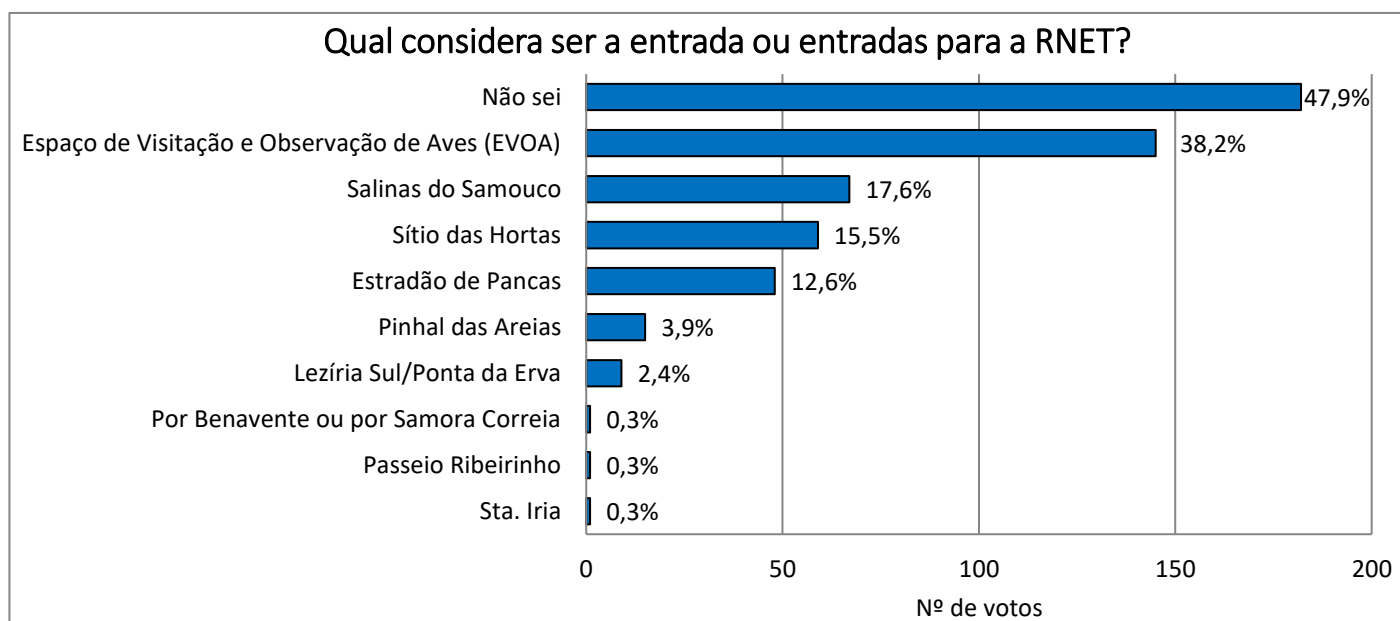


Gráfico 28: Entradas para a RNET

Relativamente ao estado de conservação dos locais na RNET e envolventes (Gráfico 29), verificou-se que o Sítio das Hortas e a sinalização da Reserva foram considerados como em pior estado de conservação geral. Já o EVOA foi considerado como o local em melhor estado de conservação, reforçando a necessidade de criação de sinalização na área da RNET e envolventes, bem como a importância da manutenção das estruturas de apoio à visitação.



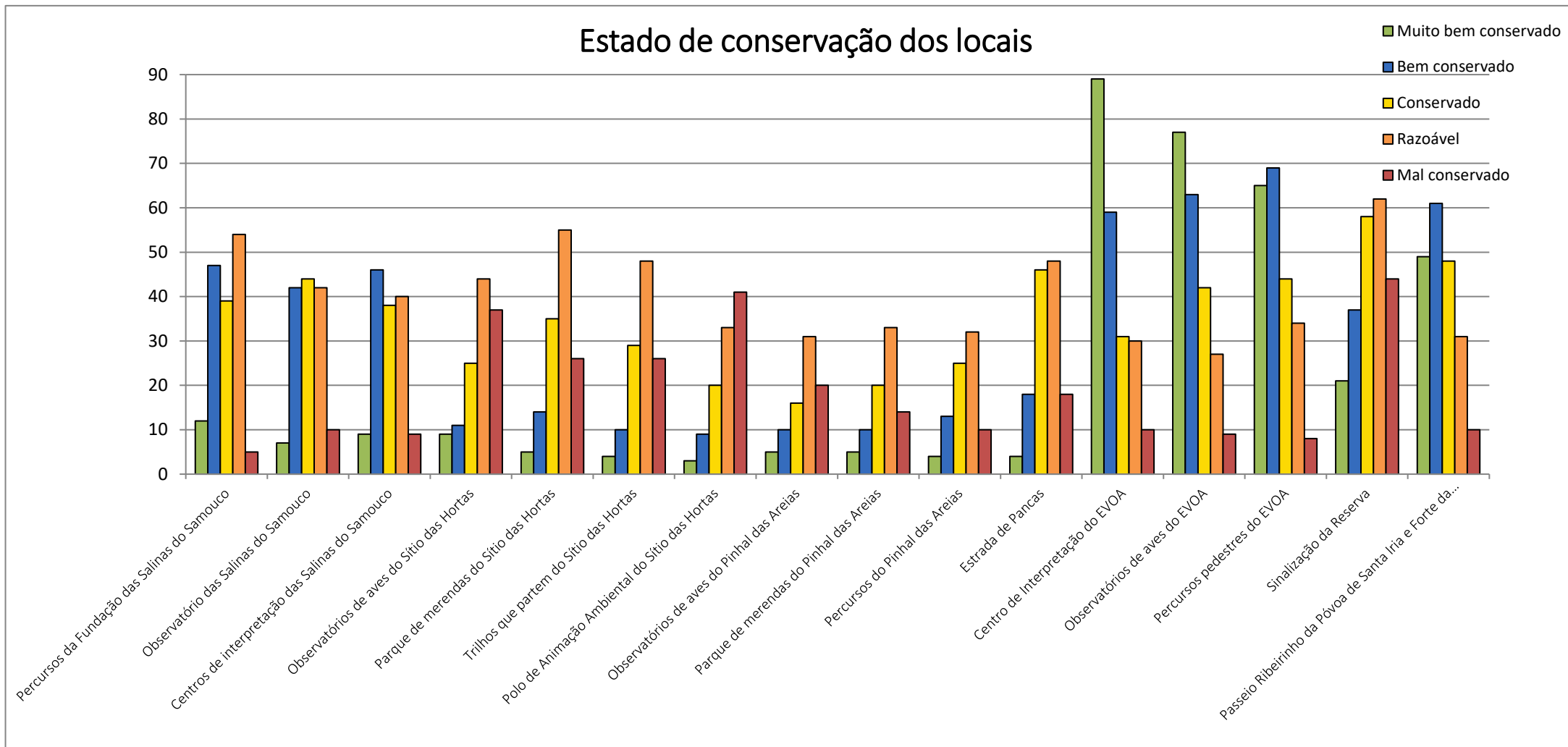


Gráfico 29: Estado de conservação dos locais na RNET e envolventes

À questão “Qual o seu contributo para a promoção de RNET?” listam-se de seguida as principais respostas obtidas:

- Visita e Divulgação;
- Fotografias;
- Comunicações Científica;
- Levar Amigos e Familiares a Conhecer a RNET;
- Passeios de Barco para Observação de Aves;
- Divulgar e Sensibilizar os Alunos;
- Sócio do EVOA;
- Agricultura Biosalina;
- Recuperação de Zonas Ribeirinhas;
- Desenvolvimento de Programas Turísticos Sustentáveis;
- Formação e Sensibilização dos Recursos Humanos;
- Parcerias com Entidades Locais;
- Criação de Experiências de Turismo de Natureza;
- Eventos Corporativos Responsáveis;
- Marketing e Comunicação Responsáveis.

Uma das questões mais relevantes deste inquérito foi a identificação das áreas consideradas pelos auscultados como as mais prioritárias para o trabalho da Comissão de Cogestão da RNET. As três áreas consideradas como mais prioritárias foram as seguintes (Gráfico 30): Conservação da natureza e biodiversidade (83%), seguido de Ações de educação e sensibilização ambiental (62%) e Divulgação mais eficiente (com 46%). Por conseguinte, os eixos, medidas e ações definidos para a proposta de Plano de Cogestão da RNET incidem maioritariamente sobre estes três temas principais.

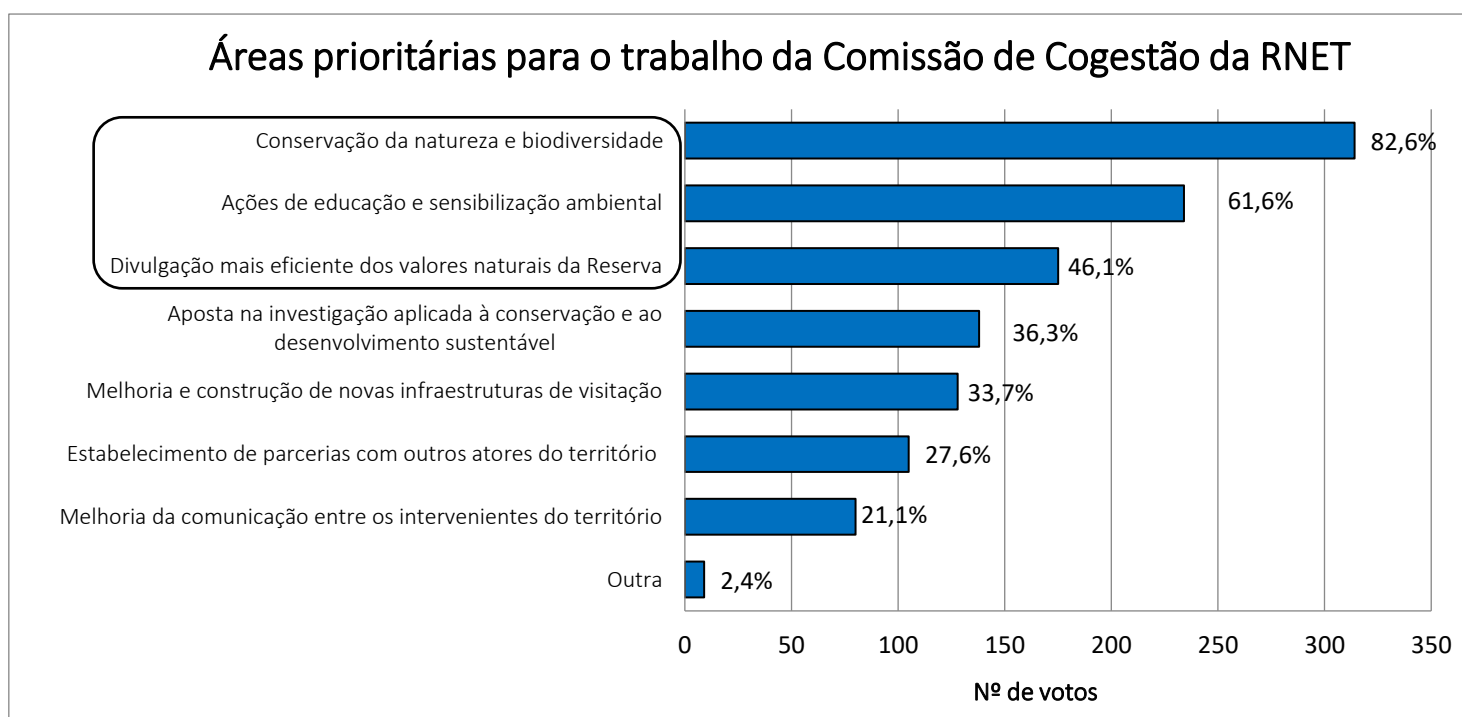


Gráfico 30: Áreas consideradas como prioritárias para o trabalho da Comissão de Cogestão da RNET

A resposta à questão “Que outros projetos ou iniciativas gostaria de ver desenvolvidos pela Comissão de Cogestão da RNET?” foi também essencial para a elaboração da proposta de Plano de Cogestão, uma vez que transmite as principais preocupações/convicções da população e dos atores chave do território.

De seguida estão listados os projetos e iniciativas mais mencionados nas respostas a esta questão:

- Mais e melhor divulgação de todas as valências e locais interessantes na RNET;
- Um projeto educativo para as escolas da região, sobre a RNET, que levasse todos os professores e alunos a visitarem-na;
- Ações de formação dirigida a professores;
- Ação de educação e sensibilização;
- Colóquios e ações de formação;
- Maior Regularidade nas Visitas Organizadas;
- Dias abertos para residentes, com visitas aos locais, com transporte;
- Turismo Sustentável;
- Promover mais o turismo equestre e rural;
- Atividades na área do desporto sustentável;
- Rotas e percursos;
- Melhoria de condições de visitação;
- Maior facilidade de acesso para quem visita;
- Criar novos pontos de observação;
- Criação de mais abrigos fotográficos;
- Concurso de fotografia;
- Projetos de conservação da Natureza;
- Investigação e Monitorização dos valores naturais;
- Centro de investigação pluridisciplinar;
- Envolvimento Comunitário (voluntariado);
- Limpezas comunitárias dos espaços naturais;
- Recuperação de galeria ripícola e charcos temporários;
- Desenvolvimento de Parcerias.

De realçar que todas estas ações foram consideradas aquando da elaboração do programa de medidas e ações da presente proposta de Plano de Cogestão, sendo que muitas foram incluídas no mesmo.

Por fim, foi colocada a questão “Conhece o Modelo de Cogestão?”, ao que 41% afirmou que nunca tinha ouvido falar e 17% conheciam e estavam informados dos seus objetivos (Gráfico 31). Também neste caso se verifica a necessidade de divulgar o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas pelos atores chave do território.

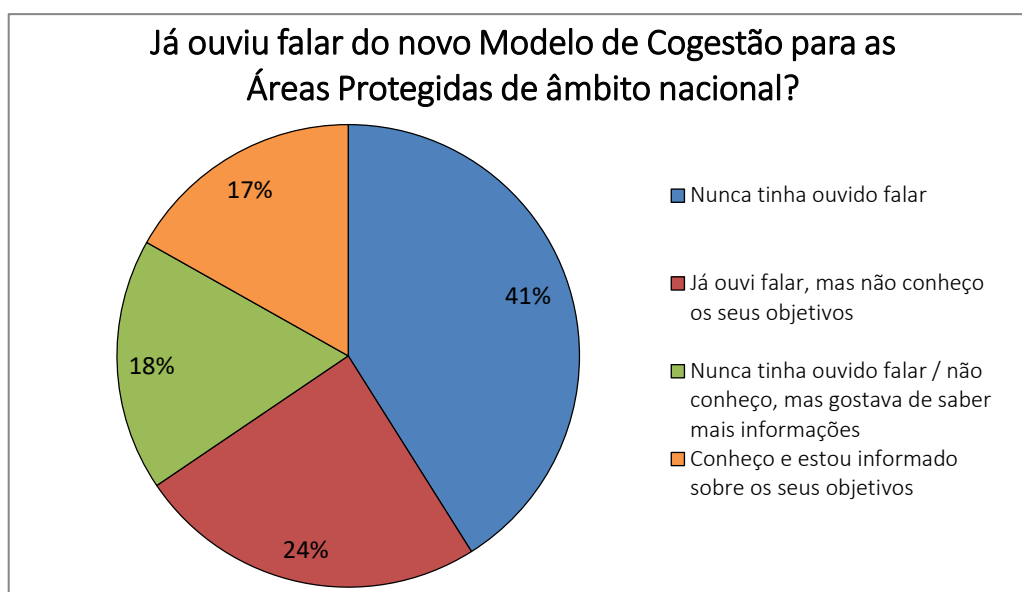


Gráfico 31: Conhecimento sobre o Modelo de Cogestão para Áreas Protegidas

### 5.2.2. Principais Conclusões

Através deste inquérito foi possível compreender qual a relação da comunidade com a RNET, qual a sua perceção sobre as dificuldades e oportunidades existentes, bem como identificar projetos e ações consideradas prioritárias para este território. De notar que foram obtidas respostas muito completas e estruturadas nas questões de resposta aberta, o que demonstra o interesse neste projeto, por parte dos inquiridos.

Salientam-se os seguintes aspetos destacados no âmbito da auscultação da população e atores locais:

- ✓ A importância de melhorar a informação, comunicação e aproximação com a comunidade;
- ✓ A elevada importância atribuída à conservação da natureza e biodiversidade;
- ✓ A RNET ser uma área com potencial para o turismo de natureza;
- ✓ A RNET ser uma área de excelência para observação de aves;
- ✓ A necessidade de estruturar a visitaçao da área da RNET, melhorando as condições de visitaçao;
- ✓ A grande necessidade de comunicar, promover e divulgar os valores da RNET, bem como os locais a visitar;
- ✓ A importância da Educação Ambiental.

De destacar, uma vez mais, que os contributos obtidos através desta participação pública foram refletidos na elaboração do diagnóstico prospetivo e na definição do programa de medidas e tipologias de ações a considerar na proposta de Plano de Cogestão da RNET.

### 5.3. FUTURO ENVOLVIMENTO DOS ATORES CHAVE

Durante o período de consulta pública da proposta de Plano de Cogestão da RNET serão efetuadas três sessões públicas de apresentação e discussão da proposta, de forma a receber possíveis sugestões de melhoria.

Posteriormente, durante a implementação do Plano de Cogestão, os atores chave terão um papel fundamental, pelo que serão envolvidos neste processo, por exemplo, através de medidas que visam promoção das atividades de alguns desses atores chave, particularmente aquelas que proporcionem uma valorização dos produtos tradicionais e endógenos da Área Protegida. Serão ainda incluídos em atividades de divulgação da RNET, em sessões de educação e capacitação, em sessões participativas e em outros eventos, com o intuito de aumentar a sua literacia ambiental e fortalecer a relação de proximidade entre todos os envolvidos e também com a apropriação com os valores naturais da própria RNET.

### 5.4. CONSULTA PÚBLICA

A proposta de Plano de Cogestão da RNET será sujeita a consulta pública.

A consulta pública é divulgada através de um aviso de publicitação da mesma, com uma antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na internet das entidades representadas na Comissão de Cogestão. O documento estará disponível para consulta pública por um período não inferior a 20 dias úteis.

Simultaneamente, como mencionado no ponto anterior, a Comissão de Cogestão irá dinamizar sessões participativas com o intuito de apresentar este documento e incentivar a participação pública e o envolvimento dos interessados. Pretende-se realizar uma sessão por cada um dos três Municípios abrangidos pela RNET.

Uma vez terminada a consulta pública, o Plano terá de ser aprovado pela Comissão de Cogestão e pelo Conselho Estratégico da RNET.

## 6. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

O programa de medidas e ações prioritárias propostas para execução no âmbito da proposta de Plano de Cogestão da RNET tem por base o diagnóstico prospetivo do território, os resultados do processo de auscultação pública, bem como os objetivos e eixos estratégicos, definidos pela Comissão de Cogestão, e o enquadramento de agendas a nível mundial e nacional em matéria de ambiente, tais como:

- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas;
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030;
- Estratégia Nacional e Regional do Programa Portugal 2030;
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas.

Foram, também, considerados instrumentos de gestão territoriais, tais como:

- Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET);
- Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Vila Franca de Xira (PMAAC VFX);
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de Benavente.

Para além disto, integraram-se ainda na presente proposta de Plano de Cogestão da RNET outras iniciativas incorporadas noutros projetos, dinamizados por algumas das entidades da Comissão de Cogestão e que se revelaram importantes e adequadas a serem enquadradas no processo da Cogestão.

Seguidamente é apresentado o programa de medidas e ações prioritárias (Tabela 10), desenvolvido de forma participativa, que dá resposta aos principais fatores críticos diagnosticados e contribui para as metas definidas para os indicadores de realização obrigatórios (ponto 8.1.).

As ações, identificadas para cada uma das oito medidas definidas, encontram-se priorizadas numa escala de 1 a 5, correspondendo o número 1 à prioridade de nível mais elevado. Para cada ação foi identificado o período de execução, o promotor e parceiros, bem como a respetiva estimativa de orçamento e a potencial fonte de financiamento. Mais detalhes sobre as medidas podem ser consultados no ponto 6.1.

A Tabela 11 traduz, em forma de resumo, o orçamento para cada um dos três eixos estratégicos e para as suas respetivas medidas, bem como também o orçamento total previsto para a presente proposta de Plano de Cogestão.

Tabela 10: Programa de Medidas e Ações Prioritárias no âmbito da Gestão da RNET

EIXO 1. VALORIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E INOVADORA DA ÁREA PROTEGIDA											
Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado <sup>16</sup>
			2025	2026	2027	2028					
1.1. Melhoria das condições de visitação da RNET	1.1.1. Atribuir portas de entrada à RNET;	1	X				10.000 €	Fundo Ambiental Lisboa 2030 Alentejo 2023	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. <sup>17</sup> Municípios	a definir	Porta de entrada (1)
	1.1.2. Estabelecer pontos de acesso à RNET <sup>18</sup> ;	1	X				12.000 €	Fundo Ambiental Lisboa 2030 Alentejo 2023	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	Municípios ABLGVFX	Sinalização (5)
	1.1.3. Estabelecer uma rota com vários percursos e pontos de divulgação <sup>19</sup> , distribuídos pelos 3 concelhos;	1	X	X			20.000 €	Fundo Ambiental Lisboa 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	a definir	Rotas e percursos interpretativos (4)
	1.1.4. Fazer um levantamento anual do estado de conservação e necessidades de estruturas de lazer e visitação, percursos e acessos e proceder à sua manutenção, recuperação e/ou criação;	2	X	X	X	X	635.000€	Fundo Ambiental Fundos comunitários Alentejo 2030	CL/ Municípios/ CCDR-LVT/ ICNF, I.P./ABLGVFX		Porta de entrada (1) Infraestruturas de lazer e visitação (2) Rotas e percursos interpretativos (4) Sinalização (5)
	1.1.5. Contabilizar os visitantes nas portas de entrada e estruturas de apoio à visitação da AP;	3	X	X	X	X	10.000€	Fundo Ambiental Fundos comunitários	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	a definir	Visitação (6)
	1.1.6. Colocar sinalética nos pontos de acesso e de divulgação dos percursos, informando dos valores naturais presentes, código de conduta a adotar, localização do visitante, restantes percursos existentes e locais de interesse e proceder à sua manutenção e recuperação;	1	X	X			50.000€	Fundo Ambiental Lisboa2030 Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	ABLGVFX	Sinalização (5)
	1.1.7. Promover o alojamento de Turismo de Natureza;	5	X	X	X	X	a definir	Programa Revive Natureza	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	Turismo de Portugal ICNF, I.P.	Novas atividades e produtos (11)

<sup>16</sup>Reporta à Portaria n.º 67/2021 de 17 de março

<sup>17</sup> Decorre atualmente um processo de transferência de atribuições do ICNF, I.P., I. P., para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), pelo que se optou por identificar como Entidade Promotora ou Parceiro o conjunto "CCDR-LVT / ICNF, I.P." nas ações relativas à execução de políticas públicas de conservação da natureza que se preveem transitar para a CCDR-LVT.

<sup>18</sup> Ponto de acesso = local com sinalização e/ou informação para o visitante chegar à RNET

<sup>19</sup> Pontos de divulgação = locais com informação sobre a identificação da RNET e das atividades disponíveis

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
<b>1.2. Incentivo à inovação</b>	1.2.1. Dinamizar sessões participativas e ações de <i>networking</i> com investigadores, investidores e outros atores relevantes, no sentido de desenvolver projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP;	1	X	X	X	X	10.000 €	Fundos comunitários Alentejo 2030 Lisboa 2030	Municípios/ ICNF, I.P./FCT - Nova	Entidades da CC RNET Universidades	Novas atividades e produtos (12) Inovação (13) Participação pública no processo de Cogestão (16)
	1.2.2. Realizar anualmente um evento para divulgar produtos e atividades sustentáveis passíveis de atribuir valor aos recursos e valores presentes na AP;	1	X	X	X	X	15.000 €	Fundos comunitários Alentejo 2030 Lisboa 2030	Municípios / CL	Entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11,12) Participação pública no processo de Cogestão (16)
<b>1.3. Reforço da gestão participativa, cooperação e articulação institucional</b>	1.3.1. Promover a troca de experiências de Cogestão, numa lógica de rede nacional, com as restantes Comissões de Cogestão;	3	X	X	X	X	4.000 €	Fundo Ambiental Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Entidades da CC RNET	Participação pública no processo de Cogestão (16)
	1.3.2. Promover iniciativas de participação pública no âmbito da Cogestão da RNET;	2	X	X	X	X	5.000 €	Fundo Ambiental	Entidades da CC RNET	a definir	Participação pública no processo de Cogestão (16, 17)
	1.3.3. Avaliar o processo de Cogestão e sugerir melhorias;	3	X	X	X	X	--	--	Entidades da CC RNET	a definir	Avaliação do processo de Cogestão (18,19)
	1.3.4. Avaliar e melhorar de forma contínua as metodologias de trabalho da Estrutura de Apoio;	3	X	X	X	X	--	--	Entidades da CC RNET	a definir	Avaliação do processo de Cogestão (18,19)
	1.3.5. Apresentar publicamente o relatório anual de atividades.	1	X	X	X	X	4.000 €	CCDR-LVT Municípios	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	Entidades da CC RNET	Participação pública no processo de Cogestão (16, 17)



**EIXO 2. COMUNICAÇÃO DOS VALORES NATURAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ATORES CHAVE**

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
<b>2.1. Comunicação e promoção do capital natural da RNET</b>	2.1.1. Elaborar um Plano de Comunicação;	1	X				12.000€	Fundo Ambiental	Entidades da CC RNET	a definir	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)
	2.1.2. Criar um grupo de trabalho de comunicação constituídos pelas entidades da CC RNET;	1	X				--	--	Entidades da CC RNET	a definir	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)
	2.1.3. Elaborar e executar um plano de atividades anual;	1	X	X	X	X	--	--	Entidades da CC RNET/ Técnico RNET	--	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.1.4. Estabelecer e manter uma base de dados digital com informação sobre o material produzido sobre a RNET;	3	X	X	X	X	--	Fundo Ambiental Alentejo 2030	Entidades da CC	a definir	Materiais de divulgação (3)
	2.1.5. Produzir material e meios de divulgação (pedagógico e merchandising);	2	X	X	X		60.000€	Fundo Ambiental Alentejo 2030	ICNF, I.P. CCDR-LVT	Restantes Entidades da CC RNET	Materiais de divulgação (3)
	2.1.6. Dotar os postos de turismo da região de um espaço publicitário especificamente com informação sobre a RNET e sua visitação;	2		X			11.000€	Fundo Ambiental Alentejo 2030	Municípios CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	CL	Materiais de divulgação (3)
	2.1.7. Promover <i>famtrips</i> junto de agentes disseminadores de informação turística do território;	3		X	X	X	40.000€	Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	Restantes Entidades da CC RNET	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (11,12)
	2.1.8. Promover <i>presstrips</i> junto de jornalistas e fotógrafos para dar a conhecer os valores naturais e a oferta de produtos e serviços existente;	3		X	X	X	40.000€	Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	Restantes Entidades da CC RNET	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (11,12)
	2.1.9. Promover Dias Abertos para a população residente que permitam aumentar o conhecimento geral sobre a RNET;	3		X	X	X	15.000€	Fundo Ambiental Lisboa 2030 Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	Restantes Entidades da CC RNET	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (11,12)
	2.1.10. Criar, manter e dinamizar um website da Reserva e respetivos conteúdos;	1		X	X	X	20.000 €	Fundos Comunitários Fundo Ambiental Alentejo 2030	Entidades da CC RNET	a definir	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
<b>2.1. Comunicação e promoção do capital natural da RNET</b>	2.1.11. Criar uma <i>mailing list</i> para a comunicação de produtos, serviços e atividades a realizar na RNET;	2	X	X	X	X	2.000€	Fundos Comunitários	Município que preside à CC/ Técnico RNET	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)
	2.1.12. Criar um perfil individual da RNET nas redes sociais e divulgar regularmente valores, produtos, serviços, efemérides e eventos relacionados com as temáticas da Cogestão;	1	X	X	X	X	4.000€	Fundos Comunitários Fundo Ambiental Alentejo 2030	Município que preside à CC/ Técnico RNET	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)
	2.1.13. Articular a comunicação relativa à RNET com os canais de comunicação oficiais das entidades da Comissão de Cogestão da RNET;	2	X	X	X	X	4.000€	Fundos Comunitários Alentejo 2030	Município que preside à CC/ Técnico RNET	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Materiais de divulgação (3)
	2.1.14. Desenvolver conteúdos expositivos permanentes e/ou itinerantes;	3		X	X	X	3.000€	Fundos Comunitários Fundo Ambiental Alentejo 2030	Entidades da CC RNET	a definir	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)
	2.1.15. Estabelecer protocolos com alojamentos/restauração da região (rede com benefícios, passaporte);	3		X	X	X	30.000€	Fundos Comunitários	Entidades da CC RNET	a definir	Novas atividades e produtos (11,12)
	2.1.16. Marcar presença em feiras para divulgar o património natural da RNET e o turismo da natureza;	4		X	X	X	12.000€	Sistema de incentivos Portugal Events Alentejo 2030	Municípios	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Novas atividades e produtos (11,12)
	2.1.17. Criar e promover campanhas no Google Ads;	4		X	X	X	3.000€	Fundo Ambiental Fundos Comunitários	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. Municípios	a definir	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (12)
	2.1.18. Promover e divulgar o registo na marca Natural.pt;	3		X	X	X	3.000€	Fundos Comunitários Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Natural.pt (9, 10)
	2.1.19. Eventos de comemoração dos 50 anos da RNET;	2		X	X		100.000€	Fundos Comunitários Fundo Ambiental Lisboa 2030	Municípios ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Educação e sensibilização ambiental (14,15) Participação pública no processo de Cogestão (16)
	2.1.20. Edição de um livro sobre a RNET no âmbito da comemoração dos seus 50 anos;	1	X	X	X		10.000€	Fundos Comunitários Fundo Ambiental	Municípios ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Materiais de divulgação (3) Novas atividades e produtos (11)

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
<b>2.2. Criação de um Programa de Educação Ambiental</b>	2.2.1. Realizar um diagnóstico da oferta de ações de educação e sensibilização ambiental existentes no território;	1	X				--	--	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Municípios	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.2.2. Auscultar atores chave da região (agrupamentos de escolas e entidades promotoras de projetos) para recolha de contributos para a definição de uma oferta educativa integrada e articulada;	1	X	X	X	X	5.000 €	Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Municípios	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.2.3. Desenvolver uma oferta educativa anual para cada um dos 3 ciclos do ensino básico, com dinamização de atividades orientadas para os valores naturais, sociais e culturais da RNET;	2	X	X	X	X	300.000 €	Fundo Ambiental Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. /CL	Municípios	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.2.4. Motivar docentes, formá-los e capacitá-los para desenvolverem as suas competências na área da educação para os valores da RNET e literacia ambiental;	2	X	X	X	X	20.000 €	Fundo Ambiental Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. /CL	Municípios Centros de Formação	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.2.5. Estabelecer parcerias com atores chave para apoio técnico e financeiro à execução do programa;	2	X	X	X	X	3.000 €	Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11) Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.2.6. Estabelecer parcerias com editoras para inclusão de conteúdos sobre a RNET nos manuais escolares;	3		X	X	X	a definir	a definir	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11)
	2.2.7. Criar conteúdos para integrar projetos;	3	X	X	X	X	5.000 €	Alentejo 2030 Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11) Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.2.8. Dinamizar ações de educação ambiental, com enfoque na RNET.	3	X	X	X	X	80.000 €	Alentejo 2030 Fundo Ambiental Lisboa 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11) Educação e sensibilização ambiental (14,15)

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
<b>2.3. Sensibilização e capacitação dos atores chave</b>	2.3.1. Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades (turismo e fotografia, pesca, agricultura, silvicultura, etc.) com a conservação da natureza;	2		X	X	X	5.000 €	Fundos Comunitários Alentejo 2030 Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (12)
	2.3.2. Promover ações de formação e capacitação específicas para os agentes disseminadores de informação acerca do território: técnicos dos postos de turismo, técnicos de agências de viagem, proprietários e <i>front desks</i> de unidades de alojamento turístico, entre outros;	2		X	X	X	5.000 €	Fundos Comunitários Alentejo 2030 Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Municípios EVOA ONGAs	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.3.3. Educar e sensibilizar ambientalmente para a proteção dos rios, sapais e linhas de água;	3		X	X	X	3.000 €	Alentejo 2030 Lisboa 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	Municípios EVOA ONGAs	Novas atividades e produtos (12) Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.3.4. Sensibilizar os agricultores para a eficiência hídrica;	3		X	X	X	3.000 €	Fundos Comunitários Alentejo 2030	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.	ABLGVFX	Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	2.3.5. Contribuir para a formação dos atores locais e sensibilização da população local sobre a problemática das espécies invasoras, seu controlo e adoção de boas práticas.	3		X	X	X	5.000 €	Fundos Comunitários Alentejo 2030 Fundo Ambiental	CCDR-LVT/ ICNF, I.P. ONGAs	Municípios Universidades ABLGVFX	Educação e sensibilização ambiental (14,15)

### EIXO 3. COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
3.1. Criação de uma rede de cooperação científica	3.1.1. Dinamizar reuniões e sessões participativas com investigadores, docentes do Ensino Superior e ONGAs para definir propostas de trabalhos científicos sobre a RNET e sua gestão;	1	X	X	X	X	8.000 €	Fundo Ambiental Lisboa 2030 Alentejo 2030	FCT-Nova ICNF, I.P.	CCDR-LVT Entidades CC RNET	Inovação (13)
	3.1.2. Participar em candidaturas a fundos para obtenção de financiamento para os trabalhos científicos previamente definidos;	3		X	X	X	--	--	FCT-Nova Universidades e Centros de Investigação	Entidades CC RNET	Educação e Sensibilização ambiental (14)
	3.1.3. Compilar numa plataforma de acesso universal dados relativos a trabalhos científicos, iniciativas e projetos realizados na RNET por forma a dar apoio à tomada de decisão na gestão da mesma;	2	X	X	X	X	24.000€	Fundo Ambiental	ICNF, I.P.	CCDR-LVT Universidades ONGAs CL ABLGVFX	Novas atividades e produtos (11)
	3.1.4. Promover anualmente o Fórum da Biodiversidade, onde são divulgados ao público em geral os trabalhos científicos a decorrer na RNET e os seus contributos para a conservação da natureza.	2	X	X	X	X	10.000 €	Fundo Ambiental	ICNF, I.P.	Entidades da CC RNET	Educação e Sensibilização ambiental (14)

Medidas	Ações	Prioridade	Ano de implementação				Estimativa de Orçamento	Possíveis Fontes de Financiamento	Entidade Promotora	Parceiros	Indicador de Realização Associado
			2025	2026	2027	2028					
3.2. Gestão de riscos naturais, resiliência do território e conservação da biodiversidade	3.2.1. Promover a recuperação do sistema hidráulico da Marinha de Vale Frades (fonte: PE do PORNET), contribuindo igualmente para o restauro do habitat 1150* <sup>20</sup> ;	2		x	x		150.000 €	Fundo Ambiental Fundos Comunitários	ICNF, I.P., Benavente	Entidades da CC RNET	Infraestruturas de lazer e visitação (2) Novas atividades e produtos (11) Inovação (13)
	3.2.2. Implementar uma estação ornitológica na Marinha de Vale Frades (fonte: PE do PORNET), com vista à participação em programas de monitorização, e sessões de educação ambiental;	2			x	x	100.000 €	Fundo Ambiental Fundos Comunitários	ICNF, I.P., Benavente	Entidades da CC RNET	Infraestruturas de lazer e visitação (2) Educação e sensibilização ambiental (14,15)
	3.2.3. Promover a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção dos habitats sapal e salinas na Marinha de Vale Frades (para prevenir os impactos do aumento da visitação e valorizar o território) (fonte: PE do PORNET);	2			x	x	40.000 €	LIFEs Fundo Ambiental Fundos Comunitários	ICNF, I.P., Benavente	Entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11) Inovação (13)
	3.2.4. Contribuir para a recuperação do sistema hidráulico da Salina da Saragoça, contribuindo igualmente para o restauro do habitat 1150*;	3	x	x			Verbas previstas no Life (50.000€)	LIFE Godwit Flyway	CL	Entidades da CC RNET	Infraestruturas de lazer e visitação (2) Novas atividades e produtos (11) Inovação (13)
	3.2.5. Promover a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção do habitat salinas na Salina de Saragoça;	3	x	x	x	x	40.000 €	LIFEs Fundo Ambiental Fundos Comunitários	CL	Entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11) Inovação (13)
	3.2.6. Contribuir para a elaboração e divulgação de planos de ação de controlo de invasoras a decorrer na RNET através de aconselhamento técnico-científico e formação de parcerias;	3	x	x	x	x	40.000 €	Fundos Comunitários	ICNF, I.P. ABLGVFX	Restantes entidades da CC RNET	Novas atividades e produtos (11) Inovação (13) Educação e Sensibilização ambiental (14,15)
	3.2.7. Facilitar a organização e realização de ações de voluntariado e iniciativas de ciência cidadã no âmbito da conservação da natureza, restauro ecológico e inventariação;	2	x	x	x	x	8.000€	Lisboa 2030 Alentejo 2030 MAR 2030	Municípios ICNF, I.P.	Restantes entidades da CC RNET	Educação e Sensibilização ambiental (14,15) Participação pública no processo de Cogestão (16)
	3.2.8. Apoiar a recuperação e o restauro de zonas degradadas em erosão, promovendo a conectividade ecológica do território da RNET.	2	x	x	x	x	50.000 €	Fundos Comunitários	ABLGVFX	Restantes entidades da CC RNET	Infraestruturas de lazer e visitação (2)

<sup>20</sup> Habitat Natural Prioritário – Lagunas Costeiras

Tabela 11: Valor total de investimento associado a cada eixo e pelas suas respetivas medidas, e orçamento total previsto para a proposta de Plano de Cogestão da RNET

EIXOS	MEDIDAS	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO
EIXO 1. VALORIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E INOVADORA DA ÁREA PROTEGIDA	1.1. Melhoria das condições de visitação da RNET	737.000 €
	1.2. Incentivo à inovação	25.000 €
	1.3. Reforço da gestão participativa, cooperação e articulação institucional	13.000 €
Valor total de investimento previsto para o EIXO 1		775.000 €
EIXO 2. COMUNICAÇÃO DOS VALORES NATURAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ATORES CHAVE	2.1. Comunicação e promoção do capital natural da RNET	369.000 €
	2.2. Criação de um Programa de Educação Ambiental	413.000 €
	2.3. Sensibilização e capacitação dos atores chave	21.000 €
Valor total de investimento previsto para o EIXO 2		803.000 €
EIXO 3. COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO	3.1. Criação de uma rede de cooperação científica	42.000 €
	3.2. Gestão de riscos naturais, resiliência do território e conservação da biodiversidade	428.000 €
Valor total de investimento previsto para o EIXO 3		470.000 €
<b>ORÇAMENTO TOTAL PREVISTO PARA A PROPOSTA DE PLANO DE COGESTÃO DA RNET</b>		<b>2 048 000€</b>

## 6.1. CARATERIZAÇÃO DAS MEDIDAS

Com o intuito de detalhar as medidas propostas, foi elaborada, para cada medida, uma descrição e a respetiva ficha síntese de caracterização (Tabelas 12 a 19), onde se identificam os seguintes pontos:

- Objetivos específicos que se pretendem atingir com a sua implementação;
- Ações e projetos a implementar no território e a respetiva estimativa de investimento;
- Prioridade de execução;
- Cronograma de execução;
- Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET;
- Promotores;
- Parceiros;
- Possíveis Fontes de Financiamento;
- Contributos para os Indicadores de Realização e para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030.

### MEDIDA 1.1. MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DA RNET

No âmbito da análise SWOT, procedeu-se ao levantamento e diagnóstico das infraestruturas de lazer e visitação e sinalética na RNET e sua envolvente. Verificou-se que apesar de existirem várias infraestruturas de visitação e de observação de aves, muitas encontram-se inativas e/ou degradadas. A sinalética é praticamente inexistente, impossibilitando a orientação de passeios ou visitas no território. As vias de acesso na RNET necessitam de manutenção anual, após o período de chuvas, estando o acesso à mesma condicionado durante o outono e inverno, precisamente durante as épocas em que se pode observar uma maior diversidade de avifauna no local. A porta de entrada para a Reserva não parece ser óbvia, como o mostram os resultados do inquérito realizado, nem o conceito de “porta de entrada” - um dos indicadores de realização obrigatórios a incluir no Plano de Cogestão - tem sido interpretado de forma unânime nas reuniões da Estrutura de Apoio ou da própria Comissão de Cogestão da RNET.

A Medida 1.1. *Melhoria das Condições de Visitação da RNET* tem como objetivo geral fortalecer a identificação da comunidade com a Reserva Natural do Estuário do Tejo, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais desta Área Protegida. Pretende-se, especificamente, dar a conhecer os valores naturais e a importância da RNET às populações e turistas, sensibilizar para a proteção e conservação desses valores e fomentar a utilização do território por parte dos cidadãos. Nesse sentido torna-se essencial e prioritário melhorar as condições de visitação da RNET, atribuindo-lhe portas de entrada claras, estabelecendo pontos de acesso visíveis e definindo uma rota com vários



percursos de interesse, dotados de estruturas em boas condições e apoiados por uma sinalética de qualidade.

Esta medida permitirá também valorizar as atividades tradicionais, que garantem a preservação da paisagem e dos valores naturais existentes, e potenciar a oferta de atividades ligadas aos valores naturais da RNET e áreas envolventes, contribuindo paralelamente para a promoção do alojamento de Turismo de Natureza neste território.

Prevê-se ainda que o estado de conservação das estruturas de lazer e visitação, sinalética, percursos e acessos seja regularmente avaliado, sendo a sua manuten o e recupera o uma das a o es incluídas nesta medida. Igualmente relevante será a contabiliza o dos visitantes da RNET, não são como indicador do sucesso da aplica o das a o es do Plano de Cogestão, mas também para garantir a recolha de dados fiáveis relativamente ao potencial impacto que um aumento dos níveis da visita o poderá exercer sobre a  rea Protegida a longo prazo.

Tabela 12: Ficha síntese de caracteriza o da Medida 1.1. Melhoria das Condi o es de Visita o da RNET

MEDIDA 1.1. MELHORIA DAS CONDI�O�ES DE VISITA�O DA RNET								
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dar a conhecer os valores naturais e a import�ncia da RNET �s popula�o�es e turistas</li> <li>✓ Sensibilizar para a prote�o� e conserva�o dos valores naturais da Reserva</li> <li>✓ Fomentar a utiliza�o do territ�rio por parte dos cidad�os, articulando as atividades desenvolvidas com o programa especial da Reserva</li> <li>✓ Potenciar a oferta de atividades ligadas aos valores naturais da reserva e �reas envolventes</li> <li>✓ Valorizar as atividades tradicionais que garantem a preserva�o da paisagem e dos valores naturais existentes</li> <li>✓ Aferir o estado atual da visita�o da reserva e a sua evolu�o com a implementa�o do Modelo de Cogest�o</li> <li>✓ Recuperar estruturas e equipamentos j� existentes na RNET, mas em elevado estado de degrada�o</li> </ul>							
	A�O�ES							INVESTIMENTO PREVISTO (�)
1.1.1. Atribuir portas de entrada � RNET							10.000 �	
1.1.2. Estabelecer pontos de acesso � RNET							12.000 �	
1.1.3. Estabelecer uma rota com v�rios percursos e pontos de divulga�o, distribuídos pelos 3 concelhos							20.000 �	
1.1.4. Fazer um levantamento anual do estado de conserva�o e necessidades de estruturas de lazer e visita�o, percursos e acessos e proceder � sua manuten�o, recupera�o e/ou cria�o;							635.000�	
1.1.5. Contabilizar os visitantes nas portas de entrada e estruturas de apoio � visita�o da AP							10.000�	
1.1.6. Colocar sinal�tica nos pontos de acesso e de divulga�o dos percursos, informando dos valores naturais presentes, c�digo de conduta a adotar, localiza�o do visitante, restantes percursos existentes e locais de interesse e proceder � sua manuten�o e recupera�o							50.000�	
1.1.7. Promover o alojamento de Turismo de Natureza							a definir	
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>							<b>737.000�</b>	
PRIORIDADE	Baixa	M�dia	Alta	ANO DE IMPLEMENTA�O	2025	2026	2027	2028
			X		X	X	X	X

<b>Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET</b>	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET	
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva	X
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes	
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território	
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território	
<b>Promotores</b>	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.; Municípios	
<b>Parceiros</b>	Municípios; ABLGVFX; CL; Turismo de Portugal; ICNF, I.P.	
<b>Possíveis Fontes de Financiamento</b>	Fundo Ambiental; Lisboa 2030; Fundos comunitários; Programa Revive Natureza	
<b>Contributos para os Indicadores de Realização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Porta de entrada (1) - Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.</li> <li>– Infraestruturas de lazer e visitação (2) - Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).</li> <li>– Rotas e percursos interpretativos (4) - Rotas e/ou percursos interpretativos pedestres operacionais na AP.</li> <li>– Sinalização (5) - Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).</li> <li>– Visitação (6) - Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.</li> <li>– Novas atividades e produtos (11) - Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.</li> </ul>	
<b>Contributos para os ODS 2030</b>		

## MEDIDA 1.2. INCENTIVO À INOVAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o Modelo de Cogestão das áreas protegidas, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, prevê a inclusão de projetos e ações de promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais (alínea f) e ainda o fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes (alínea g).

Nesse sentido, foi definida a Medida 1.2. *Incentivo à Inovação*, que visa estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na RNET e também contribuir para um desenvolvimento sustentável local e para a criação de riqueza e emprego no território.

Integram-se, deste modo, quatro indicadores de realização obrigatórios na proposta de Plano de Cogestão da Área Protegida, favorecendo-se três objetivos gerais do Modelo de Cogestão, em particular a valorização do território de forma inovadora e criativa e o incentivo à iniciativa e à participação ativa da sociedade civil, através de parcerias, na defesa e conservação dos valores naturais da reserva.

As ações incluídas nesta medida propõem criar oportunidades em que os diferentes atores chave do território possam conhecer-se, socializar, divulgar as suas ideias, produtos e atividades, fomentando-se a troca de informação e conhecimento e contribuindo para a construção de sinergias. Tenciona-se, desta forma, auxiliar à criação de valor económico, social e ambiental com base nos valores, práticas e produtos desenvolvidos na reserva.

Tabela 13: Ficha síntese de caracterização da Medida 1.2. Incentivo à Inovação

MEDIDA 1.2. INCENTIVO À INOVAÇÃO									
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP e que contribuam para um desenvolvimento sustentável local</li> <li>✓ Contribuir para a criação de riqueza e emprego no território</li> </ul>								
<b>AÇÕES</b>								<b>INVESTIMENTO PREVISTO (€)</b>	
1.2.1. Dinamizar sessões participativas e ações de <i>networking</i> com investigadores, investidores e outros atores relevantes, no sentido de desenvolver projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP								10.000 €	
1.2.2. Realizar anualmente um evento para divulgar produtos e atividades sustentáveis passíveis de atribuir valor aos recursos e valores presentes na AP								15.000 €	
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>								25.000€	
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028	
			X		X	X	X	X	
<b>Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET</b>	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET								
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva								X
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes								X
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território								X
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território								
<b>Promotores</b>	FCT-Nova; Municípios								
<b>Parceiros</b>	Entidades da Comissão de Cogestão da RNET; Outras Universidades; CCDR-LVT/ ICNF, I.P.								
<b>Possíveis Fontes de Financiamento</b>	Fundo Ambiental; Fundos comunitários; Alentejo 2030								

<p><b>Contributos para os Indicadores de Realização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas atividades e produtos (11,12) - Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP. Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.</li> <li>- Inovação (13) - Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.</li> <li>- Participação pública no processo de Cogestão (16) - Iniciativas de participação pública no âmbito da Cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e <i>networking</i>).</li> </ul>
<p><b>Contributos para os ODS 2030</b></p>	

### MEDIDA 1.3. REFORÇO DA GESTÃO PARTICIPATIVA, COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A Medida 1.3. *Reforço da gestão participativa, cooperação e articulação institucional* foi definida para apoiar a execução do Plano de Cogestão, no que diz respeito à articulação e cooperação entre as entidades que compõem a Comissão de Cogestão da RNET.

Neste caso, pretende-se promover a avaliação contínua da articulação entre as entidades no processo de cogestão, identificar e implementar as melhorias necessárias para agilizar a cooperação entre as mesmas e dar também resposta a duas temáticas de integração obrigatória nos Planos de Cogestão, de acordo com a Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, em particular “Participação pública no processo de cogestão” (Indicadores de realização 16 e 17) e “Avaliação do processo de cogestão” (Indicadores de realização 18 e 19).

Desta forma, elencam-se cinco ações direcionadas à facilitação e enriquecimento do processo de cogestão no seio da comissão de cogestão e ao nível nacional entre as comissões das várias Áreas Protegidas que aderiram ao modelo de cogestão. Ambiciona-se assegurar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados, em especial os residentes e utilizadores da RNET, no desenvolvimento do modelo de cogestão, tal como preconizado no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro.

Tabela 14: Ficha síntese de caracterização da Medida 1.3. Reforço aa Gestão Participativa, Cooperação e Articulação Institucional

MEDIDA 1.3. REFORÇO DA GESTÃO PARTICIPATIVA, COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL								
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliar continuamente a articulação entre entidades no processo de cogestão</li> <li>✓ Implementar as melhorias necessárias para melhorar a cooperação entre entidades</li> </ul>							
<b>AÇÕES</b>								<b>INVESTIMENTO PREVISTO (€)</b>
1.3.1. Promover a troca de experiências de cogestão, numa lógica de rede nacional, com as restantes comissões de cogestão								4.000 €
1.3.2. Promover iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da RNET								5.000 €
1.3.3. Avaliar o processo de cogestão e sugerir melhorias								--
1.3.4. Avaliar e melhorar de forma contínua as metodologias de trabalho da Estrutura de Apoio								--
1.3.5. Apresentar publicamente o relatório anual de atividades								4.000 €
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>								13.000€
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028
		X			X	X	X	X
<b>Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET</b>	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET							
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva							
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes							
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território							
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território							
<b>Promotores</b>	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.; Entidades da Comissão de Cogestão da RNET; Municípios							
<b>Parceiros</b>	Entidades da Comissão de Cogestão da RNET							
<b>Possíveis Fontes de Financiamento</b>	Fundo Ambiental; CCDR-LVT; Municípios							
<b>Contributos para os Indicadores de Realização</b>	<p>– Participação pública no processo de cogestão (16, 17) - Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking). Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.</p> <p>– Avaliação do processo de cogestão (18,19) - Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios). Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública).</p>							
<b>Contributos para os ODS 2030</b>								

## MEDIDA 2.1. COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DO CAPITAL NATURAL DA RNET

A Medida 2.1. *Comunicação e promoção do capital natural da RNET* compreende uma lista de 17 ações que visam promover um maior conhecimento sobre a biodiversidade da RNET e os serviços dos seus ecossistemas junto das populações locais e dos utilizadores da reserva nacionais e internacionais, contribuindo simultaneamente para o cumprimento de três dos objetivos do Modelo de Cogestão da RNET, conforme a Tabela 15

Por conseguinte, apostar-se-á na criação de uma presença online individual da RNET, que deverá ser continuamente alimentada, estabelecendo-se uma comunidade virtual de seguidores nacionais e internacionais, eles próprios também divulgadores do capital natural da área protegida. Criar-se-ão oportunidades para que atores chave do território e outros agentes conheçam a reserva e disseminem esse conhecimento. Estabelecer-se-ão parcerias com agentes da região, sem nunca esquecer a internacionalização do território.

Estas ações integrarão um plano de sensibilização/comunicação da área protegida, que será proposto no âmbito desta medida, e que definirá a estratégia a médio prazo da comunicação entre a RNET e os vários públicos-alvo.

O investimento nesta medida justifica-se pelas fraquezas identificadas pelos atores chave na análise SWOT, tendo sido enumerados cinco pontos a necessitar de intervenção, nomeadamente: Inexistência de branding da área protegida; Falta de material de informação, divulgação e sensibilização ambiental; Desconhecimento do valor da área protegida pelo público; Inexistência de veículos de comunicação entre a administração da área protegida e o público; Divulgação insuficiente da importância de salvaguardar os recursos naturais. Acrescenta-se que vários destes pontos foram corroborados pelos resultados do inquérito, cujos resultados apontam para a importância de melhorar a informação, comunicação e aproximação com a comunidade.

Tabela 15: Ficha síntese de caracterização da Medida 2.1. Comunicação e Promoção do Capital Natural da RNET

MEDIDA 2.1. COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DO CAPITAL NATURAL DA RNET	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover um maior conhecimento sobre a biodiversidade da RNET e os serviços dos seus ecossistemas</li> <li>✓ Comunicar eficazmente o capital natural da RNET aos residentes dos 3 Municípios e aos turistas nacionais e internacionais</li> <li>✓ Divulgar produtos e serviços oferecidos pelos atores chave do território</li> <li>✓ Criar uma presença online da RNET, permitindo aos cidadãos e turistas aceder a informação relevante sobre a mesma</li> <li>✓ Estabelecer e manter uma base de seguidores online</li> <li>✓ Atrair novos visitantes nacionais e internacionais ao território</li> <li>✓ Propor um plano de sensibilização/comunicação sobre a RNET</li> </ul>

AÇÕES					INVESTIMENTO PREVISTO (€)			
2.1.1. Elaborar um plano de comunicação					12.000€			
2.1.2. Criar um grupo de trabalho de comunicação constituídos pelas entidades da CC RNET					--			
2.1.3. Elaborar e executar um plano de atividades anual					--			
2.1.4. Estabelecer e manter uma base de dados digital com informação sobre o material produzido sobre a RNET					--			
2.1.5. Produzir material e meios de divulgação (pedagógico e merchandising)					60.000€			
2.1.6. Dotar os postos de turismo da região de um espaço publicitário especificamente com informação sobre a RNET e sua visitação					11.000€			
2.1.7. Promover <i>famtrips</i> junto de agentes disseminadores de informação turística do território					40.000€			
2.1.8. Promover <i>presstrips</i> junto de jornalistas e fotógrafos para dar a conhecer os valores naturais e a oferta de produtos e serviços existente					40.000€			
2.1.9. Promover Dias Abertos para a população residente que permitam aumentar o conhecimento geral sobre a RNET					15.000€			
2.1.10. Criar, manter e dinamizar um website da Reserva e respetivos conteúdos					20.000 €			
2.1.11. Criar uma mailing list para a comunicação de produtos, serviços e atividades a realizar na RNET					2.000€			
2.1.12. Criar um perfil individual da RNET nas redes sociais e divulgar regularmente valores, produtos, serviços, efemérides e eventos relacionados com as temáticas da Cogestão					4.000€			
2.1.13. Articular a comunicação relativa à RNET com os canais de comunicação oficiais das entidades da Comissão de Cogestão da RNET					4.000€			
2.1.14. Desenvolver conteúdos expositivos permanentes e/ou itinerantes					3.000€			
2.1.15. Estabelecer protocolos com alojamentos/restauração da região (rede com benefícios, passaporte)					30.000€			
2.1.16. Marcar presença em feiras para divulgar o património natural da RNET e o turismo da natureza					12.000€			
2.1.17. Criar e promover campanhas no Google Ads					3.000€			
2.1.18. Promover e divulgar o registo na marca Natural.pt					3.000€			
2.1.19. Eventos de comemoração dos 50 anos da RNET					100.000€			
2.1.20. Edição de um livro sobre a RNET no âmbito da comemoração dos seus 50 anos					10.000€			
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>					369.000€			
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028
			X		X	X	X	X
Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET							
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva							
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes							
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território							
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território							
Promotores	Entidades da Comissão de Cogestão da RNET; ICNF, I.P.; CCDR-LVT; Municípios; Técnico da RNET							

<b>Parceiros</b>	Companhia das Lezírias, CCDR-LVT/ ICNF, I.P.; Entidades da Comissão de Cogestão da RNET
<b>Possíveis Fontes de Financiamento</b>	Fundo Ambiental; Fundos Comunitários; Sistema de incentivos Portugal Events; Alentejo 2030
<b>Contributos para os Indicadores de Realização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Materiais de divulgação (3) - Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).</li> <li>– Educação e sensibilização ambiental (14,15) - Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP. Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.</li> <li>– Novas atividades e produtos (11,12) - Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP. Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.</li> <li>– Natural.pt (9, 10) - Novos aderentes à marca Natural.pt. Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.</li> </ul>
<b>Contributos para os ODS 2030</b>	

## MEDIDA 2.2. CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Medida 2.2. Criação de um Programa de Educação Ambiental responde a três objetivos do Modelo de Cogestão da RNET, em que se destaca o fortalecimento da identificação da comunidade com a RNET. Concretiza ainda o objetivo de gerar uma maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da RNET.

A análise SWOT realizada pelos atores chave do território identificou como fraquezas o desconhecimento do valor da área protegida pelo público, a inexistência de veículos de comunicação entre a administração da área protegida e o público e a falta de ações de divulgação e educação ambiental em contexto escolar e profissional, não se divulgando de forma suficiente a importância da salvaguarda dos recursos naturais. Estes aspetos foram reforçados pelos contributos do inquérito, onde os inquiridos reconhecem a importância de melhorar a informação, comunicação e aproximação com a comunidade, a necessidade de comunicar, promover e divulgar os valores da RNET e locais a visitar, e ainda o papel da Educação Ambiental na proteção da reserva.

Assim sendo, pretende-se dirigir um conjunto de ações que beneficia os alunos dos três ciclos do ensino básico dos municípios de Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira, e respetivos docentes, com o intuito de gerar uma relação de maior proximidade entre a reserva e as gerações mais jovens da região, promovendo o sentido de pertença ao território e a apropriação dos valores naturais que este contém.

Esta medida inclui seis ações que permitirão desenvolver um programa de forma colaborativa e integrada, formando e capacitando docentes para a educação e literacia ambiental e garantindo-se a sustentabilidade do programa a longo prazo através do recurso a parcerias chave no território.



Tabela 16: Ficha síntese de caracterização da Medida 2.2. Criação de um Programa de Educação Ambiental

MEDIDA 2.2. CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL										
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gerar uma relação de maior proximidade entre a RNET e as gerações mais jovens</li> <li>✓ Promover o sentido de pertença dos jovens ao território da RNET e a apropriação dos valores naturais que este contém</li> <li>✓ Reconhecer os agentes mais ativos na comunidade escolar e estimular a formação de parcerias</li> <li>✓ Garantir a sustentabilidade do programa a longo prazo</li> </ul>									
	AÇÕES								INVESTIMENTO PREVISTO (€)	
	2.2.1. Realizar um diagnóstico da oferta de ações de educação e sensibilização ambiental existentes no território								--	
	2.2.2. Auscultar atores chave da região (agrupamentos de escolas e entidades promotoras de projetos) para recolha de contributos para a definição de uma oferta educativa integrada e articulada								5.000 €	
2.2.3. Desenvolver uma oferta educativa anual para cada um dos 3 ciclos do ensino básico, com dinamização de atividades orientadas para os valores naturais, sociais e culturais da RNET								300.000 €		
2.2.4. Motiviar docentes, formá-los e capacitá-los para desenvolverem as suas competências na área da educação para os valores da RNET e literacia ambiental								20.000 €		
2.2.5. Estabelecer parcerias com atores chave para apoio técnico e financeiro à execução do programa								3.000 €		
2.2.6. Estabelecer parcerias com editoras para inclusão de conteúdos sobre a RNET nos manuais escolares								a definir		
2.2.7. Criar conteúdos para integrar projetos								5.000 €		
2.2.8. Dinamizar ações de educação ambiental, com enfoque na RNET								80.000 €		
INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO								413.000 €		
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028		
			X		X	X	X	X		
Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET								X	
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva								X	
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes									
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território								X	
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território									
Promotores	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.									
Parceiros	Restantes entidades da Comissão de Cogestão da RNET; Municípios									
Possíveis Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Alentejo 2030									
Contributos para os Indicadores de Realização	– Novas atividades e produtos (11) - Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.									

	– Educação e sensibilização ambiental (14,15) - Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP. Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.					
Contributos para os ODS 2030						

### MEDIDA 2.3. SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ATORES CHAVE

Reconhece-se o processo de cogestão de áreas protegidas como uma oportunidade para implementar ações que contribuam para a compatibilização das atividades económicas que se desenvolvem no território com os objetivos da conservação da natureza.

Por conseguinte, definiu-se a Medida 2.3. *Sensibilização e capacitação dos atores chave*, que visa, não só, melhorar os níveis de literacia ambiental dos atores chave do território, como também capacitá-los a desenvolver a sua atividade económica salvaguardando os valores naturais em presença.

Visa-se, em específico, educar e sensibilizar para as temáticas que dizem respeito à proteção dos rios, sapais, linhas de água e a eficiência hídrica na agricultura. O interesse particular nessas matérias relaciona-se com o cumprimento dos objetivos previstos no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Vila Franca de Xira, que se cruzam com os da cogestão, pelo que algumas ações elencadas nesse documento também aqui foram incluídas.

Crê-se ainda que esta medida contribuirá para a resolução de dificuldades de articulação e comunicação entre a reserva, as entidades com competências no território e os diversos agentes económicos.

Tabela 17: Ficha síntese de caracterização da Medida 2.3. *Sensibilização e Capacitação dos Atores Chave*

MEDIDA 2.3. SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS ATORES CHAVE	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhorar os níveis de literacia ambiental dos atores chave do território, com enfoque na RNET</li> <li>✓ Formar os atores chave nos valores naturais presentes na RNET</li> <li>✓ Contribuir para a compatibilização das atividades económica que se desenvolvem no território com os objetivos da conservação da natureza</li> <li>✓ Garantir que os visitantes optem por um comportamento adequado durante a visitação à AP e zonas envolventes</li> <li>✓ Sensibilizar para a importância de aumentar a resiliência dos sistemas agroflorestais à escassez de água</li> <li>✓ Sensibilizar para a importância de aumentar a eficiência hídrica na agricultura</li> <li>✓ Sistematizar a informação dos estudos sobre a RNET</li> <li>✓ Contribuir para a obtenção de um panorama geral do estado dos recursos e dos ecossistemas e para a sinalização prematura de potenciais riscos.</li> </ul>

AÇÕES					INVESTIMENTO PREVISTO (€)			
2.3.1. Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades (turismo e fotografia, pesca, agricultura, silvicultura, etc.) com a conservação da natureza					5.000 €			
2.3.2. Promover ações de formação e capacitação específicas para os agentes disseminadores de informação acerca do território: técnicos dos postos de turismo, técnicos de agências de viagem, proprietários e <i>front desks</i> de unidades de alojamento turístico, entre outros					5.000 €			
2.3.3. Educar e sensibilizar ambientalmente para a proteção dos rios, sapais e linhas de água					3.000 €			
2.3.4. Sensibilizar os agricultores para a eficiência hídrica					3.000 €			
2.3.5. Contribuir para a formação dos atores locais e sensibilização da população local sobre a problemática das espécies invasoras, seu controlo e adoção de boas práticas;					5.000 €			
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>					21.000€			
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028
		X			X	X	X	X
Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET							
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva							X
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes							
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território							X
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território							X
Promotores	CCDR-LVT/ ICNF, I.P.							
Parceiros	Entidades da Comissão de Cogestão da RNET; Municípios; EVOA; ABLGVFX							
Possíveis Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Fundos Comunitários; Alentejo 2030							
Contributos para os Indicadores de Realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Novas atividades e produtos (12) - Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.</li> <li>– Educação e sensibilização ambiental (14,15) - Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP. Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.</li> </ul>							
Contributos para os ODS 2030								

### 3.1. CRIAÇÃO DE UMA REDE DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA

A Medida 3.1. *Criação de uma rede de cooperação científica* surge da necessidade de dar resposta às necessidades específicas da RNET, em matéria de conservação da natureza, proteção da biodiversidade e de restauro ecológico; gestão de riscos naturais; gestão de áreas protegidas; promoção, comunicação e sensibilização.

Verifica-se a necessidade de existência de uma fonte de dados, cientificamente obtidos, comprovados e atualizados, que possam auxiliar na tomada de decisão na gestão da reserva. Embora existam vários projetos científicos a decorrer no território, promovidos por diferentes entidades, os resultados dos mesmos não se encontram centralizados numa única plataforma de acesso universal. E quando disponibilizados, são em formato desadequado, ou não dão resposta aos desafios da gestão diária da RNET.

Com esta medida, pretende-se envolver os estabelecimentos de ensino superior na definição de trabalhos científicos que auxiliem na resolução dos desafios com que a RNET se depara, direcionando a investigação científica, em geral, para campos com relevância para a gestão das áreas protegidas. Visa-se ainda estimular parcerias entre as entidades chave do território e uma cooperação em rede.

Esta medida sistematizará a informação resultante dos vários estudos desenvolvidos na RNET, ajudando a ter um panorama geral do estado dos recursos e dos ecossistemas e a sinalizar prematuramente potenciais riscos.

O conhecimento gerado no âmbito desta medida contribuirá ainda para a resolução de possíveis conflitos inerentes a um território em que se tenta diariamente conciliar a conservação da natureza e o restauro ecológico com as atividades económicas que se desenvolvem no terreno.

Esta medida integra quatro ações que promovem a troca de ideias e o trabalho colaborativo entre várias entidades no desenvolvimento de estudos científicos relevantes para a RNET, prevenindo-se que os resultados obtidos sejam disponibilizados publicamente, quer em formato digital, quer num evento presencial a organizar anualmente.

Tabela 18: Ficha síntese de caracterização da Medida 3.1. Criação de uma Rede de Cooperação Científica

MEDIDA 3.1. CRIAÇÃO DE UMA REDE DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA	
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Envolver estabelecimentos de ensino superior em trabalhos científicos que deem resposta às necessidades da RNET, nas áreas de conservação da natureza, proteção da biodiversidade e de restauro ecológico; gestão de riscos naturais; gestão de áreas protegidas; promoção, comunicação e sensibilização</li> <li>✓ Direcionar a investigação científica para campos científicos que visam dar respostas aos problemas específicos das áreas protegidas e, em particular, da RNET</li> <li>✓ Estimular parcerias entre as entidades chave do território e uma cooperação em rede</li> <li>✓ Providenciar apoio técnico, comprovado cientificamente, à tomada de decisão na gestão da RNET</li> <li>✓ Promover o envolvimento de várias entidades e cidadãos nos objetivos da conservação da natureza, monitorização e restauro ecológico na RNET</li> </ul>

AÇÕES					INVESTIMENTO PREVISTO (€)			
3.1.1. Dinamizar reuniões e sessões participativas com investigadores, docentes do Ensino Superior e ONGAs para definir propostas de trabalhos científicos sobre a RNET e sua gestão					8.000 €			
3.1.2. Participar em candidaturas a fundos para obtenção de financiamento para os trabalhos científicos previamente definidos					--			
3.1.3. Compilar numa plataforma de acesso universal dados relativos aos trabalhos científicos, iniciativas e projetos realizados na RNET por forma a dar apoio à tomada de decisão na gestão da mesma					24.000€			
3.1.4. Promover anualmente o Fórum da Biodiversidade, onde são divulgados ao público em geral os trabalhos científicos a decorrer na RNET e os seus contributos para a conservação da natureza					10.000 €			
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>					42.000€			
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028
		X			X	X	X	X
<b>Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET</b>	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET							X
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva							X
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes							X
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território							X
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território							X
<b>Promotores</b>	FCT-Nova; ICNF, I.P.							
<b>Parceiros</b>	CCDR-LVT; Entidades Comissão de Cogestão da RNET; Universidades; ONGAs							
<b>Possíveis Fontes de Financiamento</b>	Fundo Ambiental							
<b>Contributos para os Indicadores de Realização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Materiais de divulgação (3) - Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).</li> <li>– Novas atividades e produtos (11) - Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.</li> <li>– Inovação (13) - Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.</li> <li>– Educação e Sensibilização ambiental (14,15) - Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP. Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.</li> <li>– Participação pública no processo de cogestão (16) - Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking).</li> <li>– Avaliação do processo de cogestão (18) - Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).</li> </ul>							
<b>Contributos para os ODS 2030</b>								

### 3.2. GESTÃO DE RISCOS NATURAIS, RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A Medida 3.2. *Gestão de riscos naturais, resiliência do território e conservação da biodiversidade*, pretende responder aos dois objetivos adicionais do Modelo de Cogestão de Áreas Protegidas incluídos n.º 1 do Artigo 5.º da Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Na lei supramencionada, prevê-se, pela primeira vez, que o Modelo de Cogestão contribua para os objetivos de conservação da natureza, da proteção da biodiversidade e do restauro ecológico, ao nível da devida articulação entre as entidades presentes na área protegida (alínea d)). De igual forma, também este deve contribuir para a resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional (alínea e)).

Atendendo a que o Modelo de Cogestão para as áreas protegidas pressupõe que diferentes entidades coloquem ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área, a medida 3.2. da proposta de Plano de Cogestão da RNET visa concretizar o reforço da coordenação e articulação institucional em matérias não abordadas até à publicação da referida Lei.

O ICNF, I.P. é a autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, tendo a missão de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio, a salvaguarda da Rede Nacional de Áreas Protegidas, através do seu planeamento integrado e articulado, assim como a concretização dos objetivos transversais no domínio das ações de conservação ativa e monitorização de espécies e habitats. Mas ganha, com a instituição do Modelo de Cogestão, parceiros com conhecimento técnico-científico que podem contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território, sempre com o fito de gerir, dar valor e perenidade aos ativos territoriais, tal como preconizado no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro.

A proposta de Plano de Cogestão articula-se com o Programa Especial da respetiva área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área. Importa, pois, materializar a articulação objetiva da proposta de Plano de Cogestão da RNET com o Plano de Ordenamento da RNET (PORNET), em cujo programa de execução foram definidas as prioridades para a conservação da natureza e da biodiversidade. No âmbito da recondução do PORNET a programa especial, atualmente a decorrer, este programa foi revisitado e reavaliado pelo ICNF, I.P., tendo uma ação ainda não executada do “Objetivo 1 - Conservação da Natureza e da Biodiversidade” sido selecionada para integrar o plano de cogestão da área protegida.

Dados os objetivos da cogestão, considerou-se que alguns aspetos do projeto "Marinha de Vale Frades" (ação 1.1.1.), em muito beneficiariam se contassem com o apoio das entidades que

constituem a comissão de cogestão para a sua implementação. A promoção da recuperação do sistema hidráulico da Marinha de Vale Frades, a implementação de uma estação ornitológica e a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção dos habitats presentes, não só restaurarão o ecossistema do local, como valorizarão uma parte do território da RNET que poderá ser comunicado, visitado e utilizado para fins de ações de sensibilização e educação ambiental.

Paralelamente, também a ação “1.4.1. Promover censos periódicos” do mesmo objetivo, em execução de forma cíclica e ainda em curso, poderia ser reforçada com o apoio daquelas entidades da Comissão de Cogestão que dispõem do conhecimento técnico-científico necessário para serem realizadas. Tendo em conta que o PORNET foi publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/ 2008, de 24 de novembro, este não integra ainda compromissos internacionais mais recentes, nem preocupações que estão atualmente na ordem do dia, tais como a monitorização de invertebrados terrestres, em particular os insetos polinizadores, e ainda o controlo de espécies exóticas invasoras. Assim sendo, nascem duas ações, que tencionam colmatar essas ausências, sempre numa lógica de valorização de um território e de uma paisagem que se pretendem dinamizar de forma partilhada no âmbito do processo de Cogestão.

Por fim, prevê-se a recuperação hidráulica e ecológica da Marinha de Vale de Frades e da Salina de Saragoça, enquanto áreas pertencentes ao Habitat 1150\* - um Habitat Natural Prioritário com a designação de “Lagunas Costeiras” que pode, por definição, ser alargado às salinas não exploradas ou exploradas de forma não industrial, onde persistem lagunas com água livre salgada ou salobra durante todo o ano, como é o caso destes dois locais da RNET. Este Habitat é protegido legalmente pelo Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril - Anexo B-1 (republicado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro), e pela Diretiva 92/43/CEE – Anexo I. A Comissão de Cogestão da RNET pretende, através da articulação entre as suas entidades, contribuir para que este tipo de Habitat, tão importante para o ecossistema, deixe de ser desconsiderado em cartografia atualizada e em planos de gestão, contribuindo, desta forma, para a valorização do património Natural desta área protegida.

*Tabela 19: Ficha síntese de caracterização da Medida 3.2. Gestão de Riscos Naturais, Resiliência do Território e Conservação da Biodiversidade*

MEDIDA 3.2. GESTÃO DE RISCOS NATURAIS, RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reforçar a coordenação e articulação institucional em matéria de conservação da natureza, proteção da biodiversidade, restauro ecológico, resiliência do território e gestão efetiva dos riscos naturais do território;</li> <li>✓ Construir parcerias que contribuam para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território, com o intuito de gerir, dar valor e perenidade aos ativos territoriais;</li> <li>✓ Auxiliar na concretização do programa de execução do Plano de Ordenamento da RNET em ações específicas ainda por executar, ou já em execução, que estejam enquadradas no âmbito da cogestão de áreas protegidas;</li> <li>✓ Valorizar o território e a paisagem de forma partilhada;</li> <li>✓ Apoiar na recuperação, proteção e valorização das espécies e dos habitats da RNET.</li> </ul>

AÇÕES					INVESTIMENTO PREVISTO (€)				
3.2.1. Promover a recuperação do sistema hidráulico da Marinha de Vale Frades (fonte: PE do PORNET), contribuindo igualmente para o restauro do habitat 1150*					150.000 €				
3.2.2. Implementar uma estação ornitológica na Marinha de Vale Frades (fonte: PE do PORNET), com vista à participação em programas de monitorização, e sessões de educação ambiental					100.000 €				
3.2.3. Promover a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção dos habitats sapal e salinas na Marinha de Vale Frades (para prevenir os impactos do aumento da visitação e valorizar o território) (fonte: PE do PORNET)					40.000 €				
3.2.4. Contribuir para a recuperação do sistema hidráulico da Salina da Saragoça, contribuindo igualmente para o restauro do habitat 1150*					Verbas previstas no Life (50.000€)				
3.2.5. Promover a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção do habitat salinas na Salina de Saragoça					40.000 €				
3.2.6. Contribuir para a elaboração e divulgação de planos de ação de controlo de invasoras a decorrer na RNET através de aconselhamento técnico-científico e formação de parcerias					40.000 €				
3.2.7. Facilitar a organização e realização de ações de voluntariado e iniciativas de ciência cidadã no âmbito da conservação da natureza, restauro ecológico e inventariação					8.000€				
3.2.8. Apoiar a recuperação e o restauro de zonas degradadas em erosão, promovendo a conectividade ecológica do território da RNET					50.000€				
<b>INVESTIMENTO TOTAL ESTIMADO</b>					428.000 €				
PRIORIDADE	Baixa	Média	Alta	ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	2025	2026	2027	2028	
		X			X	X	X	X	
<b>Contributos para os Objetivos do Modelo de Cogestão da RNET</b>	I: Contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção de biodiversidade e de restauro ecológico dos ecossistemas existentes na RNET							X	
	II: Fortalecer a identificação da comunidade com a RNET, incentivando a iniciativa e a participação ativa da sociedade civil na defesa e conservação dos valores naturais da reserva							X	
	III: Valorizar o território de forma inovadora e criativa, fomentando o desenvolvimento de atividades locais em harmonia com os valores presentes							X	
	IV: Estimular a cooperação entre os atores chave do território, promovendo parcerias e reforçando a coordenação e articulação institucional no território							X	
	V: Contribuir para a gestão dos riscos naturais e para a resiliência do território							X	
<b>Promotores</b>	ICNF, I.P.; Municípios; ABLGVFX								
<b>Parceiros</b>	Universidades; Entidades da Comissão de Cogestão da RNET; CCDR-LVT; ICNF, I.P.; ABLGVFX								
<b>Possíveis Fontes de Financiamento</b>	Fundo Ambiental; Fundos comunitários; 2030 Lisboa; Alentejo 2030								
<b>Contributos para os Indicadores de Realização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Novas atividades e produtos (11) - Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.</li> <li>– Educação e Sensibilização ambiental (14,15) - Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP. Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.</li> <li>– Participação pública no processo de cogestão (16) - Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking).</li> </ul>								
<b>Contributos para os ODS 2030</b>									



## 7. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO

### 7.1. FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS E AÇÕES

De acordo com o Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, que define o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas, o financiamento do Plano de Cogestão da RNET deve basear-se nos seguintes pontos:

- 1 - Ao financiamento das medidas e das ações constantes no Plano de Cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.
- 2 - O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.
- 3 - O financiamento das medidas e ações constantes no Plano de Cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.
- 4 - Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanente, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no Plano de Cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:
  - o Receitas próprias do ICNF, I.P., I. P.;
  - o Receitas próprias das demais entidades representadas na Comissão de Cogestão;
  - o Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à Área Protegida;
  - o Verba disponibilizada pelos Municípios abrangidos pela Área Protegida;
  - o Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
  - o Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
  - o Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
  - o Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- 5 - As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes no Plano de Cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

A Comissão de Cogestão, com o apoio da Estrutura de Apoio e do Conselho Estratégico, procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento para apoiar a execução das ações previstas no Plano de Cogestão da Área Protegida.

## 7.2. ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO

Relativamente à estratégia para obtenção de financiamento, a Comissão de Cogestão, com o auxílio dos técnicos da Estrutura de Apoio e dos restantes parceiros interessados, procurará encontrar os melhores instrumentos de financiamento compatíveis com o previsto no programa de medidas e ações.

A obtenção de financiamento do Plano de Cogestão da RNET passará pelas seguintes estratégias:

- Submissão de projetos a candidaturas para financiamentos;
- Gabinete de investimentos ou similares das Câmaras Municipais de Vila Franca de Xira, Benavente e Alcochete;
- Orçamentos das instituições que compõem a Comissão de Cogestão da RNET.

## 8. MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Cogestão é da responsabilidade das entidades que constituem a Comissão de Cogestão, com supervisão do Conselho Estratégico da RNET.

Anualmente, e de acordo com o previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, referente aos instrumentos de gestão, será elaborado um Plano Anual de Atividades e Orçamento que definirá as ações a desenvolver anualmente. Posteriormente, no final do ano, será elaborado um Relatório Anual de Execução de Atividades que avaliará a concretização das atividades previstas. Estes dois instrumentos de gestão vão permitir a monitorização e verificação da execução do Plano de Cogestão.

Paralelamente, o mesmo instrumento legislativo, prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas. Tendo por base a Portaria n.º 67/2021 de 17 de março, foram considerados esses indicadores mínimos, sendo os mesmos alinhados com os projetos e ações preferenciais elencados no n.º 3 do artigo 12º do referido Decreto-Lei, e integrados no Plano de Cogestão.

Estes indicadores são mensuráveis anualmente, permitindo comparar a situação de referência, anterior à execução das medidas e ações previstas, com a situação a cada momento. A situação destes indicadores será mencionada no Relatório Anual de Execução de Atividades.

### 8.1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIOS E METAS ESTABELECIDAS

Seguidamente, na Tabela 20, apresenta-se o levantamento da situação atual relativa ao conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março) e a definição das respetivas metas a alcançar no âmbito da Cogestão da RNET.

A Tabela 21 diz respeito ao contributo da proposta do Plano de Cogestão da RNET, nomeadamente das ações definidas, para o cumprimento das metas definidas para esses indicadores.

Tabela 20: Situação atual relativa ao conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março) e respetivas metas a alcançar no âmbito da Cogestão da RNET

Temática	Indicadores de realização	Unidade de medida	Situação de referência (2022/2023)	Especificação	Meta (2025-2028)
Porta de entrada	1 Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.	N	1	EVOA	3 (+2)
Infraestruturas de lazer e visitação	2 Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	N	11	EVOA: 1 Centro de Interpretação 4 Observatórios 3 Abrigos de fotografia 2 Pontos de observação camuflados 1 Parque de Merendas	15 (+4)
Materiais de divulgação	3 Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	N	3	Site Natural.pt Brochuras do EVOA Site EVOA O restante material encontra-se desatualizado e já em pouca quantidade	8 (+5)
Rotas e percursos interpretativos	4 Rotas e/ou percursos interpretativos pedestres operacionais na AP.	N	3	Trilhos do EVOA Os restantes trilhos e caminhos estão mal sinalizados	7 (+4)
Sinalização	5 Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	N	0		15 (+15)
Visitação	6 Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.	N	6224	Visitantes do EVOA 2022	6847 (+10%)
	7 Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	N	263 (empresas de Turismo de natureza); 180 (outras entidades) EVOA - 6224	Em atividades de turismo de natureza, promovidas por empresas autorizadas pelo ICNF, I.P. - 2022	7334 (+10%)
	8 Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas/n.º total de reclamações recebidas).	%	N/A		100
Natural.Pt	9 Novos aderentes à marca Natural.pt.	N	6	EVOA Estrela d'Alva Tours SeaEO Tours - Sea & Estuary Odyssey Biotrails Birds & Nature Tours	10 (+4)
	10 Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	N	1	Atividades de animação turística	3 (+2)

Temática	Indicadores de realização		Unidade de medida	Situação de referência (2023)	Especificação	Meta (2025-2028)
Novas atividades e produtos	11	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.	N	1	Salina Greens	3 (+2)
	12	Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.	N	0		6 (+6)
Inovação	13	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.	N	0		6 (+6)
Educação e sensibilização ambiental	14	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	N	11	Projetos que decorreram em 2023: CERTO (MARE-FCUL), LIFE LxAquila, MAI e PEEC (GAET), CONNECT (LNEC-FCUL), Tejo Sonoro (MARE-ISPA), React STOPdesertejo, Life Godwit Flyway, Projeto de monitorização de movimentos migratórios dos anatídeos (ESACoimbra), RestWet (Erasmus), EVOA vai às escolas	=
	15	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	N	9450	ICNF, I.P.: 50 EVOA: 1700 alunos Benavente + 900 alunos VFX + 200 LX Aquila + EVOA na escola 600 + 3000 (EVOA) + 3000 (Charneca)	=
Participação pública no processo de Cogestão	16	Iniciativas de participação pública no âmbito da Cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking).	N	1	Inquérito online para participação pública	6 (+5)
	17	Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da Cogestão da AP.	N	380	Respostas ao Inquérito online para participação pública	500 (+120)
Avaliação do processo de Cogestão	18	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e Municípios).	N	9		15 (+6)
	19	Envolvimento das entidades parceiras na Cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública).	%	100	Reuniões da Comissão de Cogestão e Estrutura de Apoio	=
	20	Financiamento do Plano de Cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	%	0		70
	21	Execução de projetos e ações previstos no Plano de Cogestão da AP — execução física e financeira.	%	0		70

Tabela 21: Contributo da proposta do Plano de Cogestão da RNET, nomeadamente das ações definidas, para os indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)

PROPOSTA PLANO DE COGESTÃO DA RNET	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (temáticas)											
	Porta de entrada	Infraestruturas de lazer e visitação	Materiais de divulgação	Rotas e percursos interpretativos	Sinalização	Visitação	Natural.Pt	Novas atividades e produtos	Inovação	Educação e sensibilização ambiental	Participação pública no processo de Cogestão	Avaliação do processo de Cogestão
1.1.1. Atribuir portas de entrada à RNET	●											
1.1.2. Estabelecer pontos de acesso à RNET					●							
1.1.3. Estabelecer uma rota com vários percursos e pontos de divulgação, distribuídos pelos 3 concelhos				●								
1.1.4. Fazer um levantamento anual do estado de conservação e necessidades de estruturas de lazer e visitação, percursos e acessos e proceder à sua manutenção, recuperação e/ou criação	●	●		●	●							
1.1.5. Contabilizar os visitantes nas portas de entrada e estruturas de apoio à visitação da AP						●						
1.1.6. Colocar sinalética nos pontos de acesso e de divulgação dos percursos, informando dos valores naturais presentes, código de conduta a adotar, localização do visitante, restantes percursos existentes e locais de interesse e proceder à sua manutenção e recuperação					●							
1.1.7. Promover o alojamento de Turismo de Natureza							●					
1.2.1. Dinamizar sessões participativas e ações de networking com investigadores, investidores e outros atores relevantes, no sentido de desenvolver projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP							●	●		●		
1.2.2. Realizar anualmente um evento para divulgar produtos e atividades sustentáveis passíveis de atribuir valor aos recursos e valores presentes na AP							●			●		
1.3.1. Promover a troca de experiências de Cogestão, numa lógica de rede nacional, com as restantes comissões de Cogestão										●		
1.3.2. Promover iniciativas de participação pública no âmbito da Cogestão da RNET										●		

<b>PROPOSTA PLANO DE COGESTÃO DA RNET</b>	<b>INDICADORES DE REALIZAÇÃO (temáticas)</b>											
	Porta de entrada	Infraestruturas de lazer e visitação	Materiais de divulgação	Rotas e percursos interpretativos	Sinalização	Visitação	Natural.Pt	Novas atividades e produtos	Inovação	Educação e sensibilização ambiental	Participação pública no processo de Cogestão	Avaliação do processo de Cogestão
1.3.3. Avaliar o processo de Cogestão e sugerir melhorias												●
1.3.4. Avaliar e melhorar de forma contínua as metodologias de trabalho da Estrutura de Apoio												●
1.3.5. Apresentar publicamente o relatório anual de atividades											●	
2.1.1. Elaborar um Plano de Comunicação			●					●				
2.1.2. Criar um grupo de trabalho de comunicação constituídos pelas entidades da CC RNET												
2.1.3. Elaborar e executar um plano de atividades anual										●		
2.1.4. Estabelecer e manter uma base de dados digital com informação sobre o material produzido sobre a RNET			●									
2.1.5. Produzir material e meios de divulgação (pedagógico e <i>merchandising</i> )			●									
2.1.6. Dotar os postos de turismo da região de um espaço publicitário especificamente com informação sobre a RNET e sua visitação			●									
2.1.7. Promover <i>famtrips</i> junto de agentes disseminadores de informação turística do território			●					●				
2.1.8. Promover <i>presstrips</i> junto de jornalistas e fotógrafos para dar a conhecer os valores naturais e a oferta de produtos e serviços existente			●					●				
2.1.9. Promover Dias Abertos para a população residente que permitam aumentar o conhecimento geral sobre a RNET			●					●				
2.1.10. Criar, manter e dinamizar um website da Reserva e respetivos conteúdos			●					●				

<b>PROPOSTA PLANO DE COGESTÃO DA RNET</b>	<b>INDICADORES DE REALIZAÇÃO (temáticas)</b>	Porta de entrada	Infraestruturas de lazer e visitação	Materiais de divulgação	Rotas e percursos interpretativos	Sinalização	Visitação	Natural.Pt	Novas atividades e produtos	Inovação	Educação e sensibilização ambiental	Participação pública no processo de Cogestão	Avaliação do processo de Cogestão
2.1.11. Criar uma <i>mailing list</i> para a comunicação de produtos, serviços e atividades a realizar na RNET				●					●				
2.1.12. Criar um perfil individual da RNET nas redes sociais e divulgar regularmente valores, produtos, serviços, efemérides e eventos relacionados com as temáticas da Cogestão				●					●				
2.1.13. Articular a comunicação relativa à RNET com os canais de comunicação oficiais das entidades da Comissão de Cogestão da RNET				●									
2.1.14. Desenvolver conteúdos expositivos permanentes e/ou itinerantes				●					●				
2.1.15. Estabelecer protocolos com alojamentos/restauração da região (rede com benefícios, passaporte)									●				
2.1.16. Marcar presença em feiras para divulgar o património natural da RNET e o turismo da natureza									●				
2.1.17. Criar e promover campanhas no Google Ads				●									
2.1.18. Promover e divulgar o registo na marca Natural.pt							●						
2.1.19. Evento de comemoração dos 50 anos da RNET										●	●		
2.1.20. Edição de um livro sobre a RNET no âmbito da comemoração dos seus 50 anos				●					●				
2.2.1. Realizar um diagnóstico da oferta de ações de educação e sensibilização ambiental existentes no território										●			
2.2.2. Auscultar atores chave da região (agrupamentos de escolas e entidades promotoras de projetos) para recolha de contributos para a definição de uma oferta educativa integrada e articulada										●			
2.2.3. Desenvolver uma oferta educativa anual para cada um dos 3 ciclos do ensino básico, com dinamização de atividades orientadas para os valores naturais, sociais e culturais da RNET										●			



<b>PROPOSTA PLANO DE COGESTÃO DA RNET</b>	<b>INDICADORES DE REALIZAÇÃO (temáticas)</b>											
	Porta de entrada	Infraestruturas de lazer e visitação	Materiais de divulgação	Rotas e percursos interpretativos	Sinalização	Visitação	Natural.Pt	Novas atividades e produtos	Inovação	Educação e sensibilização ambiental	Participação pública no processo de Cogestão	Avaliação do processo de Cogestão
2.2.4. Motivar docentes, formá-los e capacitá-los para desenvolverem as suas competências na área da educação para os valores da RNET e literacia ambiental										●		
2.2.5. Estabelecer parcerias com atores chave para apoio técnico e financeiro à execução do programa								●		●		
2.2.6. Estabelecer parcerias com editoras para inclusão de conteúdos sobre a RNET nos manuais escolares								●				
2.2.7. Criar conteúdos para integrar projetos								●		●		
2.2.8. Dinamizar ações de educação ambiental, com enfoque na RNET								●		●		
2.3.1. Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades (turismo e fotografia, pesca, agricultura, silvicultura, etc.) com a conservação da natureza								●		●		
2.3.2. Promover ações de formação e capacitação específicas para os agentes disseminadores de informação acerca do território: técnicos dos postos de turismo, técnicos de agências de viagem, proprietários e <i>front desks</i> de unidades de alojamento turístico, entre outros								●		●		
2.3.3. Educar e sensibilizar ambientalmente para a proteção dos rios, sapais e linhas de água										●		
2.3.4. Sensibilizar os agricultores para a eficiência hídrica										●		
2.3.5. Contribuir para a formação dos atores locais e sensibilização da população local sobre a problemática das espécies invasoras, seu controlo e adoção de boas práticas										●		
3.1.1. Dinamizar reuniões e sessões participativas com investigadores, docentes do Ensino Superior e ONGAs para definir propostas de trabalhos científicos sobre a RNET e sua gestão									●	●		●

PROPOSTA PLANO DE COGESTÃO DA RNET	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (temáticas)											
	Porta de entrada	Infraestruturas de lazer e visitação	Materiais de divulgação	Rotas e percursos interpretativos	Sinalização	Visitação	Natural.Pt	Novas atividades e produtos	Inovação	Educação e sensibilização ambiental	Participação pública no processo de Cogestão	Avaliação do processo de Cogestão
3.1.2. Participar em candidaturas a fundos para obtenção de financiamento para os trabalhos científicos previamente definidos								●		●		●
3.1.3. Compilar numa plataforma de acesso universal dados relativos aos trabalhos científicos, iniciativas e projetos realizados na RNET por forma a dar apoio à tomada de decisão na gestão da mesma									●	●		
3.1.4. Promover anualmente o Fórum da Biodiversidade, onde são divulgados ao público em geral os trabalhos científicos a decorrer na RNET e os seus contributos para a conservação da natureza			●							●	●	
3.2.1. Promover a recuperação do sistema hidráulico da Marinha de Vale Frades (fonte: PE do PORNET), contribuindo igualmente para o restauro do habitat 1150*		●						●	●			
3.2.2. Implementar uma estação ornitológica na Marinha de Vale Frades (fonte: PE do PORNET), com vista à participação em programas de monitorização, e sessões de educação ambiental		●								●		
3.2.3. Promover a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção dos habitats sapal e salinas na Marinha de Vale Frades (para prevenir os impactos do aumento da visitação e valorizar o território) (fonte: PE do PORNET)								●	●			
3.2.4. Contribuir para a recuperação do sistema hidráulico da Salina da Saragoça, contribuindo igualmente para o restauro do habitat 1150*		●						●	●			
3.2.5. Promover a realização de pequenas intervenções de recuperação e manutenção do habitat salinas na Salina de Saragoça								●	●			
3.2.6. Contribuir para a elaboração e divulgação de planos de ação de controlo de invasoras a decorrer na RNET através de aconselhamento técnico-científico e formação de parcerias								●	●	●		
3.2.7. Facilitar a organização e realização de ações de voluntariado e iniciativas de ciência cidadã no âmbito da conservação da natureza, restauro ecológico e inventariação										●	●	
3.2.8. Apoiar a recuperação e o restauro de zonas degradadas em erosão, promovendo a conectividade ecológica do território da RNET		●										

## 9. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO

### 9.1. LOCAIS DE PUBLICITAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DA COGESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA

A informação relevante sobre a Cogestão da RNET será publicitada no *site* do ICNF, I.P., bem como nos *sites* das entidades que compõem a Comissão de Cogestão e dos Municípios que integram a RNET.

### 9.2. FORMA DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DA COGESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA

A informação e a comunicação das intervenções e atividades realizadas no âmbito da Cogestão da RNET, em conjunto com a promoção e divulgação das atividades a realizar, serão disseminadas nos sítios oficiais das Câmaras Municipais e do ICNF, I.P., assim como dos integrantes da Comissão de Cogestão, respetivos parceiros e em redes sociais que venham a ser criadas. A informação relevante para a visita da Reserva constará no sítio da internet do ICNF, I.P., e no sítio da marca Natural.pt.

De salientar que o plano de comunicação previsto no programa de medidas e ações irá detalhar os vários métodos de divulgação e comunicação da informação relevante sobre a Cogestão na RNET, prevendo os melhores canais e estratégias para que a divulgação da informação alcance os seus objetivos e os públicos-alvo previstos.

Existe também uma brochura onde consta informação sobre o Modelo de Cogestão e sobre a Cogestão da RNET, apresentada de forma clara e de fácil leitura e que se encontra já disponível no *site* oficial do ICNF, I.P.

## 10. BIBLIOGRAFIA

- ABLGVFX - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (2024). Disponível online em: <https://www.ablgvfx.pt/>. Consultado a 28 de janeiro de 2024.
- Nipoges (2024). Amêijoja-japonesa. Disponível online em: <https://ameijoajaponesa.com>. Consultado a 28 de maio de 2024.
- Antunes Dias, A. & Marques, J.M.S. (1999). Estuários. Estuário do Tejo: o seu Valor e um Pouco da sua História. Reserva Natural do Estuário do Tejo, Alcochete.
- Büttner, G. & Kosztra, B. (2011). Manual of CORINE Land Cover Changes. European Environment Agency: Copenhagen, Denmark. Disponível online em: <https://land.copernicus.eu/en/technical-library/manual-of-corine-land-cover-changes/@@download/file>. Consultado a 6 de outubro de 2023.
- Büttner, G., Kosztra, B., Maucha, G., Pataki, R., Kleeschulte, S., Hazeu, G., & Littkopf, A. (2021). CORINE Land Cover Product User Manual (Version 1.0). Copernicus Land Monitoring Service. Erişim adresi. Disponível online em: <https://land.copernicus.eu/en/technical-library/clc-product-user-manual/@@download/file>. Consultado a 6 de outubro de 2023.
- Büttner, G., Kosztra, B., Soukup, T., Sousa, A., & Langanke, T. (2017). CLC2018 technical guidelines. European Environment Agency: Copenhagen, Denmark, 25. Disponível online em: [https://land.copernicus.eu/en/technical-library/clc-2018-technical-guidelines/@@download/](https://land.copernicus.eu/en/technical-library/clc-2018-technical-guidelines/@@download/file) file. Consultado a 6 de outubro de 2023.
- Caetano, M., & Marcelino, F. (2017). CORINE Land Cover de Portugal Continental 1990-2000-2006-2012. Relatório Técnico. Direção-Geral do Território (DGT). Disponível online em: [https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/documentos-publicos/2017-6-7-14-34-50-93\\_RTC-61.pdf](https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/documentos-publicos/2017-6-7-14-34-50-93_RTC-61.pdf). Consultado a 18 de dezembro de 2023
- CEDRU (2023). Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Vila Franca de Xira. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Disponível online em: [https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer\\_file/document/32140/pmaac\\_vfx.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/32140/pmaac_vfx.pdf). Consultado a 10 de novembro.
- CL - Companhia das Lezírias (2024). Disponível online em: <https://www.cl.pt/>. Consultado a 28 de janeiro de 2024.
- CM de Alcochete (2023). Disponível online em: <https://www.cm-alcochete.pt/>. Consultado a 19 de setembro de 2023.
- CM de Benavente (2023). Disponível online em: <https://www.cm-benavente.pt/>. Consultado a 19 de setembro de 2023.
- CM de Vila Franca de Xira (2023). Disponível online em: <https://www.cm-vfxira.pt/>. Consultado a 19 de setembro de 2023.
- Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto. Diário da República n.º 159/2019, Série I. Define o Modelo de Cogestão das áreas protegidas. Presidência do Conselho de Ministros. Vol. n.º

- 159, 2-12. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/116-2019-124097546>. Consultado a 10 de setembro de 2023.
- Decreto-Lei n.º 565/76 de 19 de julho. Diário da República n.º 167/1976, Série I. Cria a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Presidência do Conselho de Ministros. Vol. nº167, 1582 – 1584. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/565-430600>. Consultado a 10 de setembro de 2023.
  - Despacho n.º 3924/2023 de 29 de março. Diário da República n.º 63/2023, Série II. Determina a composição da Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ambiente e Ação Climática - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino Superior e da Conservação da Natureza e Florestas. Vol. nº63, 60 – 61. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/3924-2023-211130691>. Consultado a 11 de setembro de 2023.
  - Despacho n.º 6063/2015 de 4 de junho. Diário da República n.º 108/2015, Série II. Designa os membros do Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. Vol. nº108, 14466 – 14467. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6063-2015-67397569>. Consultado a 11 de setembro de 2023.
  - Diário de Notícias (2022). A única salina ativa no Tejo mantém viva a tradição local que vem desde o século XIII. Disponível online em: <https://www.dn.pt/local/a-unica-salina-ativa-no-tejo-mantem-viva-a-tradicao-local-que-vem-desde-o-seculo-xiii-15086329.html/>. Consultado a 19 de setembro de 2023.
  - European Union's Copernicus Land Monitoring Service (2023). CORINE Land Cover 2018 (raster 100 m), Europe, 6-yearly. DOI: <https://doi.org/10.2909/960998c1-1870-4e82-8051-6485205ebbac>.
  - European Union's Copernicus Land Monitoring Service (2023). CORINE Land Cover 1990 (raster 100 m), Europe, 6-yearly. DOI: <https://doi.org/10.2909/c89324ef-7729-4477-9f1b-623f5f88eaa1>.
  - European Union's Copernicus Land Monitoring Service (2023). CORINE Land Cover Change 1990-2000 (raster 100 m), Europe, 6-yearly. DOI: <https://doi.org/10.2909/c62bb056-5ac3-4512-b642-7f484175d951>.
  - European Union's Copernicus Land Monitoring Service (2023). CORINE Land Cover Change 2000-2006 (raster 100 m), Europe, 6-yearly. DOI: <https://doi.org/10.2909/7c96ac5d-399e-4151-a780-1f974fd75123>.
  - European Union's Copernicus Land Monitoring Service (2023). CORINE Land Cover Change 2006-2012 (raster 100 m), Europe, 6-yearly. DOI: <https://doi.org/10.2909/32883574-90dd-4021-843f-f9ea6b22bfce>.
  - European Union's Copernicus Land Monitoring Service (2023). CORINE Land Cover Change 2012-2018 (raster 100 m), Europe, 6-yearly. DOI: <https://doi.org/10.2909/5654b422-af84-4115-ac3c-5d7dea540ebb>.

- ICNF, I.P. (2007). Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET). Disponível online em: <https://www.ICNF, I.P..pt/conservacao/ordenamentoegestao/planosdeordenamentodeareasprotegidas>. Consultado a 13 de setembro.
- ICNF, I.P. (2023). Reserva Natural do Estuário do Tejo. Disponível em: <https://www.ICNF, I.P..pt/conservacao/rnapareasprotegidas/reservasnaturais/rnestuariodotejo>. Consultado a 13 de setembro.
- Lei n.º 63/2023 de 16 de novembro. Diário da República n.º 222/2023, Série I. Revê o Modelo de Cogestão de áreas protegidas, para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização, alterando o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto. Assembleia da República. Vol. n.º 222, 5-8. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/63-2023-224366836>. Consultado a 19 de novembro de 2023.
- O Guia – Guia da Cidade (2023). Reserva Natural do Estuário do Tejo. Disponível online em: <https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-reserva-natural-do-estuário-do-tejo-16313>. Consultado a 19 de setembro de 2023.
- Por fragas e pragas (2015). Nos trilhos de Alcamé...com uma visita ao EVOA. Disponível online em: <https://porfragasepragas.blogspot.com/2015/01/tejo.html?m=1>. Consultado a 20 de janeiro de 2023.
- Portaria n.º 67/2021 de 17 de março. Diário da República n.º 53/2021, Série I. Aprova o conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de Cogestão das áreas protegidas. Modernização do Estado e da Administração Pública e Ambiente e Ação Climática. Vol. n.º 53, 42-44. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/67-2021-159614844>. Consultado a 25 de setembro de 2023.
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/2008, de 24 de novembro. Diário da República n.º 228/2008, Série I. Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET). Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/177-2008-439874>. Consultado a 9 de fevereiro de 2024.

# ANEXOS

## ANEXO I: DEMOGRAFIA

Tabela 22: Variação do número de habitantes ao longo dos anos, nos 3 Municípios abrangidos pela RNET

Municípios	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Vila Franca de Xira	32 724	40 594	53 963	88 193	103 571	122 908	136 886	137 529
Benavente	11 726	11 631	12 735	16 306	18 335	23 257	29 019	29 709
Alcochete	7 864	9 270	10 410	11 246	10 169	13 010	17 569	19 143
<b>Total</b>	<b>52 314</b>	<b>61 495</b>	<b>77 108</b>	<b>115 745</b>	<b>132 075</b>	<b>159 175</b>	<b>169 474</b>	<b>186 381</b>

Tabela 23: Número de habitantes, das diferentes faixas etárias, ao longo dos anos, em Vila Franca de Xira

Faixa etária	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0-14 anos	8 039	9 385	13 460	23 018	21 896	20 298	23 514	20 920
15-24 anos	6 145	6 609	7 900	12 700	16 008	18 316	14 190	15 227
25-64 anos	16 416	21 816	29 025	45 821	56 402	70 708	80 689	75 958
=>65 anos	2 002	2 784	4 090	6 654	9 265	13 586	18 493	25 424

Tabela 24: Número de habitantes, das diferentes faixas etárias, ao longo dos anos, em Benavente

Faixa etária	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0-14 anos	3 363	2 918	3 155	3 857	3 481	3 931	5 146	4 543
15-24 anos	2 307	2 010	1 805	2 424	2 835	3 122	3 130	3 416
25-64 anos	5 245	5 808	6 480	8 314	9 740	12 776	16 091	15 889
=>65 anos	764	895	1 295	1 711	2 279	3 428	4 652	5 861

Tabela 25: Número de habitantes, das diferentes faixas etárias, ao longo dos anos, em Alcochete

Faixa etária	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
0-14 anos	2 259	2 385	2 855	2 699	1 758	2 115	3 332	3 132
15-24 anos	1 603	1 535	1 420	1 667	1 669	1 596	1 736	2 269
25-64 anos	3 750	4 589	5 325	5 682	5 284	7 299	9 963	10 335
=>65 anos	580	761	810	1 198	1 458	2 000	2 538	3 407



## ANEXO II. USO DE SOLO

### METODOLOGIA

Para a análise de uso do solo no território da RNET recorreu-se a mapas de Uso do Solo CORINE Land Cover (CLC) disponibilizados pelo *Copernicus Land Monitoring Service*. Foram consultados os seguintes documentos: Manual of CORINE Land Cover changes; CLC2018 Technical Guidelines, User Manual - Copernicus Land Monitoring Service CORINE Land Cover.

Para o ponto 3.3.5 foram utilizados mapas estado de uso do solo (CLC), isto é, correspondentes a um ano específico, produzidos pelo CORINE Land Cover. Estes mapas contêm 3 classes de nomenclatura, 44 classes de ocupação do solo e uma Unidade Mínima de Mapeamento (MMU) de 25 ha para fenómenos de área e uma largura mínima de 100 m para fenómenos lineares.

Para o ponto 3.3.5.1. foram utilizados os mapas de camadas de alterações (*change layer* – CLC-*Change*) presentes no CORINE Land Cover. As séries cronológicas são complementadas por camadas de alterações (*change layer* - CLC-*Change*). O termo "camada de alteração" é utilizado para os mapas CLC (*change layer*-CLC-*Change*) que refletem apenas a alteração da ocupação do solo entre duas datas de referência. Estes mapas são produzidos diretamente (ou seja, não é derivado pela intersecção da CLC[mais antiga] e da CLC[mais nova]) e tem uma MMU de 5 ha, o que significa significativamente mais pormenor do que os 25 ha da MMU das camadas de estado. Estas camadas permitem produzir um mapa de alterações reais da ocupação do solo que descreve um processo de evolução que está a ocorrer no ambiente.

Diferentes MMUs significam que a camada de alteração tem uma resolução mais elevada do que a camada de estado. Devido às diferenças nas MMU, a diferença entre duas camadas de estado não será igual à correspondente camada CLC Change.

O *European Union's Copernicus Land Monitoring Service* recomenda que “os utilizadores interessados nas alterações da CLC devem basear-se sempre no produto *change layer*-CLC-*Change* correspondente e nunca na diferença (intersecção) das duas camadas de estado”. Uma vez que o produto *change layer*-CLC-*Change* inclui as alterações reais da ocupação do solo cartografadas diretamente, com uma resolução superior, enquanto a diferença (intersecção) inclui a diferença de dois conjuntos de dados generalizados de resolução inferior. Assim, como consequência, a diferença entre duas camadas de estado (CLC) consecutivas (por exemplo, CLC 2006 e CLC 2012) será diferente da camada *change layer* - CLC-*Change* correspondente (por exemplo, CLC-*Change* 2000-2006). A magnitude da diferença depende da distribuição do tamanho dos polígonos de alteração. Se existirem muitas alterações no intervalo de tamanho de 5-25 ha, a diferença será significativa. Além disso, a nova camada de estado da CLC inclui revisões (correções) da camada de estado anterior. As revisões não podem ser distinguidas das alterações efetivas da ocupação do solo quando se intersectam duas camadas de estado. Assim, são esperadas algumas incoerências, em termos de valores de área, ao comparar os valores obtidos no ponto anterior com os valores obtidos no presente ponto.

Assim, foram utilizados diferentes tipos de mapas para os pontos 3.3.5. e 3.3.5.1. consoante as recomendações do próprio CORINE.

No ponto 3.3.5 foram utilizados os seguintes mapas de estado (CLC):

- CORINE Land Cover 2018 (raster 100 m), Europe, 6-yearly
- CORINE Land Cover 1990 (raster 100 m), Europe, 6-yearly

No ponto 3.3.5.1. foram utilizadas as seguintes camadas de alterações (*change layer* – CLC-Change):

- CORINE Land Cover Change 1990-2000 (vector/raster 100 m), Europe, 6-yearly
- CORINE Land Cover Change 2000-2006 (vector/raster 100 m), Europe, 6-yearly
- CORINE Land Cover Change 2006-2012 (vector/raster 100 m), Europe, 6-yearly
- CORINE Land Cover Change 2012-2018 (vector/raster 100 m), Europe, 6-yearly

De forma a obter as alterações entre 1990 e 2018, foram somadas todas as camadas CLC mencionadas acima, tal como recomendado pelo *Copernicus*.

Nota: O *European Union's Copernicus Land Monitoring Service* alerta para o facto de a ocorrência de erros de interpretação ser uma característica inerente à fotointerpretação de dados de deteção remota, não necessariamente por negligência, mas por insuficiência de informação. Estes “erros” podem ocorrer devido a:

- Disponibilidade de imagens de satélite de maior resolução;
- Uma nova imagem de satélite ou uma série temporal de imagens de satélite fornece uma chave adicional para o reconhecimento correto de um elemento;
- Maior disponibilidade e melhor qualidade dos dados *in-situ*;
- Melhoria das competências dos peritos.

## VALORES ABSOLUTOS DO USO DE SOLO (MAPAS DE ESTADO)

Tabela 26: Valores absolutos de áreas dos principais tipos de uso do solo em 2018 (Baseado em mapas do Corine Land Cover de 2018)

MAPA DE 2018	ÁREA (ha)
<b>Áreas agrícolas e agro-florestais</b>	<b>4144</b>
Culturas temporárias de sequeiro	599
Culturas temporárias de regadio	664
Arrozais	839
Pastagens permanentes	2042
<b>Zonas húmidas</b>	<b>2587</b>
Sapais	1479
Salinas	273
Paúis	58
Zona entre-marés	777
<b>Corpos de água</b>	<b>7626</b>
Desembocadura fluvial (Estuário)	7536
Planos de água	90
<b>Florestas e meios naturais e semi-naturais</b>	<b>10</b>
Florestas de Folhosas	10

Tabela 27: Valores absolutos de áreas dos principais tipos de uso do solo em 2018 (Baseado em mapas do Corine Land Cover de 1990)

MAPA DE 1990	ÁREA (ha)
<b>Áreas agrícolas e agro-florestais</b>	<b>4323</b>
Culturas temporárias de regadio	62
Pastagens permanentes	4261
<b>Zonas húmidas</b>	<b>2526</b>
Sapais	1503
Salinas	246
Zona entre-marés	777
<b>Corpos de água</b>	<b>7541</b>
Desembocadura fluvial (Estuário)	7535
Cursos de água	6
<b>Florestas e meios naturais e semi-naturais</b>	<b>10</b>
Florestas de Folhosas	10

DADOS BASE RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES DO USO DO SOLO

**Alterações no uso do solo entre 1990 e 2000**

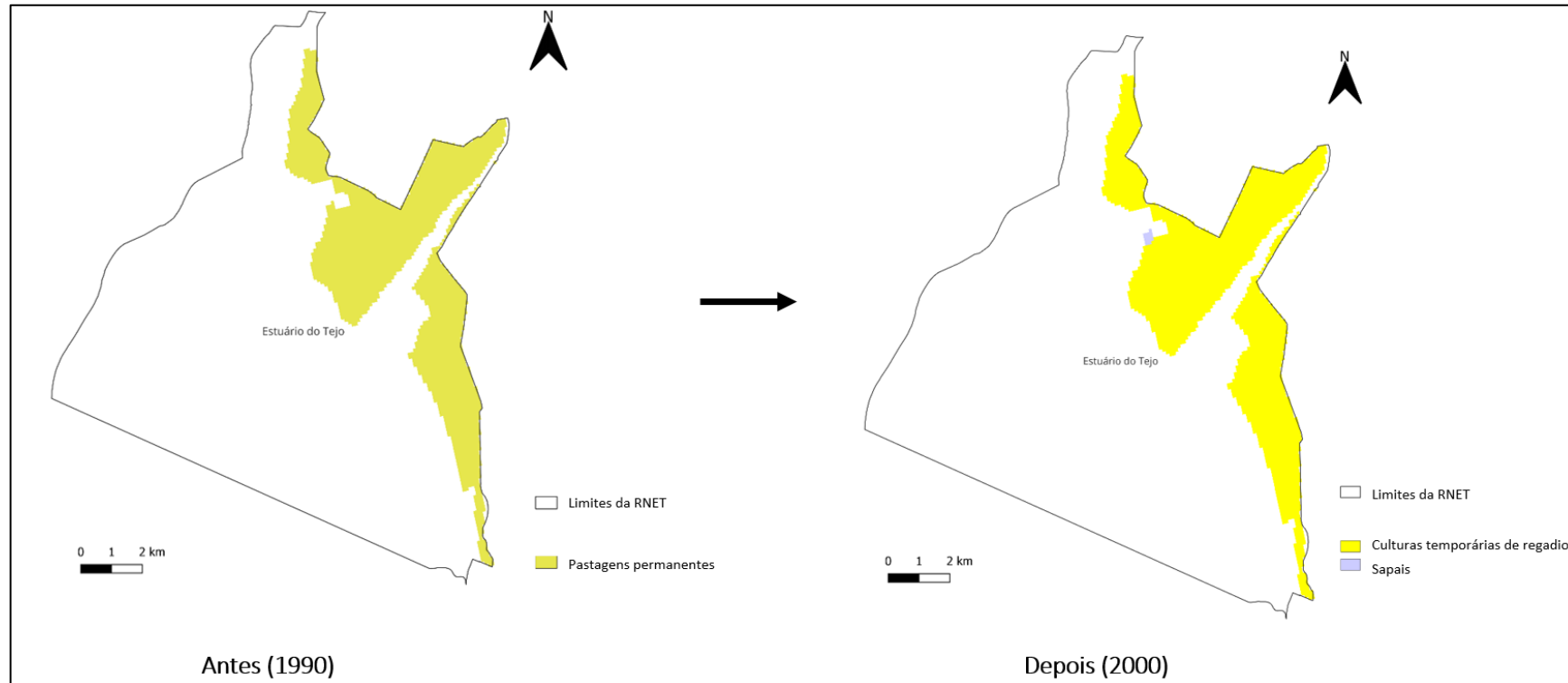


Figura 23: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 1990 e 2000

Tabela 28: Áreas alteradas entre 1990 e 2000

Antes (1990)		Depois (2000)	
Pastagens permanentes	3019 ha	Culturas temporárias de regadio	3007 ha
		Sapais	12 ha

### Alterações no uso do solo entre 2000 e 2006

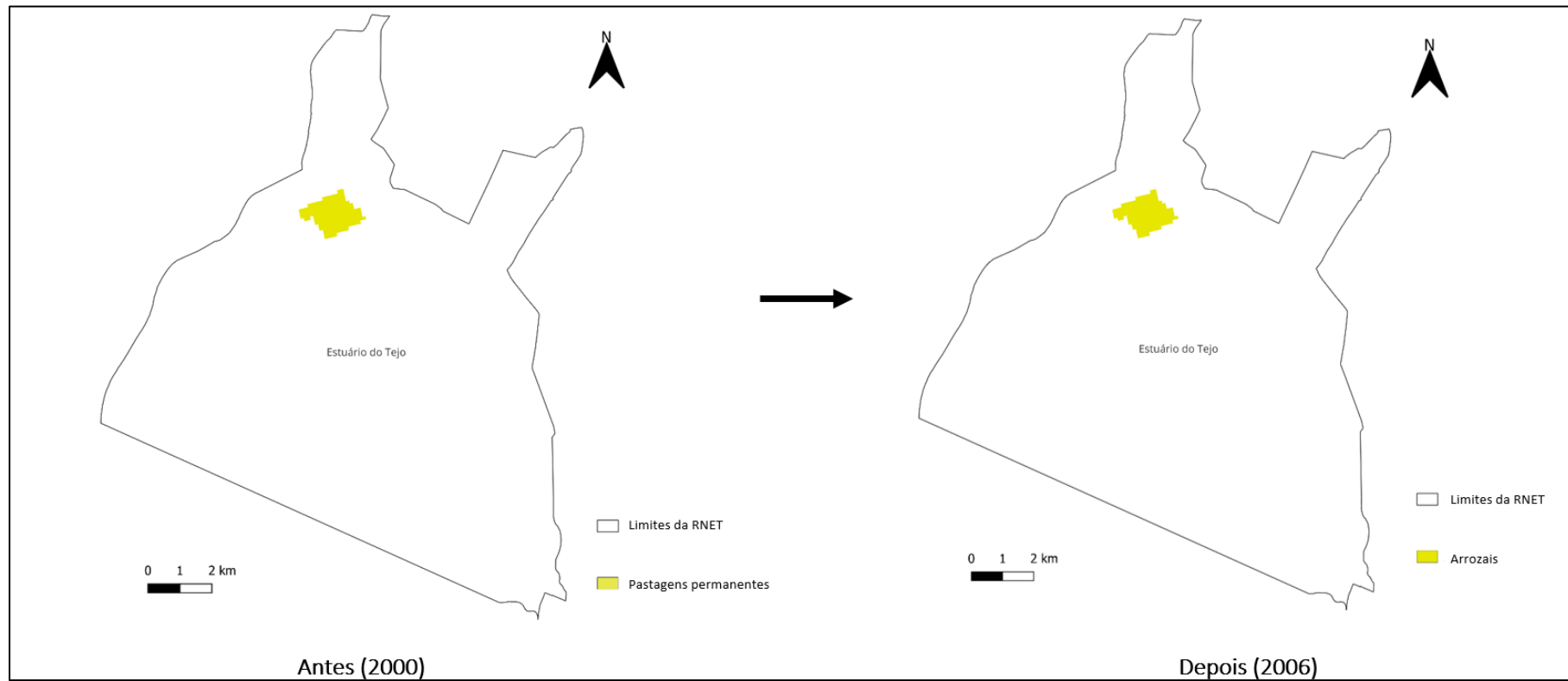


Figura 24: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 2000 e 2006

Tabela 29: Áreas alteradas entre 2000 e 2006

Antes (2000)		Depois (2006)	
Pastagens permanentes	167 ha	Arrozais	167 ha

### Alterações no uso do solo entre 2006 e 2012

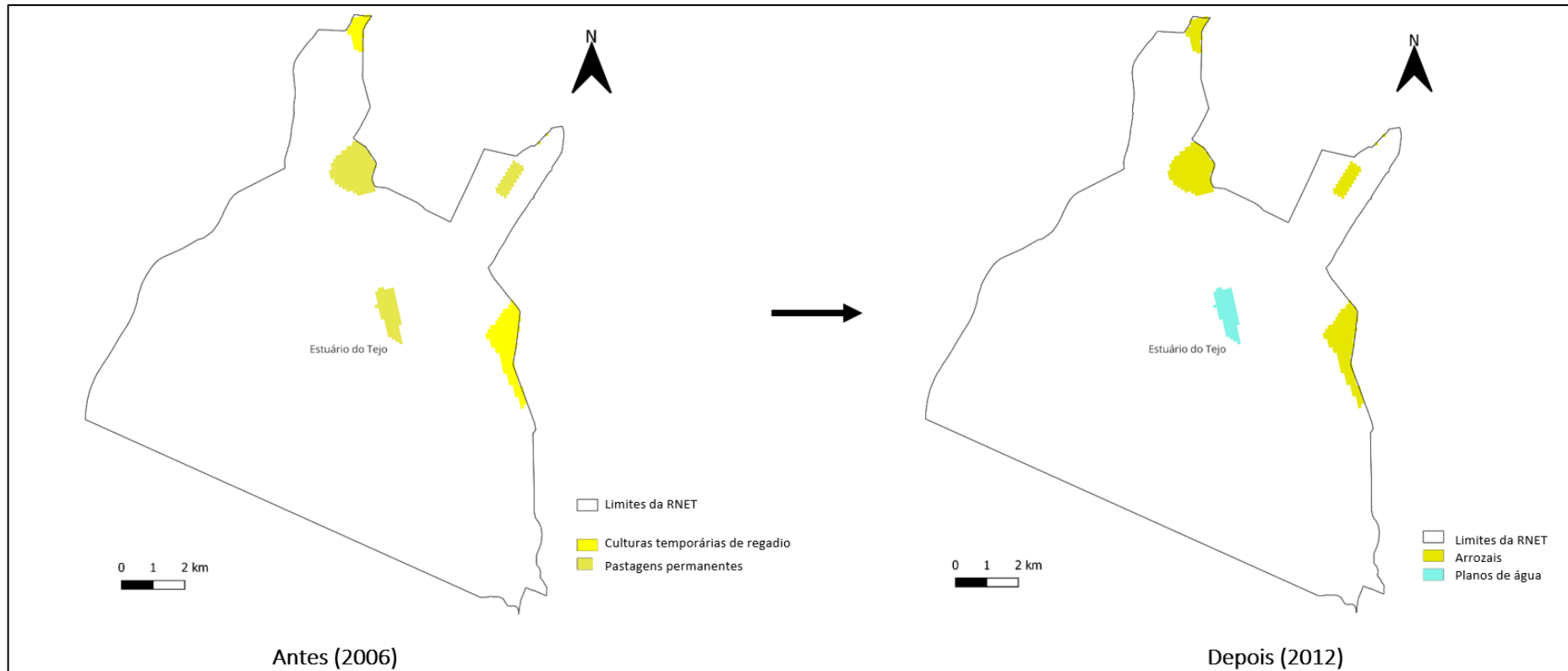


Figura 25: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 2006 e 2012

Tabela 30: Áreas alteradas entre 2006 e 2012

Antes (2006)		Depois (2012)	
Culturas temporárias de regadio	219 ha	Arrozais	445 ha
Pastagens permanentes	316 ha	Planos de água	90 ha

### Alterações no uso do solo entre 2012 e 2018

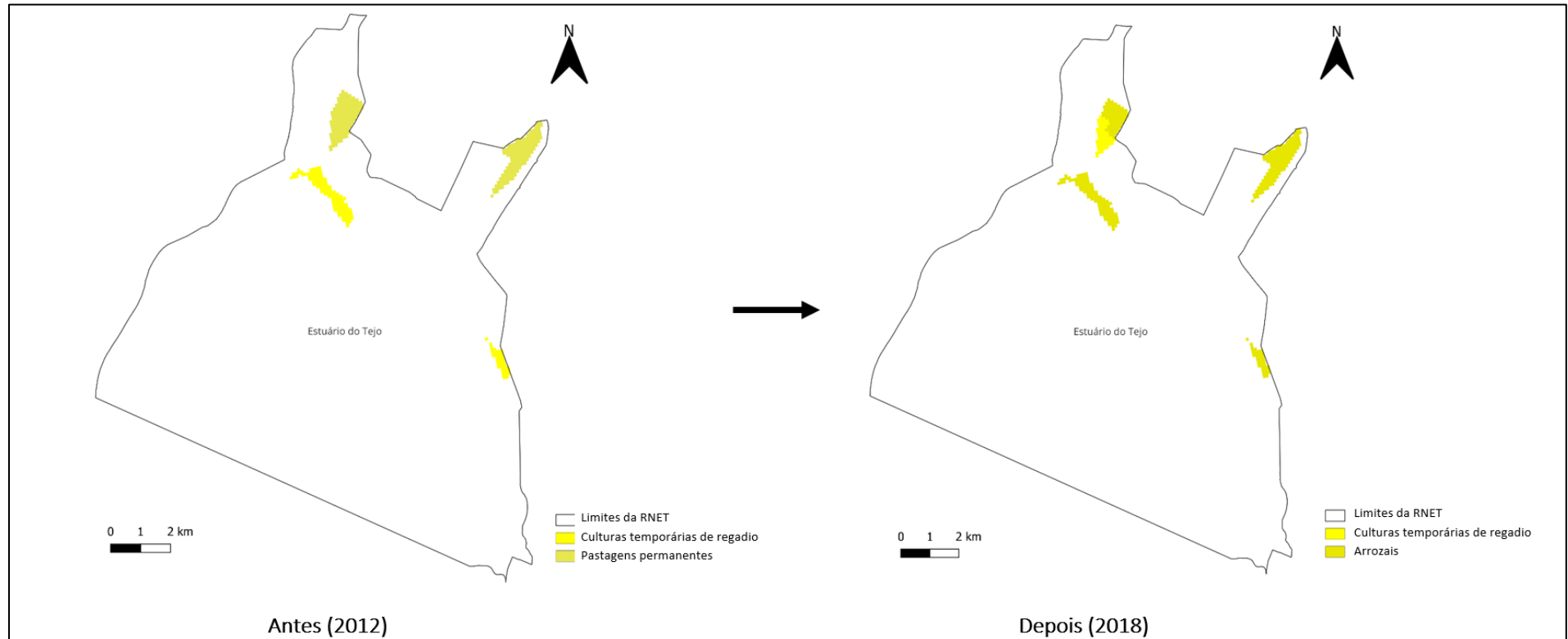


Figura 26: Mapas relativos às camadas de alteração do uso do solo entre 2012 e 2018

Tabela 31: : Áreas alteradas entre 2012 e 2018

2012 (antes)		2018 (depois)	
Culturas temporárias de regadio	139 ha	Arrozais	347 ha
Pastagens permanentes	262 ha	Culturas temporárias de regadio	54 ha

## ANEXO III: LISTA DE ATORES LOCAIS

	Entidades
Administração Central e Local	ICNF, I.P./DRCNLVT
	Ministério da Defesa (Campo de Tiro + Depósito Geral de Material do Exército)
	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
	Ministério das Infraestruturas
	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
	Administração do Porto de Lisboa
	Agencia Portuguesa do Ambiente – Administração da Região hidrográfica do Tejo e Oeste
	Capitania do Porto de Lisboa
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
	SEPNA-GNR
	Município de Alcochete
	Município de Benavente
	Município de Vila Franca de Xira e SMAS
	Juntas de Freguesia dos três Municípios (Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira)
	Municípios de Loures, Moita, Montijo e Lisboa e respetivas juntas de freguesia
Investigação	FCUL
	FCSH-UNL
	FCT-UNL
	ISPA (MARE-ISPA)
	IST
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Departamento de Hidráulica e Ambiente
	Grupo de Anilhagem do Estuário do Tejo
	CESAM-UA
	INIAV
	Grupo de contagens de aves nos refúgios preia-mar do Estuário do Tejo
	Escola Superior Agrária de Coimbra
	Instituto Superior de Agronomia - UL
	Universidade Lusófona: Hospital Veterinário Lusófona
Sociedade Civil	Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia
	Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo
	Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão Cinegética e Biodiversidade
	SPEA
	LPN
	Fundação João Gonçalves Júnior
	Amigos do Forte - Associação Cívica
	Agrupamentos de Escuteiros (CNE); Grupos de Escoteiros (AEP)





<b>Agricultura/Pesca/ Pecuária/Caça</b>	Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes
	Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
	Associação Cultural de Avieiros da Póvoa de Santa Iria
	Associação de produtores florestais
	Associação de Agricultores do Ribatejo
	Ory Portugal
	Lezíria Grande – Associação de Caçadores e Pescadores
	Associação de Agricultores de Vila Franca de Xira
<b>Turismo/ Hotelaria/Alojamento Local</b>	Turismo de Portugal
	SEAEO®TOURS
	Birds & Nature Tours Portugal
	Rio-a-dentro
	Biotrails
	EVOA (Companhia das Lezírias)
	Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
	Postos de Turismo
	Salinas do Samouco – Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental
	Tagus Marina
	Monte dos Apupos   Jprlusitanos
	<b>Educação</b>
Agrupamentos de Escolas do Município de Benavente	
Agrupamentos de Escolas do Município de Alcochete	
<b>Empresas</b>	Redes Energéticas Nacionais
	Academia Sporting Clube de Portugal
	Orivárzea
	Sugal
	Cimpor
	Companhia das Lezírias
	Núcleo Empresarial da Região (ACIS)
	Elegante Planície, Lda. – Herdade de Barroca d’Alva
	Sociedade Agrícola de Rio Frio S.A. – Herdade de Rio Frio
	Sociedade Agrícola Exploradora de Sal, S.A.
	Sociedade Agrícola Camarate, Lda.
	Salina Greens
	Freeport Leisure (Portugal) S.A.
	SULWAY LLC
	Águas de Portugal - EPAL
Irrifarm, Lda.	

## ANEXO IV: INQUÉRITO PARA RECOLHA DE CONTRIBUTOS



### Inquérito para recolha de contributos sobre a valorização, promoção e comunicação na Reserva Natural do Estuário Tejo (RNET)

O presente formulário visa inquirir os atores locais e a população em geral da região envolvente à RNET no âmbito do Modelo de Cogestão.

*O Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas de âmbito nacional pretende criar uma dinâmica partilhada de valorização de cada Área Protegida, tendo por base a sua sustentabilidade e implementar projetos e ações que salvaguardem os valores naturais e respondam aos pedidos da sociedade. A Cogestão visa também gerar uma relação de maior proximidade com os cidadãos e com entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável de cada Área Protegida, especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais presentes.*

A Comissão de Cogestão da RNET é composta por:

- O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que preside à Comissão de Cogestão da RNET;
- O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo- ICNF, I.P.;
- Representante da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa – FCTUNL;
- Representantes de duas organizações não-governamentais de ambiente equiparadas, designados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- Representante da Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira – ABLG VFX;
- Representante da Companhia das Lezírias - CL.

### Dados pessoais

---

#### 1. Idade:

- 18 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 65 anos
- mais de 65 anos

#### 2. Género:

- Feminino
- Masculino
- Prefere não responder

#### 3. Nível de Formação:

- Básico (até ao 9º ano)
- Secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra opção: \_\_\_\_\_

#### 4. Área de atividade principal:

- Administração pública
- Privada sem fins lucrativos
- Alojamento
- Restauração
- Agência de Viagens e Turismo
- Ponto de venda (artesanato e ou agroalimentares)
- Ensino e formação profissional
- Agricultura/ pecuária
- Pesca
- Animador de turismo
- Indústria
- Caça e pesca desportiva e atividades relacionadas
- Desempregado
- Reformado
- Outra \_\_\_\_\_

**5. Qual a sua relação com o Município de Vila Franca de Xira?**

- É o meu Concelho de residência
- Sou residente não permanente, em segunda habitação
- É onde desenvolvo a minha atividade profissional
- Sou visitante frequente
- Sou visitante ocasional
- Não tenho relação
- Outra: \_\_\_\_\_

**6. Qual a sua relação com o Município de Benavente?**

- É o meu Concelho de residência
- Sou residente não permanente, em segunda habitação
- É onde desenvolvo a minha atividade profissional
- Sou visitante frequente
- Sou visitante ocasional
- Não tenho relação
- Outra: \_\_\_\_\_

**7. Qual a sua relação com o Município de Alcochete?**

- É o meu Concelho de residência
- Sou residente não permanente, em segunda habitação
- É onde desenvolvo a minha atividade profissional
- Sou visitante frequente
- Sou visitante ocasional
- Não tenho relação
- Outra: \_\_\_\_\_

**8. Responde na qualidade de:**

- Cidadão
- Representante de Entidade /Empresa
- Outra: \_\_\_\_\_

**9. Caracterização da entidade/empresa:**

Designação: \_\_\_\_\_

Área de atividade: \_\_\_\_\_

Local de atuação (Concelho / Freguesia): \_\_\_\_\_

## A Reserva Natural do Estuário do Tejo

No âmbito do novo Modelo de Cogestão da RNET, estamos a obter contributos dos vários intervenientes no território da Reserva e áreas envolventes. Nesse sentido, gostaríamos que respondesse a algumas perguntas. Lembramos que estas perguntas não têm uma única resposta correta e visam apenas apurar as várias perspetivas presentes no território.

### 10. Conhece a RNET?

- Sim e sou visitante frequente
- Sim e já visitei ocasionalmente
- Tenho algum conhecimento, mas nunca visitei
- Não e nunca visitei
- Outra: \_\_\_\_\_

### 11. Se respondeu que já tinha visitado a RNET na pergunta anterior, qual foi a razão da sua visita? (Selecione todas as opções aplicáveis.)

- Participar numa ação de sensibilização e/ ou voluntariado
- Participar numa atividade desportiva organizada (caminhada, BTT, etc.)
- Observar avifauna e outros valores naturais
- Observar a paisagem
- Caminhar num local sossegado e de grande valor natural
- Respirar ar puro e relaxar
- Fica perto do meu local de residência
- Outra: \_\_\_\_\_

### 12. Se estivesse a planear visitar a RNET, onde iria procurar informação acerca da visita? (Selecione todas as opções aplicáveis)

- No posto de turismo
- No website do ICNF, I.P.
- No website natural.pt
- Nos websites dos Municípios que abrangem a Reserva
- Nas redes sociais do ICNF, I.P.
- Nas redes sociais dos Municípios que abrangem a Reserva
- Faria uma pesquisa livre na internet, utilizando o motor de busca *Google* ou outro
- Falaria com amigos e/ou familiares
- Outra: \_\_\_\_\_

13. Quando foi a última vez que visitou um destes locais? (Coloque uma cruz na opção que mais se adequa.)

Local	Visitei este ano (2023)	Visitei o ano passado (2022)	Visitei há mais de 1 ano	Visitei há mais de 3 anos	Nunca visitei
Fundação das Salinas do Samouco					
Sítio das Hortas					
Pinhal das Areias					
Ribeira das Enguias					
Estradão de Pancas					
Espaço de Visitaç�o e Observaç�o de Aves (EVOA)					
Ponta da Erva					
Ermida de Nossa Senhora de Alcam�					
Passeio Ribeirinho da P�voa de Santa Iria e Forte da Casa					

14. Qual considera ser a entrada ou entradas para a RNET?

- Salinas do Samouco
- Sítio das Hortas
- Pinhal das Areias
- Estradão de Pancas
- Espaço de Visita o e Observa o de Aves (EVOA)
- Não sei
- Outra: \_\_\_\_\_

## 15. Como avalia o estado de conservação das seguintes infraestruturas de lazer e visitação?

Infraestrutura de lazer e visitação	Mal conservado	Razoável	Conservado	Bem conservado	Muito bem conservado	Não sabe/ Não responde
Percursos da Fundação das Salinas do Samouco						
Observatório das Salinas do Samouco						
Centros de interpretação das Salinas do Samouco						
Observatórios de aves do Sítio das Hortas						
Parque de merendas do Sítio das Hortas						
Trilhos que partem do Sítio das Hortas						
Polo de Animação Ambiental do Sítio das Hortas						
Observatórios de aves do Pinhal das Areias						
Parque de merendas do Pinhal das Areias						
Percursos do Pinhal das Areias						
Estrada de Pancas						
Centro de Interpretação do EVOA						
Observatórios de aves do EVOA						
Percursos pedestres do EVOA						
Sinalização da Reserva (pórticos de entrada, placas informativas, locais de interesse, etc.)						
Passeio Ribeirinho da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa						

### As atividades económicas e a Reserva Natural do Estuário do Tejo

NOTA: Caso não desenvolva nenhuma atividade na RNET e envolventes, por favor avance para a questão 20.

16. De que forma é que a existência da Reserva Natural do Estuário do Tejo afeta a sua atividade profissional?

- Impede a sua realização
- Condiciona-a fortemente
- Condiciona-a ligeiramente
- Não tem qualquer influência
- Beneficia-a ligeiramente
- Beneficia-a fortemente
- É fundamental para a sua realização

17. Quando comunica os seus produtos ou serviços, de que forma identifica a sua origem? (Selecione todas as opções aplicáveis)

- Concelho de Vila Franca de Xira
- Concelho de Benavente
- Concelho de Alcochete
- Estuário do Tejo
- Tejo
- Reserva Natural do Estuário do Tejo
- Natural.PT
- A origem não é identificada
- Outra: \_\_\_\_\_

18. A marca "Natural.PT" visa a promoção dos produtos e dos serviços existentes na Rede Nacional das Áreas protegidas. Tem conhecimento desta marca?

- Sim, sou associado
- Sim, mas não sou associado
- Não
- Não, mas estou interessado em aderir

19. Identifique as oportunidades que considera que a RNET traz à sua atividade económica (Selecione todas as opções aplicáveis).

- Atração de novos visitantes ao território
- Angariação de novos clientes
- Maior notoriedade dos meus produtos/serviços por estarem vinculados à Área Protegida
- Maior sensibilidade para a preservação do património natural e cultural da região
- Não traz oportunidades
- Outra: \_\_\_\_\_

### Promoção e Comunicação da RNET



20. No âmbito da sua atividade profissional, qual o seu contributo para a promoção da RNET?

---

---

21. Que áreas considera serem prioritárias para o trabalho da Comissão de Cogestão da RNET? (Selecione até 3 opções)

- Conservação da natureza e biodiversidade
- Divulgação mais eficiente dos valores naturais da Reserva
- Melhoria e construção de novas infraestruturas de visitação
- Ações de educação e sensibilização ambiental dirigidas a escolas, agricultores, empresários, etc.
- Aposta na investigação aplicada à conservação e ao desenvolvimento sustentável
- Estabelecimento de parcerias com outros atores do território (empresários, ONGs, universidades, etc.)
- Melhoria da comunicação entre os intervenientes do território
- Outra(s): \_\_\_\_\_

22. Que outros projetos ou iniciativas gostaria de ver desenvolvidos pela Comissão de Cogestão da RNET?

---

---

### A Cogestão

23. Já ouviu falar do novo Modelo de Cogestão para as Áreas Protegidas de âmbito nacional?

- Nunca tinha ouvido falar
- Nunca tinha ouvido falar / não conheço, mas gostava de saber mais informações
- Já ouvi falar, mas não conheço os seus objetivos
- Conheço e estou informado sobre os seus objetivos

24. Caso pretenda participar em eventos ou iniciativas organizadas no âmbito do Modelo de Cogestão para a valorização, comunicação e sensibilização da RNET, ou ainda aderir à marca natural.pt, por favor deixe o seu email.

---